



PROFHISTÓRIA

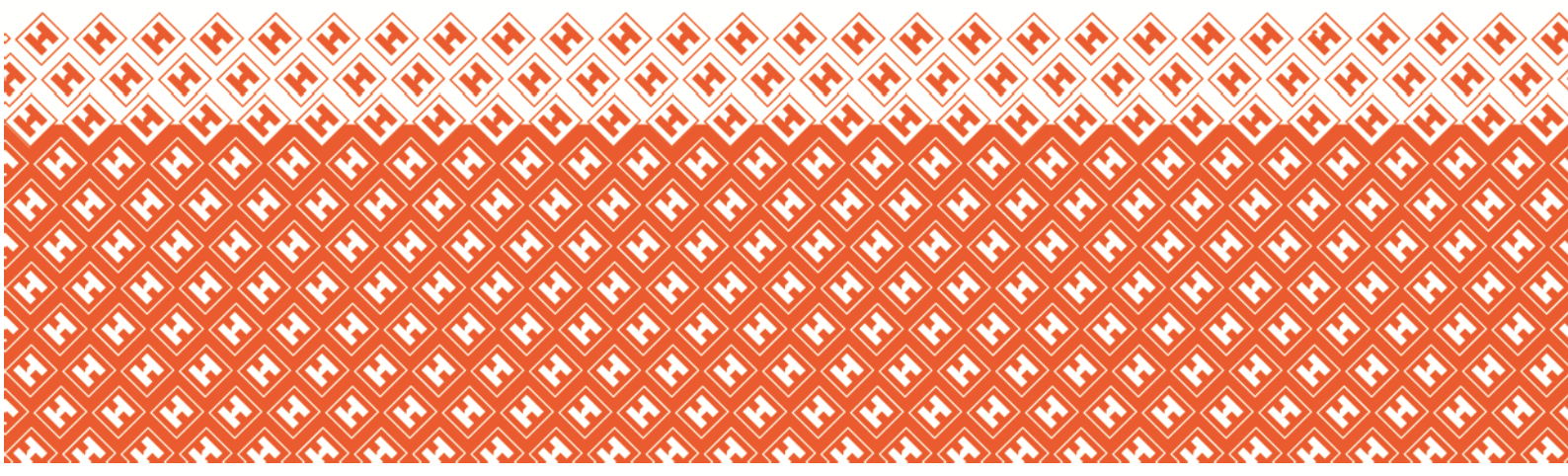
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUÍS CARLOS DE MELLO

Um lampião para iluminar os becos:
ensino de história e as homossexualidades na ditadura
brasileira através do jornal Lampião da Esquina (1978-
1981)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Junho / 2025



LUÍS CARLOS DE MELLO

**Um lampião para iluminar os becos:
ensino de história e as homossexualidades na ditadura
brasileira através do jornal Lampião da Esquina (1978-
1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção de título de Mestre em Ensino de História. Campo de Confluência: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Erika Bastos Arantes.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Érika Bastos Arantes – UFF (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Teixeira de Sá – UFF (examinadora interna)

Prof. Dr. Joseanne Zingleara Soares Marinho– UESPI/UFPI (examinadora externa)

NITERÓI- RJ

2025

Ficha catalográfica automática -
SDC/BCG Gerada com informações
fornecidas pelo autor

M527l Mello, Luis Carlos de
Um lampião para iluminar os becos : ensino de história e
as homossexualidades na ditadura brasileira através do
jornal Lampião da Esquina (1978-1981) / Luis Carlos de
Mello. - 2025.
149 f.: il.

Orientador: Érika Bastos Arantes.

Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2025.

1. Ensino de História. 2. Jornal Lampião da Esquina. 3.
Ditadura. 4. Currículo. 5. Produção intelectual. I.
Arantes, Érika Bastos, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Agradecimentos

Gostaria de iniciar agradecendo às/aos estudantes por, no quarto bimestre, aceitar o desafio de participar desta dimensão propositiva em que pude verificar se era viável para sala de aula.

Agradeço a minha mãe, por acreditar em meus projetos e me dar o suporte e o incentivo para colocá-los em prática.

Agradeço a minha sobrinha Ana Beatriz por dedicar um tempo para me ajudar a folhear o jornal *Lampião da Esquina* e apurar os assuntos nele presentes.

Ao meu amor, Wesley, agradeço a gentileza e a alegria de sua presença em minha vida. Wesley não só me incentivou a me manter firme neste mestrado e fez leituras críticas da dissertação, como me levou, em meus momentos de estresse, a relaxamentos necessário em cachoeira e praias. Também o apoio espiritual ficou por conta de suas mãos talentosas.

Ao amigo Rafael Brasil e a sua esposa e minha amiga Maria Cristina, agradeço a indicação de textos e leitura atenta de parcela da minha produção. O poio de ambos ajudou esta dissertação ficar mais refinada e bela.

Agradeço ainda Vinícius, Silvia, Diego e Marcelo pela amizade e acolhida em suas casas. Muitas vezes pernoitei no apartamento dos amigos para retornar às aulas presenciais do dia seguinte na UFF.

Aos amigos do mestrado minha gratidão é imensa. Foi um prazer enorme ter encontrado todas e todos vocês em uma mesma turma. Colegas muito inteligentes, sensíveis e que me abriram a visão de mundo. Em nossas trocas em sala de aula, no pátio da faculdade, nas viagens para congressos ou mesmo nos pernoites de hotéis e pousadas foram maravilhosas. Nunca mais esquecerei este momento. Meu coração se enche de alegria só de lembrar.

A minha orientadora, professora Erika, obrigado. Obrigado pela paciência, pela leitura atenta e comprometida com o trabalho que realizamos juntos. Tenho muitíssimo a agradecer. Essa dissertação é resultado desse trabalho árduo que fizemos juntos. Obrigado!

Às professoras Patrícia e Joseanne, que também foram minhas professoras no mestrado, muito obrigado. Suas aulas, dicas, leitura atenta e observações contribuíram para fazer esta dissertação melhor.

Com amor,
dedico esta dissertação à todas, todos e todes
alunas, alunos e alunes
lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais,
queer, intersexo, assexual, pansexual, não-binário e
todas outras identidades que ainda poderão surgir.

RESUMO

Partindo da premissa de que um dos princípios fundamentais da Constituição de 88 e da Educação nacional é a defesa da cidadania e a formação de cidadãos sem discriminação de raça, sexo, cor, idade etc. e, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, esta dissertação do mestrado profissional em Ensino de História tem o objetivo construir um jornal com alunas/alunos/alunes do 2º ano do ensino médio a partir da reflexão sobre a perseguição às homossexualidades no período autoritário brasileiro de 1964 a 1985. No entanto, não se limitou a abordar esse período como um passado morto e enterrado, mas relacionar suas reminiscências no tempo presente. Organizei uma sequência didática a fim de instrumentalizar conceitualmente estudantes para análise histórica do jornal *Lampião da Esquina* de forma a perceberem como o periódico deixou resvalar a perseguição sofrida pelas homossexualidades no período da ditadura. Ao fim do processo, os grupos de trabalho produzirão um jornal próprio apresentando as reminiscências do período autoritário e do pensamento conservador persistente na sociedade dos dias de hoje.

Palavras-chave: ditadura, homossexualidade, ensino de história, *Lampião da Esquina*, cidadania

ABSTRACT

Starting from the premise that one of the fundamental principles of the 1988 Constitution and national education is the defense of citizenship and the formation of citizens without discrimination of race, gender, color, age, etc., and seeking to build a more just, equal, and inclusive society, this master's thesis in History Education aims to create a newspaper with 2nd-year high school students, based on reflections on the persecution of homosexualities during the Brazilian authoritarian period from 1964 to 1985. However, it does not limit itself to addressing this period as a dead and buried past, but relates its reminiscences to the present time. I organized a didactic sequence in order to conceptually equip students for a historical analysis of the newspaper *Lampião da Esquina*, so they can perceive how the publication revealed the persecution suffered by homosexualities during the dictatorship period. At the end of the process, the working groups will produce their own newspaper presenting the reminiscences of the authoritarian period and the persistent conservative thought in today's society.

Keywords: dictatorship, homosexuality, history teaching, *Lampião da Esquina*, citizenship

Lista de figuras

Figura 1 – fotografia do ator Bubby Montenegro para o musical Anjo Azul, apresentado no Café Teatro A Pulga em São Paulo, 1979.	48
Figura 2 - estudantes reunidos em grupo de estudos.....	71
Figura 3 - Roda de conversa e aprendizagem.....	72
Figura 4 - Aula sobre ditadura empresarial-militar na exposição "Evandro Teixeira, Fotojornalismo e Ditadura: Brasil 1964/Chile 1973" no Centro de Cultura Raul de Leoni – Petrópolis/RJ.....	73
Figura 5 - Roda de conversa sobre as fotografias na exposição "Evandro Teixeira, Fotojornalismo e Ditadura: Brasil 1964/Chile 1973" no Centro de Cultura Raul de Leoni – Petrópolis/RJ.....	73
Figura 6 - leitura em grupo de um dos artigos do jornal Lâmpião da Esquina em sala de aula.....	85
Figura 7 - jornal elaborado por estudantes.....	88
Figura 8 - jornal elaborado por estudantes.....	89
Figura 9 – recortes da resposta do grupo 3.....	92
Figura 10 - jornal elaborado por estudantes.....	97
Figura 11 - jornal elaborado por estudantes.....	98
Figura 12 - recorte de respotado do grupo de estudantes.....	101
Figura 13 recorte de respotado do grupo de estudantes.....	101
Figura 14 - recorte de resposta dos estudantes.....	102
Figura 15 recorte de resposta dada por estudantes.....	103
Figura 16 jornal elaborado por estudantes.....	104
Figura 17 jornal elaborado por estudantes.....	105
Figura 18 recorte de resposta dada por estudantes.....	108
Figura 19 jornal elaborado por estudantes.....	111
Figura 20 jornais elaborado por estudantes.....	112

Siglas de abreviaturas

ABC-paulista - compreende as regiões de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul em São Paulo.

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ABIG - Associação Brasileira de Imprensa Gay

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ANPUH - Associação Nacional dos Professores de História

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BA – Bahia

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEDOC - Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott

CEMB - Centro Educacional Maurício Barroso

CIE - Centro de Informações do Exército

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica

DHs - Direitos Humanos

DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

EDH - Educação em Direitos Humanos

ESG - Escola Superior de Guerra

ESP - Escola Sem Partido

EUA – Estados Unidos da América

GESED - Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas

IMS-UERJ Instituto Médico Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

ITB - Instituto Técnico Brasileiro

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais

LGBTQIAPN+ - lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexual, não-binário etc.

MBNC - Movimento pela Base Nacional Comum

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MESP - Movimento Escola sem Partido

MPB – Música Popular Brasileira

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCESP - Professores contra o Escola Sem Partido

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

PE - Pernambuco

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

ProfHistoria - Mestrado Profissional em Ensino de História

PSC-RJ – Partido Social Cristão/ Rio de Janeiro

RJ – Rio de Janeiro

SEEDUC/RJ - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

SESC – Serviço Social do Comércio

SP – São Paulo

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TPE - Todos pela Educação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Os desafios do ensino de história em tempos de conservadorismo	21
1.1 Ensino de História: refletindo sobre as homossexualidades na ditadura.....	21
1.2 Os desafios do negacionismo no Ensino de História.....	23
1.3 O silenciamento do currículo como promotor de violência	30
1.4 – BNCC sob disputa	35
1.5 - Base legal na luta contra o conservadorismo: avanços e retrocessos.....	39
CAPÍTULO 2 – As condições de surgimento do jornal <i>Lampião da Esquina</i>	44
2.1 Um Lampião em meio a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil	44
2.2 – A androginia toma a paisagem artístico-cultural	47
2.3 - Nanico, de Leitor, Independente, <i>Underground</i> , não importa... a Imprensa Alternativa também quer falar	54
2.4 – Iluminando os becos escuros, nasce um Lampião na Esquina	58
2.5 Lampião, homossexualidades não-normativas e as minorias	63
CAPÍTULO 3 - Oficina de História: Analisando artigos e produzindo um jornal	67
3.1 O uso do documento/monumento em sala de aula	67
3.2 Sequência didática	72
3.3 Da aplicação das aulas: Roda de conversa e troca de entendimentos	74
3.3.1 Aula 1 - Discussão sobre História e Memória	77
3.3.2 Aula 2 – A diferença entre escrita jornalística e escrita historiográfica.....	80
3.3.3 Aula 3 - Do contexto da Ditadura e as formas de resistências de estudantes ao tema	84
3.3.4 Aulas 4 e 5 - Construindo uma análise historiográfica do jornal.....	87
Considerações finais	117
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

Trabalho há 20 anos como professor. Primeiro, trabalhei num colégio particular progressista - o Centro Educacional Maurício Barroso (CEMB). Lá, ainda como aluno de pré-vestibular, tive meus primeiros contatos com o pensamento político e ideológico da esquerda. Imediatamente após a formação em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passei para o concurso da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, adquirindo minha primeira matrícula pública em 2010, e a segunda em 2014. Estudei em colégios públicos durante todo meu ensino fundamental e médio e, inclusive, em 1985, fui aluno do colégio estadual onde hoje sou professor.

Em 2014 fiz o curso de extensão em Gênero e Diversidade na Escola, ofertado pela UFRJ e me apaixonei pelo tema. Este curso me impulsionou a fazer, entre 2015 e 2016, a especialização em Gênero e Sexualidade no Instituto Médico Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS-UERJ). Quanto mais me aprofundo no tema, mais me interessa. Em 2021 me aproximei do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), coordenado pelos professores doutores Anderson Ferrari e Roney Polato de Castro. Com o grupo, tive a oportunidade de escrever um artigo, juntamente com professor Anderson Ferrari, sobre o filme “Tatuagem”, dirigido por Hilton Lacerda, na perspectiva dos gêneros e das sexualidades. A análise foi publicada no livro “Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: dez anos de GESED”¹.

Em 2023 passei para o Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal Fluminense (ProfHistória-UFF). Ingressar no ProfHistória foi o caminho para extravasar uma problemática que há muito enfrento em sala de aula, tanto enquanto alvo, quanto como sujeito pensante: o preconceito contra as sexualidades não-normatizadas. Uma problemática que se arrasta no tempo. Enfrentei enquanto aluno do Ensino Básico e enfrento enquanto professor. Mais de trinta anos se passaram após o término do meu Ensino Básico e ainda encontramos a LGBTQIAPN+fobia, o racismo, o sexismo e tantos outros preconceitos sem que a escola se mobilize efetivamente para uma ação pedagógica contínua contra o preconceito.

No ProfHistória estou em contato com discussões que trazem a responsabilidade da/do professora/professor de história em contribuir para essa reflexão, através do Ensino de História,

¹ FERRARI, Anderson e MELLO, Luís Carlos de. “Tatuagem”, pedagogias e masculinidades. IN: FERRARI, Anderson e CASTRO, Roney Polato de (orgs.). Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: dez anos de GESED. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. P. 193 a 2014.

sobre os preconceitos, as discriminações e as desigualdades socialmente estabelecidas. Se este é o limite deste mestrado, também é uma enorme contribuição.

Nesta pós-graduação pude reforçar em mim a importância de levar alunas/alunos/alunes a refletirem sobre as mudanças e reminiscências da história no tempo, de forma crítica e com possibilidades de mudança de posturas. Eu também mudei neste processo. Minha forma de ministrar as aulas, a atenção na preparação dos conteúdos e das avaliações, o compromisso ético da disciplina que defendo.

A própria linguagem tomou um outro significado para mim neste mestrado. Priscila S. C. Nunes (2020), em sua dissertação de mestrado do ProfHistória, defende a importância da linguagem para um currículo antinormativo. Para ela, a linguagem é não somente um instrumento pedagógico, mas também político. A linguagem pode tanto nomear, como silenciar sobre sujeitos como mulheres, negras/os, pessoas LGBTQIAPN+ etc. Na língua portuguesa as generificações são feitas no masculino. Se em uma sala de professores há apenas um homem e todo restante são mulheres, como é comum nas escolas acontecerem, este único homem é suficiente para generalizarmos as pessoas daquele espaço no masculino: os professores. São negadas todas as mulheres que lá estejam.

Lembro-me que todo texto que lia e somente via o sobrenome das autoras/es, sempre imaginava um homem. O apagamento das mulheres na ciência é resultado também da linguagem. Naturaliza-se algo que é histórico e socialmente construído (Nunes, 2020). Ao mantermos as generalizações no masculino, damos continuidade à invisibilidade da diversidade de identidades existentes.

As mulheres são a maioria das profissionais de educação. Por este motivo vou me referir primeiramente ao feminino e depois ao masculino. Da mesma forma, em minhas turmas, a maioria de estudantes eram mulheres e, por isso, utilizarei a mesma estratégia de referência. Poucas são as turmas em que os meninos são a maioria. Além disso, há na escola estudantes que se identificam com gênero fluido. Utilizarei os pronomes “elos/delos” e o substantivo “alunes” para respeitar estes sujeitos na escola.

No colégio onde leciono, atuo de acordo com as condições de trabalho que o Estado do Rio de Janeiro oferece. Já vai uma década de precarização do profissional de educação pelos governos do Estado do Rio. Desde 2014 sem aumento real e a última recomposição inflacionária mal saiu do papel. Dos 26% de recomposição inflacionária, computada de 2017 a 2021, somente 13% foram pagos. Cada vez menos pessoal de apoio trabalham nas escolas.

A escola em que atuo é pintada, as paredes são intactas, temos ar-condicionado em cada sala de aula, contudo seu funcionamento é parcial. Para o desenvolvimento das aulas, os

recursos materiais são insuficientes: a internet é ruim, há poucos projetores, extensão, adaptadores, televisão, mapas, xérox limitadas etc. O corpo discente é formado por alunas, alunos e alunes oriundos de comunidades próximas ao colégio e de algumas mais distantes. A grande maioria de estudantes são negras e negros. Quanto aos gêneros e as sexualidades temos uma expressiva comunidade LGBTQIAPN+². Há um aluno que se identifica com gênero fluido, outros/as assumidamente gays, bissexuais, lésbicas e transexuais. Esse ano de 2024 temos dois alunos cadeirantes. Há várias/vários estudantes com crise de ansiedade e/ou depressão, deficiência intelectual, autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) dentre outras condições. Quanto à maternidade, houve algumas poucas alunas de licença maternidade.

O corpo docente também é bastante diverso, sendo formado por professoras e professores heterossexuais, gays e lésbicas de variada faixa etária. Das/os 54 professoras e professores alocadas/os no colégio em 2024, apenas cinco são negras/os³.

Há alguns anos o Estado demanda o projeto sobre *bullying/cyberbullying* e prevenção de violência nas escolas, o qual sou o organizador. Convido colegas professoras e professores para participarem do projeto. São levantados filmes que tratam sobre o tema, produzidos murais, contamos com a presença de psicólogos para discutir com alunas, alunos e alunes tal problemática. No ano de 2022 eu recorri ao SESC-Petrópolis para levar uma psicóloga para discutir o tema e financiar um grupo de teatro da cidade para apresentar uma peça nos moldes do Teatro Fórum⁴, uma das técnicas do Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal. Na cidade, temos o curso de formação de arte dramática – o Instituto Técnico Brasileiro (ITB) – que, juntamente com seus atores em formação, selecionaram a história de um menino gay que sofria *bullying* na escola. Com exceção de duas turmas que não participaram da apresentação teatral por questões da organização do espaço-tempo, todas as outras turmas dos três turnos do colégio participaram como espectadores ou intervindo na cena como proposto pelas/os atrizes/atores.

Houve muitos momentos emocionantes na intervenção das/os alunas/alunos/alunes. Momentos de tirar lágrimas de nós, organizadores. Mas também houve muitos momentos de denúncia. Muitas/os estudantes relataram violências de cunho racial, de gênero e sexualidade.

² Cada letra se refere a uma identidade de gênero ou sexual: lésbica, gay, bissexual, transgênero, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual, pansexual, não-binário e outros.

³ Esses números foram tirados a partir de uma percepção pessoal, mas importante mencionar que a identidade étnico-racial é uma autodeclaração.

⁴ O Teatro do Oprimido busca transformar a sociedade através da libertação dos oprimidos. Na técnica do Teatro Fórum, os *Spect-atores* (espectadores), são convidados a entrar em cena e apresentar uma alternativa a situação-problema apresentada (Boal, 2009, p. 19).

Aquele projeto fortaleceu pessoas negras e LGBTQIAPN+. Elas sentiram que suas demandas importavam. Muitas meninas negras relataram que se achavam feias e que eram muito criticadas por causa dos cabelos. Além disso, meninas e meninos traziam questões sobre sexualidade.

O projeto possibilitou que elas, eles e eles se expressassem, falassem de suas dores. Foi um momento na escola que produziu uma empolgação muito grande nas/nos estudantes e em mim. Entretanto, infelizmente, “morreu” logo após os três dias de trabalho. Não havia na escola nenhum mecanismo de denúncia e acolhimento das violências sofridas no espaço escolar, assim como não havia nenhum outro trabalho pedagógico que contribuísse para reflexão e educação contra o *bullying/cyberbullying* e outras violências. Ademais, vale a pena mencionar que não há na escola profissionais preparados para o tratamento educativo das violências que ocorrem no âmbito escolar.

Durante a execução desse projeto, lembrei-me da época em que era estudante da escola básica. Sofri violência desde o ensino fundamental ao ensino médio (do 1º ao 2º grau) como xingamentos, chacota, agressão física na saída da escola. Numa das violências, lembro-me dos meninos no fim da sala falando jocosamente e rindo. Estudava no turno da noite e as brincadeiras foram crescendo e se tornando mais violentas, até que num determinado momento jogaram algo que acertou minhas costas e machucou. Eu me sentava na primeira carteira. Esperei o professor entrar em sala de aula, aleguei dor de cabeça e saí. Saí envergonhado, humilhado e sem nenhum amparo da escola. Fui para casa sozinho, a lua estava cheia, sentei-me na escadaria de acesso a minha casa e chorei.

Esse foi somente um dos momentos que trago em minha história e que me motivaram a pensar como eu, professor de história, poderia contribuir para a reflexão das violências perpetradas no espaço escolar e sua perpetuação no tempo. De 1985 para 2024 houve muitas mudanças, mas ainda há muitas reminiscências. Não havia uma/um professora/professor, coordenadora/or ou diretora/or que estivesse sensível à violência na escola e que se preocupasse com a questão, ou, pelo menos, transformasse isso numa ação pedagógica. A escola, normalmente, só age quando a violência se torna explícita através de uma briga. Violências mais sutis passam despercebidas. Ao silenciar sobre a violência em seu espaço, a escola se torna cúmplice dela.

Dada toda essa problemática, quando entrei no mestrado eu tinha em mente o que queria trabalhar na dissertação: as violências de gêneros e sexualidades que acontecem no espaço escolar. Essa fixação me perseguiu. Queria discutir o conceito de *bullying* como termo genérico e não apropriado para identificar violências específicas como as geradas pelo racismo, ou pela homotransfobia. Queria livrar minha escola deste mal que a atinge. Tinha mesmo um desejo

salvacionista. Entretanto, como bem me situou minha orientadora, a professora doutora Erika Bastos Arantes, esse era um projeto muito nobre, mas difícil de alcançar. Adequamos a problemática ao tamanho das possibilidades desta pesquisa e, não se iludam, deu um grande e prazeroso trabalho. Então, provocado por minha orientadora, começamos a pensar: Como o Ensino de História pode pensar criticamente as opressões, mas principalmente as formas de resistência de pessoas LGBTQIAPN+?

A partir daí surgiram outras questões: Como podemos, através da história, discutir as violências que ocorrem na sociedade e que são reproduzidas no espaço escolar? Como, através da história, podemos contar a história de pessoas e do movimento LGBTQIAPN+ de uma forma em que alunas, alunos e alunes se identifiquem e se vejam como sujeitos históricos e políticos?

Acredito no potencial do Ensino de História para mudar a perspectiva de jovens sobre a diversidade de gêneros e sexualidades, assim como dar dignidade a pessoas LGBTQIAPN+. Falar da violência, mas, principalmente, apresentar formas de resistências são meios para levar alunas, alunos e alunes a refletirem criticamente sobre as diversidades, a construção histórica de sujeitos não-heteronormativos e buscarem soluções para conflitos decorrentes da visão preconceituosa que vigora atualmente.

Esta dissertação pretende contribuir na reflexão dos preconceitos e (quem sabe?) mudar comportamentos de rejeição e violência contra pessoas que divergem da normativa de gêneros e sexualidades. Esta discussão se fará dentro dos princípios dos Direitos Humanos. Uma forma de fazer isso é apresentando esses sujeitos históricos com suas identidades, seus medos, suas dúvidas, suas opiniões e com toda a complexidade que é a vida humana. Para promover essa discussão, escolhi trabalhar com as resistências que se deram em função da repressão acometida às homossexualidades no período da ditadura empresarial-militar⁵ instituída no Brasil de 1964 a 1985, a partir de uma fonte específica – o jornal alternativo *Lampião da Esquina*.

O jornal *Lampião da Esquina* foi arquivado no Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC) e digitalizado pelo Grupo Dignidade. O CEDOC foi fundado em 2007 e, segundo informação do site⁶, possui mais de três mil itens da memória e história da população LGBTQIAPN+ no Brasil. O CEDOC digitalizou desde a edição zero do jornal *Lampião da Esquina*, em abril de 1978, até a 37, em julho de 1981, além de uma edição extra de 1979 e

⁵ Utilizo o termo “ditadura empresarial-militar” por entender que o Golpe dado em 1964 e a ditadura que o seguiu usou o braço armado dos militares, mas havia sido construído por grandes empresários nacionais e internacionais através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (Vasconcelos et al, 2024).

⁶Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?order=ASC&orderby=date&view_mode=cards&perpage=12&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription. Acesso em: 02 fev. 2025.

mais duas de 1980. O jornal publicava de 16 a 20 páginas, dependendo da edição, à exceção das edições extras, que variaram entre oito e 24 páginas.

Na digitalização, percebemos as páginas amareladas do jornal, as fotografias ou serigrafias em preto e branco. Já as capas variavam as cores: vermelha, amarela, verde, azul etc. Apesar da maioria das matérias serem dedicadas às sexualidades não-normativas, o *Lampião da Esquina* foi sensível e abriu espaço para outras questões: tratou das especificidades das mulheres, negros e indígenas; denunciou a violência institucional contra as travestis⁷; abordou questões relativas aos deficientes físicos – mais especificamente no artigo “Paraplégicos também amam”⁸; trouxe depoimentos de padres que confessavam sua homossexualidade⁹ e discutiu a posição da Igreja Católica e da “Moral e bons costumes” daquela época. Além disso, o *Lampião da Esquina* tratou de temas como aborto, prazer, “transexualismo” e democracia racial, só para citar alguns.

Este jornal foi fundamental na afirmação de identidades não-heteronormativas e na organização de grupos políticos em defesa dos direitos das homossexualidades, atuando como um veículo de resistência e voz para essas comunidades durante um período de intensa repressão.

Dada a pouca presença na historiografia e da ausência nos livros didáticos, esta dissertação busca desenvolver uma dimensão propositiva que dê conta de discutir a perseguição e violação dos direitos humanos das homossexualidades no período ditatorial. Para tal empreitada, escolhemos, minha orientadora e eu, o jornal acima citado como potencial histórico para narrar a história desse grupo marginalizado. Levantamos a seguinte problemática: Como a ditadura empresarial-militar lidou com as sexualidades divergente em seu período? Qual a importância do jornal *Lampião da Esquina* como porta voz das homossexualidades nas décadas de 70 e 80?

Mapeando as dissertações do ProffHistória entre 2016 e 2022, das 39 dissertações que trataram o assunto “Ditadura no Brasil”, apenas duas relacionam o tema a gênero. Nenhuma trata como a ditadura lidou com as sexualidades não-heteronormativas. Só em 2020 foram 13

⁷ Como, por exemplo, na edição 26 o jornal *Lampião da Esquina* (julho de 1980) denunciou a ação de delegados nos artigos: TREVISAN, João Silverio. Richetti age em São Paulo e Padilha volta ao Rio. *Lampião da Esquina*. Jul. 1980. Violência p. 18 e MOREIRA, Antonio Carlos. Deraldo Padilha: perfil de um delegado exibicionista. Jul. 1980. Violência p.19. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/4690/30-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-26-JULHO-1980.pdf>. acesso em: 15 jan. 2024

⁸ Paraplégicos também transam. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Mai. 1981.. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/6048/39-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-36-MAIO-1981.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024

⁹ PENTEADO, Darcy. “Confissões de um Carmelita Descalço”. *Lampião da Esquina*, edição nº 1, junho/1978).ensaio, p.7. Disponível em: [05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf](https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf). acesso em: 15 jan. 2024)

as dissertações que tratavam do período. Neste ano, o presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, inicia seu mandato na Presidência da República e os/as professoras e professores se viam impulsionados a discutir o tema do autoritarismo no Brasil.

Sobre o tema gênero, foram encontradas, entre 2016 e 2022, um total de 17 dissertações. Destas, duas relacionam gênero e ditadura (1964 - 1985), 10 tratam somente de gênero, cinco relacionam gênero a sexualidade e uma trata de outros temas e sexualidade. No total, de 2016 a 2022, a abordagem de gênero tem uma ocorrência de 17 vezes e sexualidade 6. Nenhuma delas relaciona ditadura no Brasil e sexualidades não-heteronormativas. Nenhuma das dissertações do ProfHistória trabalhou com o jornal *Lampião da Esquina*.

O jornal *Lampião da Esquina* foi escrito por homossexuais assumidos – o que era uma novidade na época – e divulgado nas bancas de jornal de todo o Brasil. O periódico era escrito basicamente por homens brancos de classe média e a participação das mulheres pouco existiu. Os editores alegam tê-las convidado, mas que não tiveram sucesso.

Mesmo atendendo apenas parcialmente a seus objetivos de abranger todas as minorias, o jornal tem grande importância para compreensão do contexto social em que viviam as homossexualidades no período da ditadura. O jornal denunciou a perseguição dos militares ao jornalista Celso Curi e ao próprio jornal; a repressão policial em ambientes de sociabilidade *gay* e a mentalidade social em relação as sexualidades divergentes.

O periódico entrevistou personalidades como Abdias Nascimento, Fernanda Montenegro, a travesti Rogéria, Ney Matogrosso, Lecy Brandão, Lula (Luís Inácio Lula da Silva), Clodovil e Emilinha. Em seu ideal, o jornal tinha a pretensão de atingir um público diverso, que iria desde figuras como o famoso intelectual Fernando Henrique Cardoso até a “bichinha do subúrbio”, como o próprio jornal dizia. Apesar de seus longos (e muito bem escritos) artigos acadêmicos, o jornal não deixava de contemplar dicas de bares e boates *gays*, anunciar peças de teatro e exposição de artes, trazer poemas e indicações de literatura homossexual. O jornal nanico, como eram chamados os jornais alternativos da época, denunciou a ação repressiva dos militares, como também o moralismo das pessoas comuns da época.

O jornal foi muito bem aceito pelo seu público. Na seção “Cartas na Mesa”, os assinantes mandavam suas cartas criticando, elogiando, contando seus dramas pessoais. Havia mães que escreviam para o jornal falando do amor ao filho e da importância do jornal na luta contra homofobia. Muitas pessoas o compravam secretamente e escondia para ninguém saber o que liam, tamanha era a repressão social sobre pessoas não-heteronormativas.

O *Lampião da Esquina* teve seus altos e baixos, sendo afetado pela economia brasileira de alta inflação no final da década de 70 e início dos anos 80, mas também por discordâncias ideológicas internas ao grupo e deu seu último suspiro em 1981.

Lampião nos deixou um legado enorme sobre a vida homossexual do período. Nesse sentido, levar esse jornal para ser analisado historicamente por estudantes abre uma bela discussão sobre um passado que insiste em permanecer. Ter contato com esse passado e refletir sobre o presente é o intuito desta dissertação. Através de ferramentas históricas – como o questionamento da fonte e a sua problematização – bem como a produção de um jornal próprio para publicação remota, estudantes poderão confrontar o passado e o presente e se perguntar sobre o que passou e o que ainda permanece em nossa sociedade.

Esta dissertação é composta por três capítulos que abordam diferentes dimensões da relação entre o ensino de História, a repressão às homossexualidades durante a ditadura empresarial-militar brasileira e o uso pedagógico do jornal *Lampião da Esquina* como fonte histórica.

O primeiro capítulo discute o papel do ensino de História na abordagem das homossexualidades durante a ditadura, destacando como o silenciamento curricular contribui para a perpetuação de preconceitos e violências. Analiso os desafios do negacionismo histórico e os ataques conservadores ao campo da educação, especialmente em temas como ditadura, gêneros e sexualidades. Defendo neste capítulo o ensino de História como espaço ético e político, capaz de promover reflexões críticas sobre os direitos humanos e a diversidade sexual, propondo a valorização de sujeitos LGBTQIAPN+ como agentes históricos.

O segundo capítulo foca na trajetória e importância do *Lampião da Esquina*, jornal alternativo criado por homossexuais assumidos em plena ditadura. O capítulo contextualiza o surgimento do jornal em meio à repressão, examina sua estética, sua proposta política e seu papel como veículo de denúncia e resistência. Também analisa sua relação com movimentos sociais, como o grupo SOMOS, e com outras expressões culturais e midiáticas ligadas às sexualidades não normativas. O capítulo mostra como o jornal contribuiu para visibilizar vozes silenciadas e contestar o moralismo vigente.

O terceiro capítulo apresenta a proposta pedagógica da dissertação: uma oficina de História desenvolvida com estudantes do ensino médio, a partir da leitura e análise de textos do *Lampião da Esquina*. O autor descreve a sequência didática aplicada, que envolveu discussões sobre memória, escrita jornalística e historiográfica, contexto da ditadura e produção de um jornal pelos estudantes. O objetivo foi aproximar os alunos de uma reflexão crítica sobre o

passado e suas permanências no presente, estimulando a construção de narrativas próprias sobre a diversidade e os direitos humanos.

Essa estrutura mostra como a dissertação articula teoria, pesquisa histórica e prática docente, propondo um ensino de História comprometido com a cidadania e a justiça social.

Este estudo é resultado da prática pedagógica diária em instituições de ensino públicas, refletindo tanto os desafios quanto as oportunidades de uma atividade essencial para o crescimento de estudantes e a construção da memória histórica do país. No entanto, essa atuação tem sido cada vez mais desqualificada e, em alguns casos, alvo de ataques ideológicos. Esperamos que esta dissertação contribua para a resistência contra forças que negam à escola seu papel como um ambiente de inclusão, cidadania e respeito à diversidade sexual, promovendo valores de liberdade e democracia.

CAPÍTULO 1 - Os desafios do ensino de história em tempos de conservadorismo

1.1 Ensino de História: refletindo sobre as homossexualidades na ditadura

Em 1978, um grupo de homens intelectualizados e homossexuais decidiu lançar um jornal que tinha por objetivo publicar matérias que discutissem sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo etc. O Brasil vivia os tempos sombrios da Ditadura Empresarial-Militar, que durou 21 anos desde o Golpe de 1964. Em seu primeiro editorial é publicada uma matéria sobre a abertura política e a necessidade de tirar os homossexuais dos guetos escuros e desconstruir estereótipos (Green, 2000). O jornal foi batizado de *Lampião da Esquina*, fazendo simultaneamente referência à vida gay nas ruas e ao cangaço. A ironia era uma das marcas registradas do jornal. Se “Lampião” remetia à masculinidade do cangaceiro Virgulino Ferreira e, ao mesmo tempo, fazia referência a “luz”; “esquina” aludia aos guetos por onde as homossexualidades circulavam. *Lampião da Esquina* teria, assim, o objetivo de iluminar as esquinas por onde as homossexualidades transitavam levando uma nova forma de ressignificar as identidades sexuais.

Em seu conselho editorial, *Lampião da Esquina* reuniu nomes importantes como do antropólogo Peter Fry e o do cineasta Jean-Claude Bernardet. Vários jornalistas experientes contribuíram para o jornal (Green, 2000). Também críticos de cinema, artista plásticos dentre tantas outras formações agregadas a cada um deles.

A história do *Lampião da Esquina* conta como um grupo de homossexuais criou um meio de sair do anonimato e tirar outros sujeitos dos seus próprios medos de enfrentar uma sociedade com padrões morais que os excluía. Seus objetivos foram profícuos. O nascimento do grupo Somos se deve, em parte, ao *Lampião*. Logo após o lançamento do *Lampião da Esquina* nas bancas de todo o país, um pequeno grupo de homossexuais se organizou em São Paulo para a luta política pela liberação dos *gays*. A década de 70/80 foi frutífera na luta por direitos sexuais no Brasil. Esse grupo adotou o nome de “Somos”, homenageando um jornal argentino que circulou no período da ditadura daquele país. O grupo Somos tinha como objetivo despertar a “consciência” dos gays por meio de atividades que variavam de discussão nas reuniões a campanhas políticas (Green, 2000). Este coletivo tinha propostas muito avançadas para o período. Em 1980, cindindo com o Somos, surge o primeiro grupo de mulheres lésbicas. Essa cisão se deu por elas entenderem as especificidades de suas próprias lutas.

Na historiografia sobre ditadura empresarial-militar, Jorge Rodrigues Cauê¹⁰, James Green¹¹, Edward McRae¹² e Renan Quinalha¹³ são uns dos poucos historiadores que debatem a questão das sexualidades não-normativas do período. Outros tantos artigos, além desta dissertação, vêm se somar a estas pesquisas sobre o tema. Como esclarecem Green e Quinalha (2023), a diversidade sexual era tratada na época como “homossexualidades”. Desta forma, adoto este termo para me referir à diversidade sexual daquele período de exceção. O objetivo é mostrar que a comunidade LGBTQIAPN+ é formada por sujeitos históricos e como esses foram impactados com as ações do governo ditatorial. Os militares se apropriaram dos discursos de família, moral, bons costumes etc. para perseguirem esse grupo social.

Temas como estes não costumam ser tratados em sala de aula quando se discute ditadura. São histórias silenciadas pelo currículo. Como professor de história de uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro tenho me preocupado com a insistência do preconceito sofrido pela comunidade LGBTQIAPN+ nesse espaço. As aulas de história podem contribuir na desconstrução de estereótipos e diminuição dos preconceitos. Por isso, tenho por hábito abordar temáticas relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+.

Nos livros didáticos de história fornecidos pelo Estado do Rio de Janeiro, produzido pela editora Moderna Plus¹⁴, essa temática não é abordada. Não que seja uma especificidade deste livro. Esse silêncio reflete a ausência do tema no currículo oficial. Fazendo uma busca rápida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar da palavra sexualidade aparecer três vezes, nenhuma delas estava relacionada ao componente curricular de História. Sexualidade aparece na área de Ciências da Natureza, vinculada a reprodução humana. Outras buscas na BNCC de palavras relacionadas às sexualidades não-normativas – tais como “homossexualidade”, “homossexual”, “lésbica”, “LGBT”, “não-heteronormativa” – nem aparecem no documento.

Para Santomé (2011), as editoras se apropriaram dos conteúdos que devem integrar o currículo na produção dos livros didáticos, e a consequência é sua coisificação. No Brasil não

¹⁰ RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lâmpião iluminando esquinas escuras da ditadura. IN: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade. (org. GREEN, James N. e QUINALHA, Renan). São Carlos. EdUFSCAR, 2023. P. 132 a 200

¹¹ GREEN, James N. Abaixo a repressão: mais amor e mais tesão, 1969-1980. IN: Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, ed. UNESP, 2000.

¹² MCRAE, Edward. A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Bahia. EDUFBA, 2018.

¹³ GREEN, James N. e QUINALHA, Renan. Ditadura e Homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo. EdUFSCar, 2021

¹⁴Vários autores. Ciências humanas e sociais aplicadas: Sociedade, Política e Cultura. São Paulo. Ed. Moderna Plus. 2020.

é diferente. Os conteúdos explícitos no currículo nacional, assim, são tidos como os únicos possíveis de serem trabalhados em sala de aula; muitas das vezes não faz sentido para o alunado e, às/aos professoras e professores, falta criatividade para pensar conteúdos diferentes dos tradicionais. Tudo isso contribui para gerar silêncios nos currículos.

Pensando no caráter ético do Ensino de História, com foco em turmas do 2º ano do Ensino Médio, questioneei, segundo proposta de Seffner (2021), como uma aula de História pode demonstrar certas combinações de fatores que resultam em desigualdades, violências, preconceitos, discriminações e levam à vulnerabilidade social de indivíduos ou grupos sociais no Brasil. Como contribuir para promover a reflexão crítica de estudantes e apresentar pessoas LGBTQIAPN+ como sujeitos históricos e políticos? Uma das possibilidades é contar a história da formação da identidade e da organização política das homossexualidades no Brasil no período da ditadura empresarial-militar.

Conforme Pereira e Seffner (2018), à/ao professora/professor de história cabe recortar o passado para discutir questões caras ao tempo presente. É nisso que consiste o caráter ético do ensino de história. O processo de ensino implica a mobilização de representações que façam com que os discentes olhem para si mesmo, para o mundo em que vivem e para os outros de forma crítica. Para os autores:

O caráter ético do ensino de história está justamente no processo de construção de si mesmo como sujeito de um olhar, como subjetividade marcada por se permitir realizar uma determinada interpretação do passado e, ao mesmo tempo, do seu lugar no presente. (Pereira e Seffner, 2018, p. 17).

Neste sentido, esta dissertação tem por objetivo geral a discussão do como o Ensino de História pode contribuir para levar estudantes à reflexão crítica sobre a ditadura empresarial-militar e sua relação com pessoas LGBTQIAPN+ e a resposta da comunidade à repressão. Além disso, visa enfrentar narrativas negacionistas que inundaram o Brasil dos últimos anos.

1.2 Os desafios do negacionismo no Ensino de História

Tratar temas sensíveis, como a ditadura empresarial-militar no Brasil, se tornou um desafio às professoras e aos professores de história. Este tema está em disputa com memórias formadas por pessoas que viveram o período ou que escutaram os relatos pessoais de seus pais e avós. Memória essa sempre parcial, como é próprio da memória, já que no período ditatorial

de 1964 a 1985 dois fatores impediam um conhecimento e julgamento mais global sobre o que ocorria: a censura e a propaganda enviesada do governo.

A imposição da censura aos meios de comunicação, rádio, televisão e jornais, impedia que fossem faladas sobre as atrocidades e crimes cometidos na ditadura, como a tortura e a corrupção. Até hoje muitas pessoas fazem uma falsa associação entre governo militar e “ordem”, ou em outras palavras, governo militar e ausência de corrupção e crimes, muitos deles cometidos pelos próprios agentes do Estado.

Com a redemocratização, a tortura e o aparelho repressivo foram relativizados, dentre outros, por historiadores que fizeram parte do campo progressista e através de livros que circulam em meios militares, como *A verdade sufocada*, escrita por Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁵ (Morais, 2015), ex-agente do CIE¹⁶ e coronel reformado e ex-comandante do DOI-Codi¹⁷-SP entre 1970 e 1974. Em 2016, quando do *impeachment* da presidente Dilma Roussef, o então deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) votou a favor, segundo ele, em memória do coronel Brilhante Ustra.

Após o golpe dado na presidente Dilma Roussef, a extrema direita ascendeu no país. Pessoas afinadas à lógica conservadora se sentiram à vontade para propalar abertamente o racismo, a homotransfobia, o machismo e várias outras formas de opressão. Para compreendermos a dimensão do problema dos efeitos da reação conservadora no campo da sexualidade, destacamos um caso que ocorreu em 2018, logo após a vitória nas urnas de Jair Bolsonaro: uma travesti foi morta na cidade de São Paulo aos gritos de “Agora é Bolsonaro”¹⁸(AOS GRITOS DE "BOLSONARO", 2018).

Com Bolsonaro no poder, manifestantes foram às ruas pedir intervenção militar¹⁹ (MANIFESTANTES A FAVOR DE BOLSONARO, 2022). Em 8 de janeiro de 2023, um novo golpe quase se materializou. Manifestantes, financiados por grandes empresários e

¹⁵ “[...] o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra (...) foi chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, órgão de repressão política durante a ditadura empresarial-militar. Durante o período em que Ustra chefiou o DOI-Codi, de 29 de setembro de 1970 a 23 de janeiro de 1974, foram registradas ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados, de acordo com relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, que apurou casos de tortura e sumiço de presos políticos durante os governos militares.” (Morais, 2015). MORAIS, Raquel. Morre Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. G1. Distrito Federal, 15 out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

¹⁶ Centro de Informações do Exército

¹⁷ Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

¹⁸ REDAÇÃO. Aos gritos de "Bolsonaro", travesti é morta a facadas no centro de SP. Fórum. 16 out. 2018. disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2018/10/16/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-morta-facadas-no-centro-de-sp-35248.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.

¹⁹ Manifestantes a favor de Bolsonaro carregam faixas com frases antidemocráticas no 7 de Setembro. G1. 07 set. 2022. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/07/manifestantes-a-favor-de-bolsonaro-carregam-faixas-com-frases-antidemocraticas-no-7-de-setembro.gh.html>. Acesso em: 11 jan. 2025.

impulsionados pela ideologia do campo conservador, atacaram e destruíram o Congresso Nacional. As pessoas envolvidas na tentativa de golpe de Estado estão sendo julgadas.

Os ecos desse período ainda circulam na sociedade brasileira atualmente. Um dos exemplos, no campo dos costumes, foi a apresentação, em 2024, do show da cantora Madonna. A cantora despertou os discursos conservadores contra as sexualidades nas mídias e redes sociais²⁰ (Pierre, 2024). Discursos estes já manifestados em 2018 e que garantiram a vitória do presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro.

Durante as eleições de 2018 e ao longo do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o pensamento conservador e religioso não somente se afirmou como também educou seus seguidores sobre os mais diversos temas: política, filosofia, organização social, moral, ética, gêneros e sexualidades.

Setores ultraconservadores utilizaram o medo da população para disseminar a ideia de que setores da esquerda transformariam a lógica dos gêneros, das sexualidades e da família através da “ideologia de gênero” (Silva, 2020). Espalhou-se que nas creches seriam distribuídas mamadeiras com bico em formato de pênis – apelidado “mamadeira de piroca” – para transformar crianças em homossexuais²¹ (Rodrigues, 2019). As escolas, de espaço importante para políticas públicas de combate ao preconceito contra comunidade LGBTQIAPN+, tornou-se alvo de censura e cerceamento desta prática.

A escola é vista, por uma parcela do campo progressista, como um dos espaços de enfrentamento contra as violências de gêneros e sexualidades através da construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas com base no respeito a diversidade e nos direitos humanos (Junqueira, 2009). Esse campo, através dos movimentos sociais, vinha conquistando espaços no que diz respeito aos direitos de grupos minoritários e às políticas públicas de combate às discriminações quanto à orientação sexual, de gênero, étnico-raciais etc.

As árduas conquistas dos movimentos das minorias sofreram certa retração quanto a projetos político-educacionais e aos novos vocabulários que se instituíam e traziam uma nova ética. Uma dessas conquistas foi o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual – Brasil Sem Homofobia, lançado pelo governo federal em 2004.

²⁰ PIERRE, Eduardo. **Sexo, garrafada, quadradinho: 10 cenas que deram o que falar no show da Madonna**. 25 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/show-da-madonna/noticia/2024/05/05/cenas-que-deram-o-que-falar-no-show-da-madonna.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2024.

²¹ RODRIGUES, Cris. Neste 1º de abril, relembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil. Brasil de Fato. São Paulo, 01 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Com financiamento do Ministério da Educação, foi criado o caderno e *kit* de ferramentas com a proposta de ser um passo inicial no combate à homofobia nas escolas. No entanto, este material foi demonizado e serviu como discurso político para impulsionar, em rede nacional, a candidatura à presidência de Jair Bolsonaro. O material foi, pejorativamente, apelidado de “*kit gay*”.

Segundo Mendonça, Moura e Aquino (2021), com a extrema-direita, o currículo, a escola, os gêneros e as sexualidades ganharam uma estrutura discursiva com significado oposto ao dado pelos campos progressista. Esses discursos se estruturam em vídeos de Olavo de Carvalho, falas de pastores e padres em seus púlpitos, ações de perseguições de vereadores e deputados²² contra escolas, apresentação de projetos de lei antigênero e a criação do Movimento Escola sem Partido (MESP). Todas essas ações se apoiam na justificativa de “proteção à família”. Assim, buscam dar sentido e justificar sua visão conservadora de mundo.

Os efeitos deste período tenebroso estão presentes no legislativo brasileiro ainda hoje. Um congresso majoritariamente conservador implementa projetos de lei atacando direitos conquistados pela comunidade LGBTQIAPN+. Segundo a Revista Fórum (2024): “Um levantamento divulgado nesta terça-feira (12) pela Observatória mostrou que 342 projetos de lei contrários aos direitos da população LGBTQIAPN+ tramitam no Brasil em Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado.”²³ (Motta, 2024).

No campo político, grupos de extrema direita utilizam as redes sociais para divulgar vídeos e memes que distorcem sobre esse passado recente de repressão militar. Outra estratégia dos negacionistas, que Joffily e Ramalho (2024) vão chamar de distorcionistas, é a apropriação de protocolos metodológicos que imitam o debate historiográfico dos especialistas no assunto. A intenção é validar seu discurso perante o público. Além disso, acusam seus oponentes de lançar mão daquilo que eles fazem tão bem – ocultamento e falsificação do passado.

Gallindo e Pureza (2024) falam da articulação de uma rede negacionista da Ditadura empresarial-militar. Segundo os autores eles se articulam para:

²² Em Petrópolis/RJ, o então deputado federal Daniel Silveira, o mesmo que quebrou em praça pública placa em homenagem a Marielle Franco, vereadora morta por questões políticas, foi condenado a indenizar diretora do Colégio Estadual Dom Pedro II, situado em Petrópolis, após entrar na escola em 2018 sem autorização e postar vídeo com ameaças e desinformação. (Ferreira, 2022). FERREIRA, Vinícius. 02 fev. 2022. Deputado Daniel Silveira é condenado a indenizar diretora do colégio Dom Pedro II. Tribuna de Petrópolis. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/deputado-daniel-silveira-e-condenado-a-indenizar-diretora-do-colegio-dom-pedro-ii/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

²³ MOTTA, Júlia. Mais de 340 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, mostra levantamento. Fórum. 12 nov. 2024. <https://revistaforum.com.br/lgbt/2024/11/12/mais-de-340-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-mostra-levantamento-169198.html>. Acesso em: 11 jan. 2025.

[...] gerar intencionalmente o engano e a desinformação por meio da operacionalização de conteúdos históricos apologéticos, negacionistas e falsificadores da experiência ditatorial em diferentes temporalidades e espaços de sociabilidade. (Gallindo e Pureza, 2024, p. 41).

Essa intensa produção imagética e midiática – que atuam em produções de vídeos de grande alcance, a exemplo de empresas como a Brasil Paralelo²⁴ – vem educando eficazmente pessoas de todas as classes sociais e idades. Em sala de aula, nós, professoras e professores de história, temos lidado com a desconfiança ou com a contra argumentação de estudantes seduzidos pelo discurso da extrema-direita. Somos acusados de sermos “comunistas”, palavra utilizada menos para nos colocar num campo político-ideológico e mais como uma acusação com objetivo de deslegitimar nossa fala. Ao mesmo tempo, invertem a posição daqueles que realmente distorcem o passado ditatorial e se colocam numa posição de quem traz uma “verdade escondida”. Esse é o caso do jornalista Leandro Narloch, que escreveu vários “guias politicamente incorretos da história”.

Os negacionistas usam o passado para promover a enganação através da distorção deste passado histórico. Eles produzem material educativo impresso, imagético e audiovisual com objetivos:

(1) como falsificação da história, posto que apresenta um passado que não ocorreu; (2) como rede e empreendimento organizado, uma vez que age de forma articulada e agrega um sentido de comunidade aos seus interlocutores; (3) como uso político e abusivo do passado, pois provoca intencionalmente o engano e usufrui de suas vantagens; e, por fim, (4) como um ecossistema da desinformação que difunde narrativas anticientíficas e, não raramente, antidemocráticas. (Gallindo e Pureza, 2024, p. 45).

Dentre as estratégias negacionistas estão: as comparações e generalizações fora de contexto; as práticas de tortura são questionadas e mesmo banalizadas através dos memes ironizando ou satirizando o período; a exaltação dos torturadores, ao invés da denúncia; desprezo pelas conquistas das sociedades democráticas e a negação das evidências, testemunhos e do debate historiográfico sobre o período (Gallindo e Pureza, 2024). Estas narrativas têm seduzido boa parcela da sociedade brasileira e se transformado em discursos e posicionamentos políticos favoráveis à extrema direita.

Como um de seus efeitos, a extrema-direita conseguiu levar parte da população a desconfiar das/os professoras e professores em sala de aula. Os efeitos práticos da

²⁴ A empresa Brasil Paralelo foi criada em 2016, em Porto Alegre, e é especializada na produção de material audiovisual para o *Youtube* com conteúdos negacionistas da Ditadura empresarial-militar (Gallindo & Pureza, 2024, p. 44).

deslegitimação de professoras e professores se expressam na perseguição empreendida pelos pais das/os alunas/alunos/alunes, e mesmo da própria direção da escola.

Em artigo publicado pela *Revista Hoje* – “Negacionismo em rede(s): a cadeia de produção e difusão negacionista da Ditadura empresarial-militar nas mãos da extrema direita” (Gallindo e Pureza, 2024) – uma das autoras aponta como viveu a perseguição da direção e do assistente social do colégio. Ambos empreendiam, no dizer dos autores, “ações persecutórias de cunho fundamentalista político e religioso” (Gallindo e Pureza, 2024, p. 50). Eu mesmo fui perseguido por um pai de aluno após trazer para escola um palestrante para discutir racismo, em 2019. O pai, pastor evangélico, foi à escola perguntar a direção “quem era o professor gay que estava discutindo racismo em sala de aula”. A direção tentou uma acareação entre o pai e eu. Eu fui ao dia marcado apoiado pelo sindicato dos professores, e o pai desistiu da conversa.

No que diz respeito aos estudos de gêneros e sexualidades, a escola se tornou o espaço preferido da ação de pessoas comuns e políticos em busca de popularidade na lógica do pensamento religioso e conservador, haja vista a atuação de movimentos que têm como objetivo cercear a liberdade de cátedra e perseguir professoras e professores, tais como o Escola Sem Partido²⁵ (Silva, 2020).

Por todos esses motivos, o tema ditadura empresarial-militar se tornou, juntamente com as discussões de gêneros e sexualidades, difíceis de serem discutidos em sala de aula. Ele desperta memórias em disputa na sociedade impregnada pelo discurso negacionista, distorcionista e de pânico moral insuflado pela extrema-direita. Estas são as memórias daqueles agentes do Estado que desrespeitaram os direitos humanos durante a ditadura, daqueles que querem manter-se impunes pelas atrocidades que cometeram, daqueles que querem manter uma ordem conservadora e de restrição de direitos para as minorias.

Muitas/os professoras e professores de história têm buscado discutir os temas sensíveis em sala de aula de maneira restrita ou mesmo nem tocar neles com medo da repressão e das polêmicas. Logicamente, cada profissional deve avaliar as condições em que está para saber se cabe ou não o enfrentamento. A tarefa da/do professora/professor de história não é fácil nessa disputa de memórias em tempos de ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo. Cabe atentar que:

²⁵ “O Movimento Escola Sem Partido foi um movimento político criado em 2004 pelo Procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, com a intenção de combater aquilo que eles denominam de “doutrinação ideológica” nas escolas e universidades brasileiras.” (Silva, 2020, p. 158). Mesmo o ESP não existindo mais desde 2019, os professores continuam vulneráveis aos preceitos que o movimento pregou.

A tarefa que tem se colocado para os docentes, então, é inventar formas de restabelecer em sala de aula um diálogo baseado na confiança recíproca e que articule, ao mesmo tempo, o espaço de participação dos estudantes e o potencial da intervenção reflexiva da disciplina História. Assim, será possível oportunizar que esses jovens estudantes se apropriem de nosso passado ditatorial e consigam compreender as noções de democracia e ditadura que permeiam o seu presente. E, especialmente, garantir que nossas aulas de História sejam espaços dedicados a educar para o Nunca Mais. (Carvalho, Gasparoto e Soares, 2024, p. 7).

Nesse sentido, o desafio desse trabalho é tratar a resistência do jornal alternativo *Lampião da Esquina* em contexto autoritário.

A BNCC denomina esse período de “ditadura civil-militar”, seguindo uma linha historiográfica em que não deixa claro a que interesses a ditadura serviu. Autores como Daniel Aarão Reis Filho e outras intelectuais inspiradas nele, como Samantha Quadrat e Denise Rollemberg, utilizam essa expressão em que “civil” aparece de forma a se referir a toda sociedade. Para essas autoras, há uma cultura política autoritária disseminada verticalmente pela sociedade formando um consenso e apoio social aos regimes autoritários. Em Aarão Reis, Rollemberg e Quadrat a sociedade é vista de forma homogênea. Deixa-se de verificar nesta análise que o apoio civil não foi total e contínuo (Vasconcelos et al, 2024). Setores como a classe média que no período do “Milagre Econômico” deu grande apoio à ditadura, em momentos de recessão retira-o. Ou ainda os próprios trabalhadores que foram reprimidos por quase todo período e tiveram interventores em seus sindicatos, assim como estudantes que se colocaram contra à ditadura. Estes são alguns dos exemplos de oposição à ditadura.

Em sua tese de doutorado de 1981, Renné Dreifuss comprova a ação política articulada e organizada de empresários e militares sob a liderança do bloco econômico multinacional. O objetivo era a reformulação do Estado brasileiro e a derrubada do presidente João Goulart. Dois institutos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), tiveram papel de destaque, segundo Dreifuss. Juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG), estes institutos foram responsáveis pela elaboração de um projeto modernizante conservador para o Brasil e por articularem tanto o golpe, como a implantação da ditadura. A vitória somente foi possível em função da “[...] atuação política consciente de um setor de vanguarda do empresariado brasileiro [...] juntamente com um setor importante das Forças Armadas.” (Vasconcelos et.al., 2024, p. 6). Os autores observam que este setor de vanguarda do empresariado brasileiro era a fração mais vinculada aos interesses do capital internacional. Para Dreifuss, a sociedade civil é um espaço de articulação de interesses de classes opostos. Isso explicaria o envolvimento de fração do empresariado com o braço armado do Estado.

Segundo os autores Vasconcelos *et al.* (2024), outro segmento historiográfico tem apoiado a tese classista do Golpe e da ditadura que se seguiu pós 1964 e o próprio relatório da comissão da verdade traz a síntese das perspectivas analíticas de tais autores:

[...] são apresentados diversos aspectos da participação do empresariado no golpe de Estado e na construção da ditadura, com destaque não só para o papel do IPES, mas também para o do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além das articulações do empresariado com os militares, o papel da grande imprensa, a adoção de políticas públicas e de reformas do Estado, visando atender aos interesses da classe empresarial nacional e internacional, o peso de membros da classe dominante no processo decisório e a colaboração de grandes empresários no financiamento das estruturas de repressão. (Vasconcelos et al, 2024, p. 8)

Na aula sobre o golpe de 64 e o período da ditadura uso o entendimento de que os militares executaram mudanças estruturais com fim de dinamizar o capitalismo no Brasil em defesa de interesses do capital nacional associado e do internacional. Logo, o termo “ditadura empresarial-militar” dá o sentido do caráter classista do Estado em oposição a outros setores da sociedade.

O Ensino de História é um meio de transbordar as fronteiras das universidades e se colocar como um importante interlocutor nos debates sociais e de reconstituição da dimensão ético-política do período ditatorial. Além do mais, a escola e as aulas de história são um espaço de memória (Carvalho, Gasparoto e Soares, 2024). O trabalho educativo sobre a ditadura empresarial-militar é uma importante ferramenta para a construção de cidadanias participativas e para a defesa da democracia.

Trabalhar o jornal *Lampião da Esquina* em sala de aula e reconstruir, parcialmente, este passado sob a perspectiva histórica do periódico, contribuirá para romper o silêncio do currículo e formar cidadãos que se oponham a governos autoritários e sejam mais inclusivos à diversidade sexual e de gênero.

1.3 O silenciamento do currículo como promotor de violência

O currículo não é um conjunto neutro de conhecimento, ele é sempre a seleção de alguém ou algum grupo que diz o que é o conhecimento legítimo. A seleção do que entra ou não no currículo pode gerar tensões na sociedade (Apple, 2005). Da mesma forma, a escola e suas/seus professoras e professores não são lugares e agentes neutros e livres da dimensão

racista, sexista, homotransfóbica, capacitista etc. (Santomé, 2011). Esses valores não explícitos no currículo entram em sala de aula afetando os sujeitos da relação ensino-aprendizagem.

Para Moreira e Candau (2007), o currículo seria um conjunto de ações desenvolvidas nas relações sociais com fim educativo. Esse esforço se dá em torno de conhecimentos previamente erigidos. Nesse sentido, o currículo é capaz de forjar identidades.

Quando falamos em currículo, logo nos vem à mente a BNCC ou suas versões produzidas pelos Estados e Municípios. Estes currículos são fundamentais e cabe discussão atenta sobre ele, contudo há aqueles currículos que de fato adentram a sala de aula (Dias, 2018) e se transforma numa prática pela/pelo professora/professor através de exposições e atividades. Esse é o currículo real. Há, ainda, um currículo que não está explícito, mas que também são perspicazmente educativos no âmbito escolar, o currículo oculto.

Segundo Moreira e Candau (2007), o currículo oculto afeta os sujeitos através de planos e propostas ocorridas nas trocas sociais escolares. Na escola, os sujeitos agem e emitem valores através de rituais, práticas, hierarquias, regras, procedimentos, na própria organização do espaço e do tempo, nas mensagens subliminares emitidas pelas falas de professoras e professores, ou pelo próprio livro didático etc.

Numa escola em que trabalhei há alguns anos, a direção trocou um aluno de turma que reclamava estar sofrendo homofobia em sala de aula. Cheguei a questionar, juntamente com outra professora, a atitude da direção, mas esta manteve sua postura. A mensagem que a direção passou, sem dizer uma palavra, somente com esta atitude, para toda escola foi: homossexualidade é um problema a ser punido.

Em outra situação, um aluno transgênero foi agredido pela colega de turma. A aluna agressora dizia que ele tinha nascido mulher e, logo, era uma mulher. Se utilizava de uma noção biologizante de gênero para negar a identidade do colega. A coordenação do colégio chamou os pais do aluno para saber qual tratamento dar ao filho transgênero. Os pais mantiveram a postura conservadora e biologizante sobre o aluno. A identidade de gênero do aluno não foi respeitada. A colega agressora não foi repreendida. Novamente o corpo diretivo da escola mandou sua mensagem de normatização dos corpos no espaço escolar.

Outra lembrança que trago, de quando iniciei o magistério, foi a de um diálogo entre a coordenadora pedagógica e uma professora. Para fazer referência a um aluno, ela o aponta como “aquele gayzinho que anda com a fulana”. A escola não somente reforça continuamente as normas heterossexuais e cisgêneras da sociedade, como coíbe os gêneros e as sexualidades não-normatizadas.

Se “no currículo se sistematizam nossos esforços pedagógicos” (Moreira e Candau, 2007, p.19), importante atentar não somente ao currículo formal²⁶, mas compreender o quão pedagógico é o currículo oculto no espaço escolar. Neste sentido, cabe aos profissionais de educação discutirem não somente o currículo formalizado pelas instâncias superiores à escola, através dos ministérios federais e das secretarias estaduais/municipais, como compreender e se posicionar quanto ao currículo oculto em ação na escola. A construção de um currículo mais democrático e inclusivo é fundamental na construção de cidadãos mais livres e atuantes na sociedade.

A escola e o currículo têm um papel fundamental no combate às violências em seu espaço. No entanto, a escola tem se tornado cúmplice destas violências. Na verdade, o papel da escola está para além da cumplicidade. Como aponta Guacira Lopes Louro (1997), a escola produz sujeitos. Com base na perspectiva de Louro, podemos pensar que a escola (re)produz²⁷ sujeitos que atendem a uma norma socialmente estabelecida e, ao manter a norma, há uma contínua (re)produção de sujeitos que estão fora dela.

Segundo Louro (1997), as diferenças de gêneros, sexualidades, etnia, classe são constituídas e (re)produtoras de sujeitos através dos currículos, das normas, dos procedimentos de ensino, das teorias, da linguagem, dos materiais didáticos, dos processos de avaliação. A escola (re)produz o racismo ao trabalhar somente com uma bibliografia majoritariamente branca, com autores europeus em sua maioria e uma perspectiva branca e eurocêntrica. A escola (re)produz a misoginia ao apresentar somente a história dos homens (brancos), dos homens na ciência, ora como heróis, ora como grandes figuras públicas. A escola (re)produz a homofobia e a transfobia ao silenciar os sujeitos diversos e reforçar sistematicamente a naturalização da heterocisnormatividade.

Ao (re)produzir a norma, a escola também produz os desvios à norma: os “excêntricos”, os “estranhos”, nos ensina Louro (1997). A escola (re)produz os alvos da violência e o conceito de bullying/cyberbullying não abrange as especificidades das violências para dar o seu devido tratamento. A escola, mais especificamente o currículo de história, tem um papel limitado, mas, antes de tudo, o dever de contribuir para levar alunas/alunos/alunes a uma reflexão crítica sobre

²⁶ “O currículo formal se refere ao currículo prescrito, definido e explícito através dos documentos oficiais dos estabelecimentos educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Projetos Político Pedagógicos ou Projetos Pedagógicos de Cursos, Diretrizes Curriculares Nacionais, e programas de ensino das instituições.” (Dias, 2018, p. 18)

²⁷ Em seu texto a autora, Guacira Lopes Louro, fala mesmo de uma produção de sujeitos. Sujeitos estes fabricados pela escola. “O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível.” (Louro, 1997, p. 63)

a violência, não só em seu espaço, como na própria sociedade. E a escola faz isso ao mediar o encontro entre professoras/professores e estudantes com fim de estabelecer entre elas/eles/elos o compromisso ético com a crítica, a verdade e a cidadania.

Para compreendermos o tamanho da problemática, é imperioso traçar um retrato da violência no Brasil. Mendonça, Moura e Aquino (2021) nos trazem alguns números da violência no país. As autoras nos apresentam dados importantes sobre evasão escolar, incidência de estupro e identificação dos agressores. Baseadas em dados da Agência Brasil de 2016, das 1,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola, mais de 600 mil eram mulheres e, destas, 35% eram mães. Segundo dados de 2016 da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil está em 5º lugar na lista dos países que mais matam mulheres, sendo que 33,2% dos agressores são parceiros ou ex-parceiros da vítima. Em casos de violência sexual, de acordo com o Atlas da Violência 2018, a maioria das vítimas de estupro são crianças e adolescentes e, nesses casos, os agressores são conhecidos. Já quando as vítimas são mulheres adultas, minoria dos casos, os agressores são desconhecidos na maioria das vezes.

Pesquisa apresentada pelas mesmas autoras aponta que, em 2017, uma pessoa LGBT foi morta a cada 19 horas no Brasil. A orientação sexual e a identidade trans foram responsáveis pelo assassinato de 445 pessoas no mesmo ano. A hostilidade em ambiente escolar que sofrem travestis e transexuais foi confirmada por matéria produzida pela Agência Brasil para explicar o principal motivo de afastamento da população LGBTQIAPN+ das escolas (Mendonça, Moura e Aquino, 2021).

Como já afirmamos, a prática do *bullying/cyberbullying* e outras violências são constantes no espaço escolar. No livro “Gênero, Sexualidade e Educação”, Denise Bastos, Izaura Cruz e Marilu Dantas (2018), nos dão algumas estatísticas sobre a violência contra as sexualidades nas escolas:

A pesquisa Juventudes e sexualidade, realizada pela UNESCO em 2000 e publicada em 2004, realizada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras, apresentou resultados alarmantes: 39,6% dos estudantes do sexo masculino não gostariam de ter um colega de classe homossexual; 35,2% dos pais não gostariam que seus/suas filhos/as tivessem um colega de classe homossexual; 60% das/os professoras e professores afirmaram que não possuem conhecimento suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula. (Bastos, Cruz e Dantas, 2018, p. 22)

A pesquisa fez 20 anos e, possivelmente, continua bastante atualizada. Numa outra pesquisa da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016), foi questionado às/aos estudantes qual a frequência

em que foram agredidas/os verbalmente - xingadas/os ou ameaçadas/os - na instituição educacional em que estudaram no último ano, especificamente por causa de características pessoais: orientação sexual, identidade de gênero, identidade/expressão de gênero e raça/etnia. A grande maioria (84,4%) relatou ter sido agredida verbalmente em algum momento no último ano por causa de alguma dessas características pessoais. A forma como expressam o gênero e a orientação sexual teve maior frequência de agressão verbal nos relatos de estudantes LGBTQIAPN+ na escola.

Se a escola tem um papel fundamental no combate às violências, o currículo tem fulcral implicação nisso. O próprio currículo pode ser entendido como um discurso e “os discursos produzem uma ‘verdade’ sobre os sujeitos e sobre seus corpos (...)” (Louro, 2013, p.49). Quando entro em sala de aula e uma/um educanda/o me aponta e diz – “Esse professor é viado” – ela/ele está apoiada/apoiado sobre um discurso, um saber socialmente produzido sobre meu corpo, meus gestos, minha voz. Daí a importância de se pensar quais discursos estão sendo produzidos em sala de aula. Como esses discursos têm servido explícita ou tacitamente para reforçar determinadas identidades como normal em detrimento de outras?

Se é importante ouvir o que se enuncia sobre o sujeito, importante também estarmos atentos sobre o que é silenciado – o não-dito. Os efeitos desse silenciamento são cruéis. Como aponta Louro:

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, desse modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (Louro, 1997, p.68).

Como nos ensina Santomé (2011), há uma lista de culturas ausentes no currículo, os grupos minoritários ou sem poder: as mulheres, a classe trabalhadora e o mundo das pessoas pobres, as pessoas com deficiências físicas e/ou psíquicas, além das já citadas sexualidades lésbicas, *gays*, transexuais dentre outras. Essas são algumas das que o autor chama de “culturas negadas no currículo”. Vou priorizar o grupo que é tema dessa dissertação e cuja identidade fica mais complexa à medida que as discussões sobre gêneros e sexualidades avançam – o grupo LGBTQIAPN+.

Esses grupos silenciados pelo currículo estão, normalmente, no cotidiano social e não podem ser tratadas como estranhas, exóticas e mesmo problemáticas – como algo externo àquela sociedade. Esse silenciamento não pode ser naturalizado e tratado como algo que não se pode intervir (Santomé, 2011). Ao contrário, a escola tem o dever de intervir já que uma de suas finalidades é a formação para cidadania.

1.4 – BNCC sob disputa

Em 1918 o currículo foi definido, por Bobbit, como a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos. Inspirado na teoria taylorista, o currículo foi assim recepcionado pela escola, por professoras e professores e grupos educacionais da época como algo neutro, inquestionável, racional e aplicável a sociedade de massa. Contudo, essa visão de neutralidade do currículo tem sido questionada. Apple e Silva (2005) afirmam, categoricamente, que o currículo, longe da suposta neutralidade que porta, é uma seleção.

Sendo uma seleção, o currículo também não é uma seleção técnica, metodológica, em que profundos conhecedores organizam os conteúdos a serem ministrados em sala de aula de forma neutra, buscando um conhecimento puro e universal. O currículo é uma seleção em que determinados grupos no poder se impõem com fim de transformar os sujeitos em seres universais e homogêneos. Ou, se houver diferenças, que sejam segundo os critérios desses grupos no poder. Assim, podemos afirmar que o currículo é a expressão do poder de um grupo sobre “outros” (Apple e Silva, 2005).

Podemos compreender o currículo como um artefato social e histórico sujeito a mudanças e flutuações. Este artefato é um instrumento cheio de descontinuidade e rupturas em sua construção (Silva, 2013).

O currículo é o resultado de um processo social em que ao lado de fatores lógicos, filosóficos e intelectuais convivem interesses menos formais como rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidade de domínio e controle das classes, das “raças” e dos gêneros (Silva, 2013). Quando escrevia em 2011, Santomé percebeu que o currículo defendido pela direita espanhola tinha uma concepção única de nacionalismo. Em sua avaliação, a estratégia do Estado espanhol franquista era a de silenciamento, no currículo, da diversidade nacional. Os efeitos desses silenciamento são a produção de preconceitos e estereótipo atribuídos a galegos, bascos e catalães como resultado da negação dos seus sinais de identidades.

No Brasil, o silenciamento dos currículos e seu impacto nos livros didáticos sobre as histórias das diversidades étnico-raciais, dos gêneros e das sexualidades não-normativas ocorre em função de disputas político-ideológicas sobre quais temáticas deveriam ser abordadas nos currículos. Esse silenciamento tem forte impacto sobre os livros didáticos. A história do currículo de história e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos ajuda a vê-los como algo que é alvo da disputa entre grupos sociais conservadores como o Escola Sem Partido (ESP), o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) e grupos progressistas.

A última BNCC foi fruto da vitória de setores conservadores aliados a empresários reunidos no Movimento pela Base Nacional Comum Curricular²⁸ e no Todos pela Educação²⁹ (TPE). Segundo Cássio (2019), este movimento tem influenciado as discussões nacionais sobre a BNCC desde 2014 e estimulado conexões entre o currículo nacional obrigatório e a indústria do livro didático no Brasil.

O currículo nacional apresentado foi disputado palmo a palmo, como ficou evidente na construção do currículo de história. Na primeira versão da BNCC, de 2015, o currículo de História não veio junto com a BNCC, o que gerou estranhamento e dúvidas sobre sua inclusão. Contudo, o Ministério da Educação explicou que o atraso se devia a falta de consenso da comissão sobre o texto final. Quando o documento foi publicado, a inquietação dos pesquisadores e pesquisadoras do campo da História e do Ensino de História se manteve. Apesar dos inúmeros problemas apontados por diversas/os professoras e professores e historiadores, esta versão trazia, como ponto positivo, a história e cultura afro-brasileira e indígena na história do Brasil, e as discussões sobre relações de gênero na História. Havia uma clara postura política de rompimento com a história tradicional – quadripartite e europeia (Ferrari, 2021). Neste sentido, podemos considerá-la um avanço sob o ponto de vista das lutas das minorias negras e feministas.

Entretanto, a segunda versão do currículo de história e a versão definitiva foram palco de debates e disputas em torno da manutenção de uma história europeia e de temporalidade quadripartite (Ferrari, 2021). Com a reelaboração dos conteúdos de história, a segunda versão foi lançada no portal do MEC e aberta para divulgação e debates. A parte de história foi amplamente criticada, gerando divulgação na imprensa. Mediante as críticas, foi ampliada a comissão de historiadores indicados pela ANPUH (Associação Nacional dos Professores de História). Contudo, essa se desligou da Comissão Disciplinar por discordar do texto produzido na segunda versão.

No campo da história, a terceira versão da BNCC saiu numa lógica eurocentrada e silenciada sobre a história do Brasil recente. Houve poucos ou nenhum avanço na discussão

²⁸ “[...] o Movimento pela Base Nacional Comum é formado pelas fundações Lemann, Roberto Marinho e Maria Cecília Souto Vidigal; os institutos Ayrton Senna, Unibanco, Natura e Inspirare; o movimento Todos pela Educação; o Itaú BBA; o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); agentes públicos ligados ao MEC [Ministério da Educação e Cultura]; economistas e consultores educacionais de bancos; representantes de grupos produtores de materiais didáticos; e especialistas em avaliações em larga escala.” (Cássio, 2019, p. 16).

²⁹ O Movimento Todos pela Educação (TPE) foi fundado em 2006 e é constituído por fundações e institutos educacionais de grandes grupos empresariais. O Todos pela Educação se diz apartidário e plural, mas está alinhado com os ideais neoliberais de Jacques Delors. O TPE promove projetos de ampla repercussão e intensa propaganda graças a seu poder econômico. Basta ver sua presença nas mídias quando o assunto é educação – seu discurso é privilegiado em detrimento de especialistas em educação. (Penna e Ferreira, 2018, p. 117)

sobre história do Brasil e grupos historicamente silenciados como os LGBTQIAPN+, a história das mulheres e a história dos povos indígenas (Penna e Ferreira, 2018). Num país multifacetado como o Brasil, seria fundamental ter expressado no currículo nacional essa diversidade sociocultural.

Segundo nos diz Ferrari (2021), a história tradicional foi mantida e desconsiderada toda trajetória de pesquisa e de luta do Ensino de História, que pressionava por uma história descolonizada. Para Ferrari (2021):

A questão não estava, simplesmente, na manutenção de códigos disciplinares constituídos e tradicionais ou na defesa de um currículo em mutação e em constante produção capaz de descolonizar e inventar novas tradições, mas sim numa disputa de campos de pesquisas atravessados por relações de poder em torno de um currículo (Ferrari, 2021, p. 159).

O grupo conservador, apoiado pelo Escola Sem Partido (ESP), utilizou como estratégia o “Pânico Moral” a partir do sintagma “Ideologia de Gênero”³⁰ com o argumento de “proteção à família” para excluir a palavra “gênero” do currículo de história. Do outro lado, o grupo de estudos de gêneros, sexualidades e educação baseavam-se na lógica do gênero como uma construção histórica e cultural. Se “gênero” tem uma historicidade, então ele tem que constar no currículo de história. Foi desconsiderada, na última versão da BNCC, toda trajetória de pesquisa e de luta do campo do Ensino de História e de luta feminista que pressionavam por uma história descolonizada (Ferrari, 2021). Em outras palavras, a versão definitiva significou um retrocesso sob o ponto de vista dos estudos largamente produzidos pelo campo feminista e pós-estruturalista.

Quanto à questão racial, a história africana e afro-brasileira permaneceu contemplada na última BNCC por força das leis 10.639/03 e 11.645/08. Contudo, continua sendo um desafio a implementação destas nas escolas, principalmente após a ascensão da extrema-direita, uma vez que esses grupos conservadores buscaram, segundo Arantes (2021),

³⁰ Para Rogério Junqueira o “Pânico Moral” é uma estratégia utilizada por grupos conservadores e religiosos a partir do sintagma “Ideologia de Gênero” em torno de um discurso de “proteção da família”. “De toda sorte, em que pese a multiplicidade de condições e contextos, parece fundamental reiterar, com base especialmente em Garbagnoli (2014a, 2014b, 2016a) e Butler (2004), que a invenção do sintagma “teoria/ideologia de gênero” assume o cerne de uma resposta político-religiosa reacionária em que ele opera como um dispositivo retórico e persuasivo, aliado inclusive a uma retórica renaturalizadora da ordem moral e de suas hierarquizações. Ademais, valendo-se também de estratégias argumentativas que acionam um quadro explicativo simples e envolvente, os movimentos antigênero podem ampliar sua audiência, lograr coalizões e agregar em torno de si setores com fortes divergências (Mayer, Ajanovic & Sauer, 2016; Paternotte, 2014, 2015b).” (Junqueira, 2018, p.458).

[...] desqualificar discursos dos movimentos negros, dismantelar políticas públicas conquistadas e impor determinada perspectiva histórica totalmente ideologizada e sem respaldo científico, ainda que contraditoriamente utilizem o argumento da neutralidade. (Arantes, 2021, p.79).

Os livros didáticos também foram afetados com a implementação de currículo nacional. No ano de 2021 foram publicados os critérios para a participação da produção dos livros didáticos no edital do PNLD³¹ que seria publicado em 2023. A recomendação do governo era promover valores cívicos, tais como respeito, patriotismo, cidadania etc. O edital causou polêmica entre aqueles que entendiam a importância da discussão de temas como gênero e diversidade sexual. A extrema-direita no poder, tendo como chefe máximo o presidente Jair Bolsonaro, buscava, assim, reprimir discussões caras ao movimento negro e feminista e a comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas, afetando, assim, o Ensino de História (Gomes e Coutinho, 2021). Em nome de uma suposta harmonia social, a extrema-direita se negou a reconhecer as diferenças. Na verdade, impunham uma ideia de paz forjada no apagamento da diversidade. Ideias há muito questionadas como a da Democracia Racial, o lugar social de submissão das mulheres e a negação de direitos da diversidade sexual ressurgem com força na sociedade encabeçados pela extrema-direita.

Temas como a ditadura civil-militar no Brasil foram propostos para o Ensino Fundamental. Contudo, o ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, em 2019, afirmou que o Ensino de História e os livros didáticos trariam a versão “verídica” do que ocorreu em 1964. Para ele, não houve Golpe de Estado, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira. Com esta fala, Vélez reforçava discursos negacionistas sobre o período ditatorial no Brasil (Gasparotto e Bauer, 2021). Muitos desses discursos receberam apoio de historiadores revisionistas ou empresas como a Brasil Paralelo.

Mesmo com toda pressão conservadora, há resistência por parte das/dos professoras e professores. O Movimento Professores contra o Escola Sem Partido (PCESP), por exemplo, reúne professores, atuantes ou em formação, contra as propostas de mordida do Escola Sem Partido. O movimento PCESP não só se consolidou como contraponto ao ESP, como também construiu sua militância política com base acadêmica (Penna e Ferreira, 2018). Neste momento de ascensão da extrema-direita pudemos acompanhar como grupos e pessoas se posicionavam no campo de disputa das agendas progressistas e conservadoras. Dentro das escolas, até hoje, encontramos professoras e professores divididos entre estes os dois campos.

³¹ Programa Nacional do Livro e do Material Didático

Assim, entendemos que a construção do currículo é o resultado de uma disputa de diversos interesses: políticos, empresariais, religiosos, mas também de grupos minoritários que buscam ser representados e legitimados socialmente. Longe de uma seleção neutra dos conteúdos que constarão no currículo, ele é a expressão de uma relação de poder.

1.5 - Base legal na luta contra o conservadorismo: avanços e retrocessos

Alguns documentos oficiais avançaram nas discussões sobre gêneros e sexualidades, mas, infelizmente, também sofreram retrocessos. Abaixo vamos verificar alguns deles. Iniciaremos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN).

A promulgação da LDB, em 1996, e dos PCNS, em 1997 e 1998, deram autonomia para que disciplinas como História discutissem a história das ditaduras (Balestra, 2016). Trazer a discussão deste período, baseada em estudos historiográficos, para sala de aula, contribui para preparar estudantes para condenar qualquer nova intenção de violação das instituições democráticas e dos direitos humanos. Os Direitos Humanos devem ser o fundamento ético para uma educação libertadora e transformadora para cidadania (Monteiro e Pimenta, 2014). As/os professoras e professores de história devem ter o compromisso ético com a história do país.

Na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reconheceram as relações de gênero como constitutivas da identidade de crianças e jovens. (Mendonça, Moura e Aquino, 2021). Para o Ensino Fundamental, os PCNs trataram temas como diversidade sexual e de gênero de forma transversal, substituindo a Educação Sexual por Orientação Sexual. Souza (2020) defende, em sua dissertação do ProfHistória, que trabalhos com estes temas não é tarefa de uma disciplina específica, mas que todas as disciplinas poderiam tratar do tema. Logo, o Ensino de História seria uma destas disciplinas.

Segundo Souza (2020), o objetivo dos PCNs era fortalecer nas escolas o conceito de cidadania e democracia. A Orientação Sexual seria um dos temas transversais a serem tratados. Assim, os PCNs tinham um papel mais inclusivo das sexualidades não normatizadas neste sentido.

Souza (2020) nos apresenta algumas críticas de especialistas, feitas aos PCNs, para Orientação Sexual. Quanto à denominação: a substituição do termo “Educação Sexual” por “Orientação Sexual” poderia passar a ideia de uma educação que pretendesse direcionar o desejo afetivo e erótico de estudantes. Outra crítica foi a noção biologizante que perpassa o

conceito de sexualidade. O objetivo de se discutir sexualidade em sala de aula não é apenas tratar a prevenção da gravidez precoce, ou as ISTs³², mas também comportamentos, valores, culturas. E por fim, a falta de acompanhamento de políticas públicas relacionados à diversidade sexual. Todos esses fatores contribuiriam para dificultar sua adoção pelas/os educadoras/os nas escolas.

No entanto, Souza (2020) avalia os méritos dos PCNs para abertura da discussão sobre sexualidade nas escolas. Dentre as avaliações positivas dos PCNs para Orientação Sexual são: a possibilidade de educadoras/es discutirem sexualidade nas escolas de forma transversal; o respaldo oficial que o documento dava às/aos educadoras/es; ser o primeiro documento a relacionar sexualidade à prazer. Souza (2020) destaca ainda o uso dos PCNs para tratar a diversidade sexual e de gênero, apesar de sua visão biologizante.

Nos temas transversais, os PCNs deram grande destaque aos tópicos da “Orientação Sexual”. Nele, as questões de gêneros ganham destaque. Essa temática nos PCNs significou um avanço, pois deixou claro a importância de se abordar gêneros e sexualidades na escola. Além disso, significou a representação de um direito básico, ou seja, o exercício da cidadania e o acesso à informação e ao conhecimento (Mendonça, Moura e Aquino, 2021).

Outro documento de destaque são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013), que dão orientação à educação brasileira e garantem a discussão das temáticas de gêneros e sexualidades nas escolas. Há nelas a preocupação com as questões de gêneros e sexualidades e promoção da inclusão social (Mendonça, Moura e Aquino, 2021). Segundo os DCNs:

[...] pode-se dizer que os direitos civis dizem respeito aos direitos do indivíduo garantidos pela legislação de cada país, como por exemplo, o direito à privacidade, à liberdade de opinião e de crenças e o direito à defesa diante de qualquer acusação. A luta pelos direitos civis baseou-se, historicamente, na luta pela igualdade, perante a Lei, de todas as camadas da população, independente de origem social, credo religioso, cor, etnia, gênero e orientação sexual. Assim, a educação é um direito civil por ser garantida pela legislação brasileira como direito do indivíduo, independente de sua situação econômica, social e cultural. (DCN, 2013, p.105).

O DCN não menciona diretamente a expressão “ditadura civil-militar”, mas podemos afirmar que a acolhe ao recomendar a formação dos sujeitos de direitos a partir da apreensão de conhecimento históricos sobre Direitos Humanos. Quando nós professoras e professores levamos a ditadura para as aulas de história, com base nos princípios dos Direitos Humanos,

³² Infecções sexualmente transmissíveis

temos a oportunidade de afirmar valores, atitudes e práticas sociais que neguem sua violação. Lê-se no artigo 4º dos DCNs:

A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; (DCN, 2013, p. 532).

O Ministério da Educação (MEC) apresentou o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE 2001 - 2021) encaminhado ao Congresso, já no governo do Fernando Henrique Cardoso. O PNE contou com a participação da sociedade civil. Havia em curso uma outra proposta de PNE debatida entre representantes de movimentos sociais e do campo da educação que, no entanto, foi rechaçada. Comparando as duas propostas de PNE, se na proposta dos movimentos sociais e dos representantes da educação havia uma preocupação de que a temática de gêneros estivesse pautada no respeito à diversidade (indígena, negra e homossexual); na apresentada pelo MEC (PL n. 4.155/1998) não havia menção à diversidade. Desse jeito, o PNE aprovado foi um triste retrocesso para as políticas educacionais relacionados à temática de gênero (Mendonça, Moura e Aquino, 2021). O campo conservador tem demonstrado sua força ao retirar as discussões de gêneros e sexualidades do currículo, dos planos nacionais de educação e, das diretrizes educacionais.

Apesar da retirada das temáticas de gêneros e sexualidades do texto final do PNE, isso não impede as/os professoras e professores de trabalhá-los em sala de aula. Ao contrário do que os setores conservadores querem, digo, impedir a discussão sobre gêneros pelos profissionais de educação, sua ausência não a impede. Apenas se perdeu a oportunidade de reafirmar a urgência da temática e respaldar professoras e professores em seu dever ético. A bancada católica até apresentou projeto para que a proibição da temática chegue à sala de aula, mas ainda não alcançou seu fim almejado (Mendonça, Moura e Aquino, 2021). Os temas continuam em disputa na sociedade e uma forma de resistir é levá-los para nossa prática efetiva do currículo de fato.

A Educação não se dá somente em espaços institucionais, mas a escola e o currículo de história são fundamentais para discussão crítica das memórias sobre a ditadura ou das lutas de grupos minoritários.

No ano de 2024, na escola em que trabalho, recebemos um aluno que declarou ser necessário o assassinato de todos os homossexuais. Em sua argumentação, os homossexuais

eram responsáveis pela disseminação de doenças e, por isso, deveriam morrer. O professor de história da turma dele chegou à sala dos professores estarecido com a afirmativa. Apesar de não podermos pressupor que alunas/alunos/alunes são majoritariamente homotransfóbicos, uma declaração como essa nos indica que a escola, e o Ensino de História, ainda têm um grande trabalho pela frente na discussão sobre cidadania, Direitos Humanos, gêneros e sexualidades. A escola é responsável por ações pedagógicas para dar noções básicas para estudantes de que vivemos em sociedade e que essa é plural, logo é fundamental reconhecer direitos dos “outros”.

Uma educação que respeite a diversidade perpassa pela Educação em Direitos Humanos (EDH). Destaco o potencial da História, enquanto disciplina escolar, em trabalhar a questão ética e subjetiva do alunado sob o princípio dos Direitos Humanos (DHs). Afinal, não é óbvio que alunas/alunos/alunes saibam o que é um Estado Democrático de Direito e que seus agentes não podem cometer violação dos DHs. É importante desenvolver esta noção em contraste com o período autoritário vivido pelo Brasil entre 1964 e 1985 em que estes direitos foram fortemente desrespeitados, e ainda são nos dias de hoje.

O próprio texto da BNCC propõe um Ensino de História que eduque para os Direitos Humanos. Baseado na BNCC, o governo do Estado do Rio de Janeiro criou um currículo referencial para o Ensino Médio e no componente curricular de história propõe em suas habilidades:

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens. (SEEDUC/RJ, 2022, p.109)³³

Na dimensão propositiva desta dissertação, os DHs são princípios balizadores da análise dos artigos do jornal *Lampião da Esquina*. Para um país que mais mata mulheres e membros da comunidade LGBTQIAPN+, as discussões de gêneros e sexualidades com base nos princípios dos Direitos Humanos são fundamentais para pensarmos uma sociedade diferente da que hoje se apresenta. Qual a relação entre a história do passado e as formas de agir e pensar nos dias de hoje? (Ferrari, 2021). A escola e, mais especificamente, o Ensino de História, podem contribuir para esta reflexão.

Neste trabalho, alunas/alunos/alunes serão levadas/os a suspeitarem do como pensam, agem e são no mundo. Apesar de não estar prescrito, no texto da BNCC, a discussão sobre

³³ RIO DE JANEIRO (Estado), Secretaria de Educação. Currículo referencial do Estado do Rio de Janeiro Ensino Médio.2022. disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/curriculo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

relação de gêneros e sexualidades no Ensino de História, há brechas que podem ser buscadas a fim de permitir a execução desse trabalho. O documento³⁴, ao reconhecer a ação dos indivíduos em conformidade com sua época e lugar, assim como a possibilidade de mudança de hábitos e condutas, já nos permite trabalhar com relações de gêneros e sexualidades, apresentando a desigualdade e a opressão vivida por gays, lésbicas, transsexuais e outras identidades não normativas ao longo da história ou pessoas que não se adequam a normatividade social.

O currículo nacional assinala que “a percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias [que] estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania” (BNCC, 2017, p. 400). Pensar criticamente a história e a sociedade com autonomia e defendendo direitos não pode ser feito, dentro da perspectiva que orienta esse trabalho, sem uma discussão histórica do como o período autoritário que se inicia em 1964 lidou com os gêneros e as sexualidades divergentes.

Ainda recorrendo ao currículo referencial³⁵ criado pela Secretaria de Educação (SEEDUC) do Estado do Rio de Janeiro, o documento propõe para o Componente Curricular de História para 2ª Série o objeto de conhecimento:

O impacto dos movimentos sociais na promoção de índices de violência, acesso à educação etc. Os processos históricos que se deram na sociedade brasileira relacionados às dimensões dos direitos civis, políticos e sociais, essenciais para a construção da cidadania. (SEEDUC/RJ, 2022, p.109).

A escola não é espaço neutro de produção de conhecimento. Logo, as diferentes identidades deveriam ter acesso a diferentes tipos de conhecimentos e diferentes currículos deveriam ser acessados (Silva, 2013). Neste sentido, professoras e professores de história podem contribuir produzindo material didático que leve em consideração a diversidade da sala de aula. Este trabalho se coloca neste campo de disputa ao abordar os temas das sexualidades não-normativas silenciada nas aulas e incluí-los nas abordagens sobre ditadura empresarial-militar.

³⁴ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: História. Brasília, 2017, p. 397-403. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 12 jul. 2024. p. 400.

³⁵ O currículo referencial criado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro tem por objetivo “A construção coletiva e colaborativa do Currículo alinhou os conceitos propostos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC com as especificidades encontradas na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.” RIO DE JANEIRO (Estado), Secretaria de Educação. Currículo referencial do Estado do Rio de Janeiro Ensino Médio.2022.. <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/curriculo-referencial.php>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CAPÍTULO 2 – As condições de surgimento do jornal Lampião da Esquina

2.1 Um Lampião em meio a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer
(Geraldo Vandré, 1968)

Geraldo Vandré compôs a música “Pra não dizer que não falei das flores” em 1968, ano de maior repressão do regime ditatorial. O sucesso da música a tornou um símbolo de resistência contra a ditadura empresarial-militar. Vandré foi perseguido e terminou exilado, com medo de represálias. Essa história tem início em 1964, quando os militares, apoiados por latifundiários e empresário nacionais e internacionais, deram um golpe no país.

A década de 1960, no Brasil, foi inaugurada com profunda agitação política. João Goulart, o Jango, assume a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. As elites brasileiras temiam mudanças sociais que ameaçassem seu poder econômico. O país estava imerso em crise econômica e política. As reformas constitucionais propostas por Jango desagradaram as elites. As condições de apoio ao golpe de Estado estavam criadas (Rodrigues, 2023).

O estopim ocorreu em março de 1964, após o discurso inflamado de Jango, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Neste, Jango propôs a reforma agrária e a nacionalização das refinarias de petróleo em mãos estrangeiras. Os militares, buscando defender os interesses das elites nacionais e estrangeira, depuseram Jango e deram um Golpe de Estado no país³⁶ (Rodrigues, 2023).

O ano de 1968 foi marcado pelos protestos estudantis no Brasil e a esperança do retorno do governo democrático. Os movimentos de protesto ao regime se tornaram mais intensos e

³⁶ Para Renato Lemos (sem data), em seu texto “Ditadura militar, violência política e anistia”, escreve: “[...] uma coalizão civil-militar, orientada por uma perspectiva democrática autoritária e anticomunista, conseguiu explorar as dificuldades enfrentadas pelo governo do presidente João Goulart em diversas frentes e depô-lo, abrindo uma conjuntura cuja dinâmica própria conduziria à implantação de um novo regime político e um formato de Estado ainda inédito na América Latina: uma ditadura burguesa capitaneada pelas Forças Armadas.” (Lemos, S/D, p.2). Já Marcos Napolitano (2014) coloca: “Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango.” (Napolitano, 2014, p. 12).

ganham relevância após o assassinato do estudante Edson Luís³⁷. Em junho, o repúdio a ditadura é manifestado com a “Passeata do Cem mil”³⁸. Havia grande insatisfação popular com o governo militar. A solução encontrada pelos militares foi aumentar mais ainda a repressão e, em dezembro de 1968, foi decretado o AI-5 (Rodrigues, 2023). O Ato Institucional n. 5 violou o Estado de direito com que o país se comprometera, decretou o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão dos direitos constitucionais e a cassação de inúmeros mandatos. A prisão e tortura dos oponentes ao regime se tornaram comuns (Green, 2000).

A solução encontrada para a derrubada do governo ditatorial por membros das organizações de esquerda foi a luta armada. Duas dessas organizações planejaram o sequestro do embaixador americano, em setembro de 1969. Em represália aos movimentos armados de esquerda, o governo militar decretou o banimento dos adversários e a pena de morte para os subversivos. Em outubro do mesmo ano, os militares reabriram um congresso depurado, devido às cassações, e instauraram na presidência o general linha dura Emílio Garrastazu Médici (Green, 2000).

Em 1970 o Brasil ganhou a Copa do Mundo no México. O êxito do Brasil no futebol foi capitaneado pelo governo militar com campanhas ufanistas. Neste clima, foi gerado o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que frisava o patriotismo, a ordem e o progresso da nação. O governo Médici se aproveitou do favorecimento econômico que o Brasil vivia na época para divulgar as ações nos campos políticos e sociais como o aumento das exportações, o incremento do comércio com o Japão, a construção de fábricas de automóveis e de novas estradas, as pequenas taxas de juros e os novos acordos de crédito estabelecidos com os Estados Unidos. Era o período do Milagre Econômico (1968 - 1970), quando o Brasil alcançou crescimento de 11% ao ano. Os maiores beneficiados deste período foram as classes média e altas urbanas. Elas aumentaram o consumo de bens domésticos duráveis no país. Contudo, o padrão de vida dos pobres e da classe trabalhadora neste mesmo período, caiu. E para não ter reação dos trabalhadores organizados, o governo implantou um rigoroso controle sobre as atividades dos sindicatos (Green, 2000).

³⁷ Segundo Napolitano, “a morte do jovem estudante foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes, mobilizados contra o regime havia dois anos, assim como comoveu boa parte da classe média. A história do menino que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro mexeu até com empedernidos conservadores e anticomunistas. Mais de 60 mil pessoas foram ao seu enterro e a missa de sétimo dia se transformou em uma batalha campal entre estudantes e tropa de choque da PM carioca. Os conflitos não pararam por aí, ganhando nova força a partir de junho, no embalo das revoltas estudantis parisienses” (Napolitano, 2014, p. 83).

³⁸ Para Napolitano (2014), o ápice da mobilização da sociedade contra a ditadura foi a Passeata dos Cem Mil, que ocorreu no dia 26 de junho e que conseguiu grande adesão da sociedade, entre eles artistas e intelectuais.

Já perto do fim de 1972, a luta armada já havia sido quase totalmente desmantelada e seus membros se encontravam em algumas dessas situações: mortos, presos ou exilados. Não havia limites para polícia de Médici neutralizar a oposição ao regime. A censura imposta pelos militares à imprensa, ao rádio, à televisão e às artes era intensa. Em 1974, o general Ernesto Geisel sucedeu Médici na presidência do país (Green, 2000).

Os embargos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973 elevaram astronomicamente o preço do combustível. O Brasil de Geisel tinha baixa reserva de petróleo para fazer frente à OPEP e uma enorme dívida externa. A consequência foi o aumento drástico da inflação, atingindo diretamente a classe média e, consequentemente, seu apoio ao governo ditatorial. Havia neste período dois partidos legitimados: o partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida - o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A classe média se juntou aos trabalhadores e aos pobres nas urnas a favor dos candidatos do MDB nas eleições estaduais e federais de 1974. Repensando sua estratégia de controle político, Geisel iniciou o processo de abertura “lenta, gradual e segura” para um governo civil. Apesar deste movimento indicativo do fim da ditadura, a censura, as cassações de mandatos e as prisões de dissidentes políticos não arrefeceu (Green, 2000).

Nesse período, de forma clandestina, diversas correntes de esquerda e a ala progressista da Igreja Católica começaram a organizar a classe trabalhadora rural e urbana. Os movimentos sociais responderam a este estímulo reivindicando democracia, melhores condições de trabalho e elevação do padrão geral de vida. Trabalhadores militantes lideraram os sindicatos dos centros industriais do país. Para compensar as perdas de poder aquisitivo, os trabalhadores exigiam aumento de salários e o fim da interferência do governo nas atividades sindicais (Green, 2000).

A oposição estudantil e de trabalhadores se organizam e iniciam suas manifestações. O ano de 1977 marca as mobilizações estudantis. Nos anos seguintes, são os trabalhadores do ABC paulista³⁹ que iniciam seus protestos contra a política econômica do governo e reivindicam melhores condições salariais e de vida. Observa-se o crescimento dos movimentos sociais organizados nas principais cidades do país, como os movimentos feministas e os movimentos negros. Cresce também os jornais alternativos críticos aos militares (Green, 2000). As formas de se rebelar contra o autoritarismo também se refletiram nas artes e nos corpos das pessoas. Grupos musicais e teatrais expressaram essa rebeldia através da música, do teatro, da subversão do modo de vestir e de se relacionar sexualmente.

³⁹ O ABC paulista compreende as regiões de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul em São Paulo.

2.2 – A androginia toma a paisagem artístico-cultural

Vira, vira, vira
 Vira, vira, vira homem, vira, vira
 Vira, vira, lobisomen
 Vira, vira, vira
 Vira, vira, vira homem, vira, vira
 (Secos e Molhados, 1973)

Do Golpe de 1964 até 1968, os artistas não eram alvo da preocupação dos militares. As organizações de esquerda, então, usavam a arte como meio de expressão de sua oposição ao regime. No campo político, em 1968 o regime radicaliza a repressão e promulga o AI-5, atingindo boa parte da classe média e artística (Rodrigues, 2023). A situação política do país deixou os opositores desolados e muitos artistas partiram para o exílio, a exemplo de Caetano Veloso, Edu Lobo, Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda. (Green, 2000).

No Brasil, o final da década de 60 e início de 70 foram de revolta política e social. Parcela da classe média do Rio e de São Paulo estava influenciada pelas ideias da contracultura que chegara ao Brasil. Os valores sociais hegemônicos eram desafiados com o uso de drogas, a rejeição à sociedade de consumo e a desestabilização dos códigos sexuais (Green, 2000).

Movimento e debates promovidos pelo feminismo, o movimento gay e o *black power* – que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, e lutava pelos direitos civis e pela autodeterminação da população afro-americana. Os jovens questionavam e quebravam as regras estabelecidas socialmente, tais como a virgindade feminina antes do casamento e a heterossexualidade compulsória. O Teatro Oficina, grupo teatral de São Paulo, levava aos palcos cenas explícitas de sexo, que de alguma forma burlavam a censura (Green, 2000). O movimento da Tropicália⁴⁰ e da Contracultura tiveram fortes influências sobre a juventude no Brasil (Rodrigues, 2023).

Após o retorno do exílio, Caetano Veloso e Gilberto Gil chamam atenção ao desconstruir comportamentos de gênero e sexualidade ao fazerem um show no teatro João Caetano e no Municipal do Rio de Janeiro. As roupas femininas e o beijo na boca geraram discussão sobre

⁴⁰ No campo artístico, a Tropicália foi um movimento que trouxe mudanças culturais e políticas e influenciou o comportamento e o sentimento de toda uma geração. Ela inovou no campo estético e nas produções musicais brasileiras (Rodrigues, 2023).

um novo ser “andrógino” (Rodrigues, 2023). O tropicalismo de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa levavam ao público uma sensualidade despudorada. A especulação de que mantinham relações homossexuais não os abalavam. Os questionamentos da forma tradicional dos gêneros foram favorecidos por essas mudanças (Green, 2000).

No início da década de 70, a figura “unissex” era reforçada e levada mais longe por artistas como o grupo de teatro *Dzi Croquettes*⁴¹ e o cantor Ney Matogrosso. Segundo Green (2000):

Ambos usavam o desvio de gênero e a androginia para desestabilizar as representações padronizadas do masculino e do feminino. Seus *shows* refletiam uma ampla aceitação social, entre o público de classe média, de representações provocativas de papéis e identidades de gênero.” (Green, 2000, p. 409).

A questão da sexualidade já havia sido provocada pelo grupo *Novos Baianos* no período da Tropicália. Com a chegada do grupo musical *Secos e Molhados*, em 1973, houve novos debates em torno da sexualidade, visto que os integrantes usavam cabelos cumpridos e um visual andrógino, causando impacto e muita curiosidade (Rodrigues, 2023). A música “O Vira” é um exemplo desse espírito de subversão em meio à repressão militar. Ela mistura uma tradição de música portuguesa com o imaginário brasileiro ao trazer a energia do ritmo com a figura do “lobisomem”, um homem que se transforma, que passa de um a outro estado em noite de lua cheia. A metáfora do lobisomem propõe também uma conotação a homossexualidade, dada a performance do grupo musical.

Misturando teatro e dança, os *Dzi Croquettes* não ficaram para trás no que concerne a androginia. O grupo embaralhava as fronteiras entre o feminino e o masculino. Os artistas se apresentavam vestidos de mulher, mas com bigodes fartos. (Rodrigues, 2023).

Para os *Dzi Croquettes*, a liberdade sexual era fundamental. Defendiam que todos deveriam fazer sexo com quem bem entendessem. A androginia do grupo levava o público a se questionar sobre a identidade sexual deles. Eles eram afeminados e, ao mesmo tempo, projetavam uma figura masculinizada tradicional. Não eram considerados nem “bichas”, nem “travestis”. A imprensa buscava novas nomenclaturas para classificá-los como “travesti sem bichismo”, ou “travesti sem cara de homossexual”. Ao fim e ao cabo, adotaram o termo “androginia”. Os *Dzi Croquettes* ironizavam dizendo que tudo era a mesma coisa: “travesti é

⁴¹ Os Dzi Croquettes surgiram no Rio de Janeiro em 1972. Formados por treze membros amadores, contaram com a experiência profissional de Lennie Dale – dançarino americano da Broadway radicado no Brasil. Ao contrário dos “(...) espetáculos de travestis da Praça Tiradentes que evocavam a beleza, a graça e o estilo clássicos femininos em seus retratos de mulheres” (Green, 2000, p.410) os Dzi Croquettes vestiam roupas que misturam os estilos femininos e masculinos (Green, 2000).

bicha de classe baixa; agora, andrógino é bicha filho de militar” (Green, 2000, p. 411). Mesmo sendo uma resposta irônica do grupo, a verdade é que a classificação da imprensa passava pela origem de classe. Para a imprensa, homens de classe média ou alta que transgrediam os limites dos gêneros eram tratados como andróginos; já os pobres e membros da classe trabalhadora eram travestis – uma denominação que paulatinamente foi se associando à prostituição, vida nas ruas e marginalidade (Green, 2000).

O *Dzi Croquettes* teve seu auge entre 1973 e 1976, quando, além de casas lotadas, fizeram uma turnê na Europa. O sucesso do *Dzi Croquettes* naquele momento representava a construção de uma nova identidade em formação, diferente da “bicha” da década de 60. A mensagem do *Dzi Croquettes* era a de que homens, independente de assumir ou não sua identidade sexual afeminada ou masculinizada, podiam desejar sexualmente outro homem. O ponto de vista do *Dzi Croquettes* tornou-se crucial, vista a ausência de um movimento gay, ou de outros veículos que expressassem tal concepção (Green, 2000).

Na verdade, havia uma disputa de posicionamentos quanto ao assumir a identidade sexual e de gênero. Logicamente, assumir essas identidades significaria assumir também alguns riscos, como o ostracismo familiar, a perda do emprego, a desconfiança social e a seguridade mental e física, podendo comprometer a própria vida (Almeida, 2019). Ainda hoje a comunidade LGBTQIAPN+ é um grupo vulnerável, sendo altas as taxas de assassinato de mulheres transsexuais. Só em 2024, foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis. Apesar do número ser menor do que as 145 de 2023, ainda é muito alto o número de homicídios⁴². No Brasil das décadas de 60, 70 e 80 não era diferente.

O risco do assumir identidades sexuais e de gênero desviantes aumentava na ditadura empresarial-militar, pois, segundo Green e Quinalha (2023), muitas pessoas perderam seus empregos em função de sua identidade sexual. No serviço público, por exemplo, políticos perseguiam homossexuais. Foi o caso de Magalhães Pinto, que no governo Costa e Silva criou uma comissão de investigação para caçar funcionários que em sua vida privada afrontasse os “valores do regime”. Dos 15 diplomatas cassados, 7 foram acusados de prática de “homossexualismo” e incontinência pública escandalosa. Ao restante, foram atribuídas acusações de embriaguez, instabilidade emocional, uso de entorpecentes e perigo à segurança

⁴² BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf> acesso em 29 mar 2025

nacional (Green e Quinalha, 2023). O ódio aos homossexuais teria sido o motivo central da demissão destes funcionários públicos (Almeida, 2019).

Já longe dos *Secos & Molhados*, iniciando uma carreira solo a partir de 1975, Ney, em seus shows, mostrava o peito nu e exibia todo seu rebolado. As pessoas se perguntavam: “Será que ele é?”. A dúvida era suscitada pelos códigos de masculinidade presentes juntamente com os de feminilidade. Ney, contudo, respondeu a dúvida do público e declarou em entrevista à revista *Interview* brasileira que era *gay*. A publicação da matéria rendeu uma investigação governamental para avaliar se houve ou não violação da lei de imprensa ao publicar um conteúdo que ofendia “a moral e os bons costumes” da época (Green, 2000).

Cantando a música “Homem com H” e exibindo todo seu rebolado no palco, Ney cantava:

[...] porque eu sou é home. Quando eu estava prá nascer / De vez em quando eu ouvia / Eu ouvia a mãe dizer / Ai meu Deus como eu queria / Que esse cabra fosse home / Cabra macho pra danar / Ah, Mamãe aqui estou eu / Mamãe aqui estou eu / Sou homem com H / E como sou⁴³.

Assim, Ney, ao mesmo tempo quebrava a expectativa de comportamento de gênero nos palcos, se afirmava como homem. Ou seja, toda sua feminilidade não lhe tirava o direito de ser reconhecido como homem. Podemos evidenciar aí uma disputa de discursos em que uns afirmavam que os “homens de verdade” eram aqueles com comportamento viril, o “cabra”, violento, sem afetividade e, outros, já traziam uma performance feminina e masculina num mesmo corpo que se afirmava como homem (Almeida, 2019).

Ney Matogrosso se tornou um ícone para muitos homossexuais. Mesmo não sendo aceito unanimemente, o comportamento de Ney se inseria num conjunto de manifestações que expandia a tolerância à homossexualidade (Green, 2000).

No campo literário, também houve mudanças na projeção de uma sexualidade não normatizada. Green (2000) enumera livros e peças de teatro com temática homossexual que foram divulgados e criaram uma imagem positiva das homossexualidades, tais como: “Nosso Filho vai ser mãe”, de Walmir Ayala (1965); “Beijo no asfalto”, de Nelson Rodrigues; e “*The boys in the band* (1968)”, encenado em 1971 no Rio de Janeiro. Com sucesso de bilheteria, foi encenada, em 1974, a peça “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá”, de Fernando Mello. O livro “História de Amor” trazia contos com temas que iam desde adultério a homoeróticos. Outra coletânea foi “Os solteirões”, de Gasparino Damata, de 1976, que trazia histórias de

⁴³ BARROS, Antonio. Homem com H. Ney Matogrosso. Letras de música. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/antonio-barros/928263/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

michês, tias, bichas e de um homem masculinizado que só transava com jovens viris. Além dos livros “Bom-Crioulo” e “Internato”.

É neste ambiente de enfrentamento à repressão militar e ao conservadorismo à brasileira que, em junho do 1979, é publicada a imagem abaixo, no jornal *Lampião da Esquina*, como convite ao musical “Anjo Azul”:

Figura 1- fotografia do ator Bubby Montenegro para o musical Anjo Azul, apresentado no Café Teatro A Pulga em São Paulo 1979



Fonte: edição número 13 de o jornal *Lampião da Esquina*, publicada em junho de 1979, que pode ser encontrada no site do Centro de Documentação Profº Dr. Luiz Mott (Cedoc LGBTI+).

Como nos adverte Burke (2004), podemos pensar a fotografia como a realidade que os historiadores pretendem retratar. Assim como não é possível ao historiador contar a história do passado exatamente como ela foi, a fotografia também não retrata a realidade. A imagem precisa ser interrogada e inserida em um contexto político e social, seus detalhes analisados, seu

produtor (o fotógrafo) interrogado. Caso contrário, a imagem pode criar sérias distorções da realidade. Seguindo essas recomendações, vamos iniciar a análise desta fotografia pela descrição do estado físico do jornal e da imagem que se apresenta.

Nela, percebemos a construção da fotografia tirada de baixo para cima do lado esquerdo de um homem, barbudo, olhar perdido ao fundo, sobrancelhas grossas que se alongam com lápis preto e cílios postiços. Sentado em um sofá, com a perna esquerda cabeluda cruzada sobre a outra. A perna esquerda é coberta dos pés ao meio da coxa com uma meia fina que termina com renda e um detalhe arredondado não identificado. Já a direita, está desnuda. O ombro esquerdo nu sustenta o braço esquerdo, também cabeludo, que se esticam até as mãos se exibirem sobre o joelho esquerdo deixando cair do pulso, um cordão de plumas. Parece vestir uma blusa colada no corpo composta de plumas de carnaval. Ao fundo, percebe-se uma blusa pendurada e um outro pano volumoso, com babado, que pode ser um vestido ou a cortina. O local onde foi tirada a fotografia sugere o camarim de um teatro.

A primeira pergunta que faço é: O que me permite dizer que vejo um homem vestido de mulher? A barba, os pelos nas pernas e braços são características biológicas que nossa cultura informa que são atribuídas aos homens, ao gênero masculino. Contudo, essa primeira conclusão é logo colocada sob suspeita, pois as mãos esticadas sobre a perna esquerda que se cruza sobre a direita é uma pose que novamente nossa cultura me faz ler como uma postura típica das mulheres, do gênero feminino. Além disso, os adereços e figurinos que vestem a personagem – como a meia arrastão, os cílios postiços, as plumas – são todos do universo feminino. Seria um homem vestido de mulher? Ou uma mulher com barbas postiças e pelos colocados propositalmente sobre os braços e as pernas?

Nas fotografias, os acessórios servem para compor uma cena, como no teatro, que é nosso caso. Burke (2004) nos adverte que os símbolos desses acessórios também são importantes para criar a ilusão de realidade, ou ainda, para comunicar os valores que queremos atribuir ao retratado ou fotografia. Que mensagem sobre as convenções de gênero *Bubby* e seu fotógrafo queriam passar para o público que iria assistir à peça de teatro e aos leitores de o *Lampião da Esquina*?

Vamos buscar outros elementos que se relacionam com a imagem – o texto que vem logo abaixo, pois ele pode ser uma pista importante para compreensão dela. No caso, o texto que segue a fotografia, sem autoria, em letras pequenas, informa o artigo masculino “o” para se referir ao fotografado: “o ator”. Contudo, o nome pode deixar uma certa ambiguidade. “Bubby”, afinal, seria um nome masculino ou feminino? O ambiente em que está inserida a imagem e o texto que a segue sugerem que é permitida a subversão da normatividade de gênero, já que se

trata de um ator de teatro. No teatro, a ordem social é subvertida para dar lugar à imaginação, à crítica, à ilusão. Logo, a normatividade de gênero está sendo subvertida em um lugar próprio para esse fazer.

Mesmo sabendo-se tratar de uma representação teatral, a figura que se apresenta mistura os códigos de gênero masculino e feminino. Como as pessoas leram essa imagem no final da década de 70? Se perguntaram sobre qual o gênero representado? Talvez, alguns mais precipitados classificaram-no como “travesti”. As travestis povoavam o espaço urbano da década de 70 de São Paulo e do Rio de Janeiro, como nos informa James Green (2000). O autor continua:

Muitos travestis que trabalhavam nas ruas usavam minissaias justas, blusas curtas, salto alto, meias arrastão e perucas cuidadosamente arrumadas. Outros cortavam o próprio cabelo para adotar um visual da moda, mas vestiam paletós e saias simples de mulher. Outros, ainda, usavam *blue jeans* e *tops* provocantes para atrair os clientes masculinos, como em gerações anteriores, eles assumiam nomes femininos – ‘Vera’, ‘Nadie’, ‘Shirlene’, ‘Márcia’ (Green, 2000, p.403)

Como podemos perceber, se, numa primeira impressão, o desejo de classificação poderia posicionar *Bubby* no universo das travestis, logo a barba e os pelos nos braços e pernas já traziam outras informações, deixando seus observadores atônitos. Enquanto as travestis buscavam um visual tipicamente feminino, a personagem de *Bubby* bagunçava as convenções de gênero e misturava, num mesmo corpo, o feminino e o masculino. Não é possível, ao produtor de uma imagem, controlar as intenções atribuídas a ela. Afinal, a imagem é um produto social e histórico, logo, sua leitura vai além da dimensão estética, remetendo a outros textos e contextos, transmitindo emoções. Primando pela maior aproximação com a realidade representada na fotografia, Castelo, Cecatto e Fernandes (2015) apontam que, se as imagens forem conjugadas com outros tipos de documento, elas podem se abrir ao diálogo com outras temporalidades históricas e alargar nossa leitura de mundo.

Para parcela da classe média, moradora das capitais e acostumadas com as apresentações do *Dzi Croquettes*, ou com o rebolado de Ney Matogrosso, *Bubby* não só não causou espanto, como foi bem aceito por esse grupo já acostumados com esse embaralhamento de gêneros.

Uma preocupação dos homossexuais da década de 70 era construir outras imagens do homossexual e estender essa representatividade a homens masculinizados. Todo esse movimento iniciou uma mudança no público de classe média quanto aos homossexuais (Green, 2000). É neste cenário que surge o jornal *Lampião da Esquina* em 1978.

2.3 - Nanico, de Leitor, Independente, *Underground*, não importa... a Imprensa Alternativa também quer falar

No Rio de Janeiro, no início dos anos 60, circularam, com bastante restrição, vários jornais⁴⁴ direcionado às homossexualidades.

Estes jornais tratavam de amenidades, badalações, acontecimentos culturais, reportagens e classificados. Sem contestar sua importância, eram jornais feitos por amigos e para os próprios amigos. Nesta mesma década, devido a proporção dos jornais direcionados a gays, alguns editores criaram a Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG). Segundo Rodrigues (2023), esses jornais eram uma forma necessária de afirmação das identidades sexuais não normativas.

Os jornais alternativos tinham a metade do tamanho físico daqueles jornais convencionais – um tamanho tabloide – e eram conhecidos por outros nomes, tais como: “nanico”, “de leitor”, “independente”, “*underground*”. O ano de 1974 foi o apogeu desse tipo de publicação. Surgiram vários jornais alternativos escritos pela esquerda marxista, pelas feministas, pelos defensores da importância da sexualidade etc. A imprensa nanica surge da necessidade das organizações de esquerda protagonizarem as transformações que propunham e de intelectuais e jornalistas buscarem uma alternativa à grande imprensa, reprimida pela censura do regime ditatorial. Estes jornais começam a desaparecer no início da década de 80 (Rodrigues, 2023).

Na década de 70, começaram a chegar ao Brasil informações esparsas sobre o movimento pelos direitos de gays e lésbicas em países da Europa e dos EUA. Da América Latina, chegaram notícias da Frente de Liberação Homossexual da Argentina. As matérias na grande imprensa variavam entre a repulsa e a simpatia ao movimento. Jornais como o *Jornal da Tarde*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, traziam informações sobre manifestações, ações legais e reivindicações de direitos, como o *status* legal para o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a supressão da homossexualidade como doença pela Associação Psiquiátrica Americana (Green, 2000).

⁴⁴ O Snob, Le Femme, Subúrbio à Noite, Gente Gay, Aliança de Ativistas Homossexuais, Eros, La Saison, O Centauro, O Vic, O Grupo, Darling, Gay Press Magazin, 20 de Abril e o Centro; em Niterói existiam Os Felinos, Opinião, O Mito; em Campos havia o Le Sophistique; a Bahia contava com O Gay e O Gay Society, O Tiraninho, Fatos e Fofocas, Baby Zéfiro, Little Darling e Ello (Rodrigues, 2023, p. 141).

Em 1969 surge o *Pasquim*, um semanário alternativo que se diferenciava em forma e conteúdo da grande imprensa. O *Pasquim* era um jornal irreverente e de contestação à ditadura, que atingiu a juventude mudando hábitos e valores. Mas também era um jornal com discurso machista e heterocêntrico. Em muitos números, o *Pasquim* trouxe piadas grosseiras sobre “bichas”. Segundo Green (2000), para o historiador José Luiz Braga, o jornal foi responsável por popularizar o termo “bicha” pelo país. Além das “bichas”, as feministas também foram alvo negativo de o *Pasquim*. Ativistas gays e muitas feministas perceberam que a luta contra o sexismo e a cultura do machismo era comum aos dois grupos. A partir do *Pasquim*, outros periódicos alternativos surgem, dirigidos a diferenciados tipos de leitores. Rodrigues (2023) os divide em dois grandes grupos: de um lado estariam aqueles que tinham sua base na valorização nacional e popular dos anos 50, ou no marxismo dos meios estudantis dos anos 60; de outro, a influência vinha dos movimentos da contracultura norte americana.

Em 1971 surgem o jornal *Flor do Mal* e a revista *Bondinho*. No ano seguinte, começa a circular o jornal *Opinião* e, em 1975, os jornais *Versus* e *Movimento*. Periódicos que abordavam outros temas que perpassavam a contracultura – como ecologia, política e a defesa do direito de fazer poesia – foram publicados nesta época. Uma faixa de 150 periódicos teve nascimento e morte entre 1964 e 1980 (Rodrigues, 2023).

O movimento feminista cresceu com a atmosfera política mais flexível que se instaurou no Brasil após meados de 1970. Em São Paulo, ex-ativistas estudantis e universitárias fundaram, em 1976, o primeiro jornal feminista do Brasil – o “Nós Mulheres” (Green, 2000).

Cabia a imprensa alternativa, que conseguia driblar a censura, informar ocasionalmente a estudantes, intelectuais e jovens em geral, sobre mudanças políticas e culturais que ocorriam nos outros países. Entretanto, quanto ao homoerotismo, as notícias eram esparsas. O jornal *Já* foi uma exceção, todavia durou pouco tempo – lançou somente doze números a partir de meados de 1971. O *Já* esteve sediado no Rio de Janeiro e foi um jornal organizado por dissidentes de *O Pasquim*. Em sua coluna “Gay Power”, o *Já* trazia como logotipo um punho fechado segurando um buquê de flores silvestres, sugerindo, assim, a militância política e os valores da contracultura. Ao contrário de jornais como *O Snob*, em que os jornalistas assumiam nomes femininos, o *Já* exibia uma série de notas breves e notícias reunidas assinada por Sylvio Lamenha. Sendo ou não o nome verdadeiro do jornalista, assumir um nome masculino o diferenciava de outros jornais nanicos voltados para o público gay da época (Green, 2000).

O *Já* apresentava vinhetas sobre homossexuais famosos de diferentes nacionalidades; recomendava livros e peças sobre o universo homossexual; trazia notícias sobre o movimento político gay na Europa. Notas sobre as noites e bares frequentados pela comunidade

homossexual do Rio e de São Paulo também eram publicadas no tabloide. Este não sobreviveu à concorrência com o *Pasquim* e fechou as portas com uma publicação de duas páginas, escrita em inglês, com matéria intitulada *Gay Liberation Front*. A importância do jornal *Já* está na inauguração da primeira coluna voltada as homossexualidades (Green, 2000).

Na década de 70, a sociedade brasileira passava por mudanças comportamentais e os jornais da grande imprensa também passaram a contar com sessões dirigidas ao público homossexual. Na *Gazeta de Notícias*, Fernando Moreno publicava a coluna “Tudo Entendido”. Glorinha Pereira, a coluna “Guei”, no *Correio de Copacabana*. E com destaque na mídia, no jornal *Última Hora*, o jornalista Celso Curi publicou, entre fevereiro de 1976 e novembro de 1977, a “Coluna do Meio”. Curi foi acusado, pelo superintendente do Departamento Regional de São Paulo da Polícia Federal, de promover o homossexualismo (Rodrigues, 2023). Ele foi processado por atentado aos bons costumes, tamanha a repercussão de sua coluna na sociedade.

Estes jornais surgem da necessidade de as pessoas deixarem de ser vistas como estranhas, como diferentes. Eles queriam mostrar que homossexuais eram pessoas como outras quaisquer.

Seguindo a tendência de abertura de jornais voltados ao público homossexual, e inspirados no sucesso de Celso Curi em “Coluna do Meio”, ex-editores e leitores de *O Snob* decidiram produzir o jornal *Gente Gay*, em fins de 1976. O jornal teve uma boa repercussão e chegaram a ser impressos dois números de forma industrial (Rodrigues, 2023). Ele trazia informações do movimento gay internacional, de mudanças ocorridas na subcultura brasileira e informações sobre ficção de temática homoerótica, além de abrir espaço para artistas e escritores assumidamente gays, como Darcy Penteado. *Gente Gay* manifestava um humor *camp*⁴⁵ e dava ênfase às “bonecas” (Green, 2000).

Apesar de perceberem que a atmosfera política era propícia, em função da tendência a abertura política do regime, os organizadores do *Gente Gay* temiam a repressão a um jornal explicitamente voltado ao público homossexual e optaram por circular o jornal na informalidade, diferente de outros jornais alternativos que negociavam com os censores e vendiam seus tabloides nas bancas (Green, 2000). Tendo sido muito bem recepcionado, seus editores tentaram aumentar a produção do jornal, mas não tinham tanta experiência para administrar um periódico de grande circulação e o periódico veio ao fim. O retorno financeiro

⁴⁵ “(...) o nome é uma gíria para comportamento, atitude ou interpretação exagerada, artificial ou teatral; ou ainda um adjetivo que significa algo de mau gosto, muito artificial, exagerado, “cafona” ou “brega”.” Disponível em: [O que significa a gíria camp? - Desafios e Tendências: Visão Geral das Questões Atuais \(pinatrilhos.com.br\)](https://pinatrilhos.com.br/que-significa-a-giria-camp/). Acesso em: 24 ago. 2024.

não pagava as edições publicadas. Outro problema que enfrentaram foi a concorrência com o *Lampião da Esquina*.

Lampião da Esquina era um jornal formado por um grupo de jornalistas e intelectuais com anos de experiência. *Lampião da Esquina* publicou dez mil exemplares nacionalmente já na 1ª edição. Com uma concorrência como essa, dentre outros fatores apresentados acima, *Gente Gay* não pôde prosseguir com seu projeto (Green, 2000).

Entender foi outro jornal direcionado ao público gay. Foi fundado em 1977, em São Paulo. O jornal se industrializou após alguns números, mas sem sucesso. Ainda na imprensa gay, surgiram *Mundo Gay* e o *Jornal dos Entendidos* (Rodrigues, 2023). O “gay”, presente no título do jornal, faz parte da popularização da palavra, ocorrida na década de 70 em função da expressão “gay power”, usada pela mídia em referência ao movimento na Europa e nos EUA. *Entender* e *Mundo Gay* não tinham como financiar seus custos e fecharam antes do fim daquele ano (Green, 2000).

Para explicar o malogro dos jornais voltados para o público homossexual, Green (2000) cita alguns fatores, tais como: falta de habilidade jornalística e administrativa; problemas na distribuição; pequeno limite de venda e capital para manter o jornal; qualidade gráfica precária e falta de amadurecimento dos colaboradores no meio jornalístico. Entretanto, Green (2000) reconhece que esses jornais causaram mudanças na maneira como as pessoas se assumiam nas publicações. Cada vez menos pessoas se sentiam restritas a revelar sua identidade sexual. Os jornais também acendiam o otimismo da criação de um movimento homossexual no Brasil.

Com a distensão⁴⁶ na política brasileira, os movimentos sociais, até então reprimidos, voltam a manifestar sua oposição à ditadura. A União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, intensifica sua luta contra o regime de exceção a partir de 1978. Os trabalhadores organizados vão para as ruas reivindicar melhorias de vida. Neste mesmo ano, o jornal *Lampião da Esquina* viria iluminar os “becos escuros do preconceito” (Rodrigues, 2023, p. 143). Para Rodrigues:

O *Lampião da Esquina* foi o primeiro, em nível nacional, a abordar a questão da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, além de lutar contra a repressão e o preconceito fortemente recrudescidos durante a ditadura militar (Rodrigues, 2023, p. 143).

⁴⁶ A distensão política ocorreu a partir da posse do general Ernesto Geisel na presidência da República em 1974 em que este anuncia um programa político de “abertura lenta, gradual e segura” (Lemos, 2018). A Distensão era parte de uma política de passagem gradual para um governo civil, ainda tutelado pelos militares (Napolitano, 2014).

Lampião da Esquina nasce para defender a diversidade sexual e para que as pessoas terem direitos reconhecidos. Iluminar significava tornar visível um grupo social sem direitos reconhecidos na sociedade. Tirar da invisibilidade as diferentes formas de sexualidade.

2.4 – Iluminando os becos escuros, nasce um Lampião na Esquina

Com a atenuação da repressão militar, um grupo de intelectuais, assumidamente *gays*, lançaram o primeiro jornal de circulação nacional dirigido ao público homossexual em 1978. Rodrigues (2023) diz que o *Lampião da Esquina* foi o primeiro veículo de circulação nacional dedicado ao público homossexual. Seus textos longos e comprimidos, com letras pequenas dificultando a leitura, não impediam a leitura do jornal. O Lampião inaugura um novo capítulo na história da afirmação e construção da identidade gay no Brasil (Rodrigues, 2023).

A esquerda ainda tinha uma postura muito conservadora⁴⁷ em questões de sexualidade e mirava os caminhos que tomaria a política brasileira. Para eles, a luta de classes e a derrubada da ditadura era mais importante do que as questões da sexualidade, gênero e raça.

No ano de 1977, o Brasil respirava um clima político significativamente mais aberto em relação aos anos anteriores. O editor da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, Winston Leyland, visitou o país com objetivo de coletar material para publicação de uma antologia literária gay latino-americana. Leyland foi recepcionado por João Antonio Mascarenhas, que aproveitou a ocasião e organizou uma série de entrevistas com a imprensa a fim de falar da luta internacional pelos direitos gays. A imprensa nacional cobriu com simpatia a entrevista. Leyland ainda aglutinou um grupo de intelectuais que decidiu formar uma cooperativa editorial e publicar um jornal voltado aos assuntos que discutissem sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo. (Green, 2000). O jornal recebeu o nome de *Lampião da Esquina*.

Virgulino Ferreira da Silva foi um cangaceiro temido e admirado no sertão nordestino. Apelidado de Lampião, povoou o imaginário brasileiro por ser o símbolo máximo de masculinidade. Ao nomear um jornal dirigido as homossexualidades de “Lampião”, os editores ironizavam o ideário de masculinidade construído no Brasil.

⁴⁷ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve sua hegemonia até início de 1960 exercendo grande influência sobre artistas e intelectuais no Brasil. Para essa organização, a homossexualidade era produto da decadência burguesa. Defendiam, assim, o posicionamento tradicional stalinista. Duas questões racham o PCB: o conflito sino-soviético iniciado em 1962 e o apoio, ou não, ao movimento armado. As organizações que surgem do Partidão, no entanto, carregam sua aversão ideológica a homossexualidade. Internamente, os membros do partido eram hostilizados quando assumiam sua homossexualidade (Green, 2000).

Lampião da Esquina abriu as portas com o financiamento dos amigos e dos amigos dos amigos. Vendido em bancas de todo o país, *Lampião* começou com 10 mil exemplares por edição (Green, 2000).

Os editores organizaram uma mala direta e contaram com uma rede de amigos para divulgação do jornal. Para proteger a identidade sexual, o número zero do jornal foi protegido por papel pardo, entregue na casa de alguns escolhidos e constava apenas o nome *Lampião*. Abaixo do logotipo estava escrito “Homo Eroticus: um ensaio de Darcy Penteado”. A partir do número um foi acrescido “*da Esquina*”, ficando, assim, *Lampião da Esquina* (Rodrigues, 2023).

Na capa, o jornal trazia a chamada para uma matéria sobre o colunista Celso Curi. Curi era acusado pelos militares de ofender “a moral e os bons costumes” em sua coluna no jornal *Última Hora* – a “Coluna do Meio” – ao exaltar o “homossexualismo” e promovê-lo através do “Correio Elegante”. Curi não só foi defendido pelos editores de *Lampião*, como seu caso usado para incentivar a promoção da organização de homossexuais no combate à homofobia que grassava na sociedade brasileira de modo geral (Green, 2000). Em 1978, sob o título: “Na defesa, palavras do Ministro Baleeiro”, o jornal traz, na edição zero, o advogado de Celso Curi, Luiz Gonzaga Modesto de Paula, para comentar o processo:

[...]fundamentei a defesa no fato de que os conceitos de moral e bons costumes são totalmente subjetivos, discutíveis e variáveis no tempo e no espaço. O que era considerado atentatório à moral em 1930, hoje já não é mais. Nem a própria Lei de Imprensa define o que são bons costumes e moral pública. (*Lampião da Esquina*, nº 0, 1978, p. 7).

A “Moral e os bons costumes” era o jargão utilizado pelos conservadores para proteger uma visão única de formação familiar e possibilidade de identidade sexual. Na primeira chamada já fica explícito a que público o jornal se direcionava: “*Homo eroticus: Um ensaio de Darcy Penteado*”. Se no primeiro exemplar, *Lampião da Esquina* alcançou 10 mil tiragens, pouco tempo depois subiu para 15 mil (Rodrigues, 2023).

Rodrigues (2023) se apoia em Kathryn Woodward para afirmar que a criação de um veículo de comunicação é mais do que um instrumento de luta. Para o autor, “trata-se do questionamento criativo das diversas possibilidades identitárias de uma parcela da população historicamente invisibilizada por uma singular e lesiva singularidade identificatória.” (Rodrigues, 2023, p. 146).

A proposta de *Lampião da Esquina* era criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito. No número zero do editorial, o título é sugestivo neste sentido: “Saindo do Gueto”. Contribuir para a aceitação de homossexuais como pessoas “normais” é um dos objetivos do jornal. No número dois do jornal, Rodrigues (2023) observa a reafirmação deste fim com a

matéria cujo título é “Homossexualismo: que coisa é essa?”, em que fica explícita o desejo de ser considerado “normal”. Segundo matéria publicada no nº dois de *Lampião da Esquina*:

Mas o que é o normal? (...) Mais do que um fato, o homossexualismo é condição humana. E como tal, mesmo sendo atributo de uma minoria, está exigindo o seu lugar atuante numa sociedade, com o direito a uma existência não mistificada, limpa, confiante, de cabeça levantada. Porque, só a tolerância, como a que foi dada até agora, não obrigado! É muito pouco. (*Lampião da Esquina*, nº 2, 1978, p. 2).

Sete seções iniciam o jornal, com o acréscimo de mais uma, chamada de “Bixórdia”, a partir da 5ª edição. Na primeira seção encontra-se o equivalente ao editorial, sob o título “Opinião” com artigos e notas variadas. O jornal contou, ainda, com as seções “Esquina”, “Ensaio”, “Reportagem”, “Literatura” e “Tendência”, esta última dividida em três: Livro, Exposição e Peça. E, por fim, a seção “Cartas na Mesa” (Rodrigues, 2023). Na seção “Cartas na Mesa”, os leitores escrevem dando dicas de como aprimorar o jornal, elogiando, criticando e apontando matérias que queriam ver publicadas. São encontradas denúncias sobre ação de policiais reprimindo ou subornando homossexuais; homossexuais falando de sua relação com a família e fazendo referência a sua sexualidade como “doença”, etc.

Também nessa seção, havia pedidos de publicação do nu masculino. É o exemplo da leitora Elisa Doolittle⁴⁸, moradora de Salvador/BA, que se identificava como heterossexual e pedia que o jornal publicasse nu masculino, o que seria atendido números a frente. Na edição nº 20 começam a aparecer fotos de homens seminus e, a partir da edição nº 27, o nu frontal aparece nas páginas do *Lampião*.

Nas cartas, os leitores também contam suas histórias, como é o caso de um homem que se identifica como heterossexual, casado e pai de duas filhas e alega ter conquistado sua família após largar a vida de “bicha”.

A seção “Cartas na Mesa” trazia, ainda, temas como a homossexualidade no futebol, o tabu da televisão em revelar a homossexualidade de muitos atores, do medo de se consumir um jornal voltado ao público *gay* etc. Um dos leitores escreve: “não faço como muitos, que compram o jornal, leem, rasgam e jogam fora, ou então leem o jornal em casa de amigos.” (*Lampião da Esquina*, 1979, nº9, p. 7). Assumir uma identidade sexual fora da norma heterocisgênera era um risco que muito não queriam correr. O simples fato de temer ser pego lendo um jornal já demonstra a repressão social às sexualidades divergentes.

⁴⁸Homens nus. Rio de Janeiro. *Lampião da Esquina*, abr. 1979, Edição 0. Cartas na Mesa, p. 14. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. acesso em: 13 fev. 2024.

Gato Preto, pseudônimo de um leitor de o *Lampião*, fala sobre as dificuldades de manter o trabalho de jornais como o *Gente Gay*, pois assinantes e colaboradores tinham medo dos problemas que poderiam surgir a partir do simples fato de serem pegos manipulando o jornal.

Nestas cartas podemos encontrar definições de identidades sexuais – como a de diferença entre “bichas” e “maricas” –, críticas sobre a falta da participação de mulheres em seu editorial, entre vários outros assuntos. São cartas vindas do Rio, de São Paulo, de Porto Alegre, da Paraíba. Cartas vinda de todas as regiões do país, o que mostra a abrangência do jornal. Além disso, as cartas mostram que o jornal tinha engajamento e mobilizava as pessoas em torno do tema central – a questão das homossexualidades no Brasil.

O *Lampião da Esquina* buscou tirar as homossexualidades do gueto, dar outra visibilidade a elas e apagar o estigma que elas carregam de ser ruim (Rodrigues, 2023). No artigo, “Saindo do Gueto”, nº zero de 1978, a pergunta: “Mas um jornal homossexual, para quê?”, o jornal responde:

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, e que dado ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria. (*Lampião da Esquina*, nº0, 1978, p. 2)

O jornal trouxe ainda crítica a imprensa no geral, mas destaca o jornal *Notícias Populares* por produzir matérias vinculando o homossexual à crimes como tráfico de drogas, roubo, assassinato etc (Rodrigues, 2023). Sob o título; “Não Me Espreme Que Eu Sangro”, no nº quatro, *Lampião da Esquina* enumera matérias criminalizando a homossexualidade:

Que coisas? Façamos uma amostragem. Em oito dias, só no mês de julho. NOTÍCIAS POPULARES estampou manchetes de primeira página envolvendo homossexuais, das quais seis eram destaque principal da edição. São as seguintes: ‘Homossexuais sequestram 2 irmãos em SP’ (dia II); ‘Mãe acha que travestis mataram um dos filhos’ (dia 12); ‘Homossexual é suspeito de ocultar um crime’ (dia 13); ‘Escapei do inferno dos homossexuais’ (dia 18); ‘Polícia caça homossexual sequestrador’ (dia 20); ‘Dois casamentos de homossexuais revoltam o povo’ (dia 21); ‘Mistério; homens que se casaram sumiram’ (dia 21); ‘Lésbica matou Dulcinéia que lhe negou amor’ (dia 31). O teor dos subtítulos e entretítulos é o mesmo, por exemplo: “Máfia do Sexo age na Bocado Luxo da cidade”; ‘Corrupção e tóxicos na rota dos sequestradores’; ‘Drogado no cárcere privado’; —la ser vendido no Rio ou Bahia’: “200 quilos de maconha na rota dos mafiosos”; Carlinhos teria sido vítima dos travestis—. etc., etc... (*Lampião da Esquina*, nº4, 1978, p.5).

Lampião acusa os jornais de alimentarem o preconceito social com notícias que vinculam crimes cometidos por indivíduos como uma prática de um grupo social. A crítica do

jornal *Lampião da Esquina* ao papel dos tabloides na reprodução de preconceito foi bastante perspicaz.

Uma nova identidade gay começava a se confeccionar naquela época. O nome do jornal paulista *Entender* refletia essa nova identidade. O “entendido” se refere aos homossexuais que buscavam uma relação de igualdade com o parceiro e uma representatividade masculinizada de si próprio. Estes homossexuais adotam a palavra “gay” para expressar essa nova identidade. Em pouco tempo este termo será adotada por toda sociedade (Rodrigues, 2023).

Os editores de *Lampião da Esquina* não discriminam as denominações dadas ao comportamento sexual entre pessoas do mesmo sexo, sejam elas chulas ou não. Abrasileiraram a palavra “gay” para “guei”. “Guei” fazia referência tanto aos homossexuais masculinos, como aos femininos (Rodrigues, 2023).

Lampião buscou conversar com uma diversidade de identidades sexuais divergentes quando se referia aos gays, às bichas, aos entendidos, aos viados, às travestis, aos homossexuais. Desta forma não firmava uma identidade monolítica e se dirigia a todos que o lia. O *Lampião da Esquina*, ao longo dos seus três anos de existência, não se furtou a fazer críticas aos homofóbicos e publicar notas de desagravo. A ironia foi um recurso utilizado pelos editores (Rodrigues, 2023).

Durante o tempo em que foi publicado, o *Lampião da Esquina* abordou uma diversidade de temas interessantes à comunidade gay. Além dos temas já mencionados, abordou também a situação dos homossexuais em Cuba, a posição da Igreja em relação ao “homossexualismo” e a vida das travestis cariocas. Ainda publicou contos, poesias, críticas de teatro, de cinema, literária etc

No fim da sua existência, ele cedeu aos pedidos e começou a publicar nus masculinos frontais (Rodrigues, 2023).

Lampião da Esquina inicia um movimento de levar os homossexuais a se enxergarem como cidadãos e reivindicarem um lugar alternativo às heterossexualidades. Pode-se perceber a construção dessa identidade sexual e política através dos artigos, das cartas dos leitores, das charges, imagens e vinhetas das seções. Segundo Rodrigues (2023), o jornal tinha uma abrangência que o permitia criar uma identificação de brasileiros homossexuais em todo território nacional. E por mais que as sexualidades divergentes fossem o foco de *Lampião*, o periódico não deixou de contemplar, de alguma forma, outras minorias.

2.5 Lampião, homossexualidades não-normativas e as minorias

O jornal *Lampião da Esquina* nasce durante a abertura política do país, momento em que várias minorias políticas reivindicavam suas demandas na sociedade. Os temas abordados em *Lampião* incluíram além da homossexualidade, religiosidade, o prazer sexual, a questão do “índio” brasileiro, ecologia, movimento negro e feminista (Rodrigues, 2023). Em defesa da luta das minorias, na seção “Ensaio”, no número zero, sob o título “Lontra, piranha, ratos, veados e gorilas⁴⁹, atenção: vocês também têm direitos (a ONU decidiu)”, o jornal convoca seus leitores à consciência de sua identidade e a lutarem juntos (Rodrigues, 2023). Parafraseando um bordão que faz referência ao Manifesto Comunista, de Karl Marx, o jornal apresenta a imagem de vários animais marchando juntos, carregando a faixa onde se lê: “COLEGAS: UNI-VOS!!!”.

O artigo é uma crítica ao desrespeito aos direitos humanos. O jornal questiona como esperar que os homens respeitem os direitos dos animais se nem seus próprios direitos são respeitados. Segundo o jornal:

[a humanidade] ainda se discriminam uns aos outros, de acordo com detalhes como raça, credo, preferência sexual etc. como esperar que eles vejam os animais como seres a ser preservados e cujos direitos sobre o mundo em que vivem são igualmente inalienáveis? (*Lampião da Esquina*, nº 0, 1978, p. 11).

O jornal era direcionado às homossexualidades, mas não deixou de conversar, através de publicações de artigos, com trabalhadores, feministas, movimento negro, ecologistas etc. (Rodrigues, 2023).

Em sua edição nº 1, de 1978, sob o título “Feministas Com A Palavra”, o jornal abre espaço para apresentar a visão das feministas sobre matéria publicada no jornal *O Movimento*. Segundo *Lampião*:

As feministas estão caindo de pau em cima do jornal Movimento, por causa de uma entrevista que aquele semanário publicou do sociólogo José de Souza Martins, no qual este diz, entre outras pérolas, que as mulheres não são exploradas pelo marido, mas

⁴⁹ Os editores do jornal *Lampião da Esquina* empregavam a ironia como ferramenta de crítica social, mas, em alguns casos, utilizavam expressões que hoje são vistas como machistas, homofóbicas e racistas. No artigo sob o título “Lontra, piranha, ratos, veados e gorilas⁴⁹, atenção: vocês também têm direitos (a ONU decidiu)”, o jornal mencionou diversas minorias alvo do moralismo e racismo da época, usando termos como “piranha”, “veados” e “gorilas”. Esses termos, além de referirem-se a animais, também faziam alusão a mulheres não casadas e sexualmente ativas, homossexuais, e mulheres e homens negros. Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas: atenção vocês também têm direitos (a ONU decidiu). *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. ed nº 0. Abr. 1978. Ensaio p. 11. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em 03 mar. 2024

sim, pelo patrão do marido, e que elas só precisam trabalhar porque o salário do marido não dá para sustentar a família (*Lampião da Esquina*, nº 1, 1978, p. 8).

Negar a exploração da mulher pelo homem, mesmo que este homem seja um trabalhador, é ir de encontro à luta feminista pelo fim da submissão histórica das mulheres pelos homens. Green (2000), citando a cientista política Sônia Alvarez, nos conta que o movimento feminista cresceu com a atmosfera política mais flexível que se instaurou no Brasil após meados de 1970. As mulheres em luta traziam reivindicações políticas novas, com base nas questões de gênero. O desenvolvimento das organizações de mulheres, no entanto, não deixou de sofrer repressão do regime militar e de impô-las severas restrições.

A contribuição feminina é pequena, mas as mulheres também tiveram espaço no jornal. Zsu Zsu Vieira escreve um artigo em que critica a sociedade conservadora e machista – “A doença infantil do machismo”. E Lucia Rito publica um artigo abordando a prostituição na zona do mangue, no Rio de Janeiro – “Do Regina Coeli às coisas da vida” (Rodrigues, 2023). Mesmo que limitadamente, o jornal *Lampião da Esquina* esteve sensível a causa das mulheres.

Lampião abriu espaço para classe operária e trouxe, na capa de sua edição nº 14, a foto do atual presidente do país, Luís Inácio Lula da Silva, a época, líder sindical. Na chamada da edição se lê: “Alô, alô classe operária: E o paraíso, nada?”. Na entrevista “Lula fala de greves, bonecas e feministas: Chumbo Grosso!”

Outra personalidade nacional, contemplada na edição nº 15, foi Abdias do Nascimento, uma importante liderança do movimento negro no Brasil. Na capa, lê-se o título: “Negros: Qual é o lugar deles?”. Abaixo do nome de Abdias está escrito: “Democracia-racial é o governo da minoria branca”. Nesta mesma edição, sob o título “Abdias Nascimento responde”, o jornal discute a questão do racismo no Brasil e a postura da esquerda. Há ainda edições anteriores em que o tabloide discute a questão dos negros, como, por exemplo, na edição nº 4 em que é abordada a tomada da escadaria do teatro municipal em função de “A morte de um rapaz. negro torturado numa dependência policial e a discriminação contra quatro atletas negros no tradicional Clube Tietê, em São Paulo”. Em entrevista feita por João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva e Clóvis Moura ao presidente do IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas), o jornal discute uma nova etapa na luta dos negros contra o racismo.

Lampião da Esquina também denunciou o racismo no próprio meio homossexual. Na edição: nº 13, junho/1979, sob o Título: “E se Gilberto Freyre também fosse negro?” e “A palavra dos ofendidos” o jornal denuncia um caso de discriminação racista em boate gay.

Na edição nº 8, com o título: “Repressão: essa ninguém transa”, o jornal aborda as relações homossexuais e formas de organização familiar entre os povos indígenas. O tabloide criou um espaço de discussão que a grande imprensa não havia aberto às homossexualidades. *Lampião* trouxe esperança às pessoas de sexualidades divergentes. Contudo, não conseguiu atingir o público heterossexual.

Não havia pesquisa sobre quem eram os leitores de *Lampião*. Antonio Carlos Moreira, jornalista que ajudou a produzir o jornal, dizia que Agnaldo Silva⁵⁰, um dos editores, acreditava que o tabloide se dirigia à “bichinha do subúrbio”, sem muita instrução. Já João Silvério Trevisan queria um jornal intelectualizado (Rodrigues, 2023).

O segundo número do jornal, em sua seção “Opinião”, traz duas matérias – intituladas – “Homossexualismo: que coisa é essa?” e “Assumir-se? Por quê?” – que discutem as causas da homossexualidade e incentivam as pessoas a assumirem suas identidades. O primeiro artigo foi assinado por Darcy Penteado e nele o autor fala das causas do “homossexualismo”, do enquadramento social e o defende como uma condição do ser humano (Rodrigues, 2023).

No segundo artigo, João Antônio Mascarenhas (1978) lista os motivos para que as pessoas assumam sua identidade sexual, tais como: fazer-se respeitar; defender-se contra opressão e angústia; um ato político e de respeito; como meio de se livrar do sentimento de culpa; segurança, liberdade e fim das tensões. O artigo pondera os problemas advindos do ato de assumir-se, mas mantém sua posição de incentivo ao assumir-se:

Assumir-se, no caso, significa o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la. Isto não se consegue nem rápida, nem facilmente, mas, em geral, a duras penas, depois de angústias de frustrações. Valerá o esforço? Creio que sim. (*Lampião da Esquina*, nº 2, 1978, p. 2).

O jornal deixa em aberto quem deveria se assumir: se o jovem que mora com os pais ou o executivo; se a ‘bicha louca’ moradora de periferia ou o jovem universitário. Um artigo da seção “Esquina”, do mesmo número, aponta as dificuldades da campanha pelo “assumir-se”. O leitor está ali acompanhando as duas posições postas na mesma edição do jornal (Rodrigues, 2023).

Rodrigues (2023) apura os temas que foram destaque no jornal e verifica que a violência, física e psicológica foi, e continua sendo, um assunto central para os periódicos LGBTQIAPN+. Até hoje assusta pessoas sensíveis ao tema, pois pode chegar ao rompimento da vida desse grupo. Outra observação do autor é o arquivamento sem solução dos crimes cometidos contra

⁵⁰ Agnaldo Silva se consolidou como dramaturgo da TV Globo e escreveu várias novelas para o horário nobre.

essa comunidade. *Lampião* tratou da violência cometida por michês, da violência política, mas também de campanhas das igrejas e da filosofia cristã em amparar seus fiéis homossexuais.

Na edição nº 1, de 1978, *Lampião* trouxe um artigo sobre o padre Antonio. Padre Antonio, da Ordem dos Carmelita Descalços, tornou pública sua homossexualidade através da publicação do livro: *Todos los parques no son um paraíso*. Segundo *Lampião*:

Mas os problemas logo começaram a surgir, em consequência da publicação do livro. Várias sanções foram feitas contra ele, até que, em janeiro deste ano, Padre Antonio foi suspenso da *divinis* pelo Arcebispo de Valência. No convento onde morava ele passou a ser evitado pelos outros padres e, impedido de rezar missa, pregar, ou ouvir confissões. Padre Antônio, sob ameaça de expulsão, foi também proibido de falar sobre seu homossexualismo. (*Lampião da Esquina*, nº 2, 1978, p. 7)

Ao publicar essas histórias, *Lampião* mostrava a complexidade das homossexualidades. Em suas edições, o jornal prefere os termos “bicha”, “viado”, “gay”, “guei” e “homossexual” a “entendido”. Também dá grande visibilidade às travestis. Essa preferência do jornal revela um posicionamento político e de concepções da identidade homossexual. *Lampião* destaca as travestis no carnaval, dá visibilidade ao show da travesti Andrea Gasparelli, propõe reflexão sobre a difícil vida delas. E, no n. 35, aborda a transexualidade e a aspiração da aparência fisiológica através da cirurgia (Rodrigues, 2023).

A curta duração de o *Lampião da Esquina* não tira sua importância de ter mostrado a comunidade homossexual do Brasil um outro lado da história. As pessoas não heteronormatizadas podiam ler nas páginas do *Lampião* que não eram doentes e não estavam sozinhas. *Lampião* contribuiu para construção da identidade gay no país (Rodrigues, 2023).

A criação de uma mídia direcionada à determinada causa significa a possibilidade de luta e de se pensar criativamente outros modos de construção identitária num universo complexo limitado por forças sociais unidirecionadas (Rodrigues, 2023). Nesse sentido, *Lampião da Esquina* desafiou as narrativas predominantes de sua época e ofereceu uma plataforma para grupos marginalizados expressarem suas experiências e reivindicações através da seção “Cartas na Mesa”. Isso não só fortaleceu a luta por direitos, mas também promoveu a conscientização e a construção de identidades sexuais entre diferentes segmentos do grupo LGBTQIAPN+.

CAPÍTULO 3 - Oficina de História: Analisando artigos e produzindo um jornal

3.1 O uso do documento/monumento em sala de aula

A utilização do jornal *Lampião da Esquina* como documento histórico no Ensino de História pode contribuir para o debate sobre a relação da ditadura com as homossexualidades e estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre este período tenebroso da história do Brasil. Além disso, possibilita abordar pessoas LGBTQIAPN+ como sujeitos históricos e políticos, ampliando a compreensão sobre suas lutas e resistências durante esse contexto. Ao humanizar pessoas LGBTQIAPN+ e conferir-lhes o papel de agentes históricos, é possível desconstruir estereótipos e preconceitos. Ademais, essa abordagem contribui para preencher as lacunas deixadas pelo currículo de história e pelos livros didáticos em relação à forma como a ditadura empresarial-militar brasileira lidou com as homossexualidades.

Em sala de aula, é comum a pergunta: "Professora/or, por que estudamos história?", afinal as/os educandas/os não veem relação da história com o tempo presente ou com suas vidas. Herdeira de uma forma já criticada de se fazer história – a escola positivista – muitas/muitos alunas/alunos/alunes insistem em ver a história como algo morto e enterrado, distante. Talvez, nós, professoras e professores de história continuemos a ministrar a disciplina em sala de aula sem atentar para a aproximação que devemos fazer do conteúdo com a realidade de nossas/os estudantes. Há uma diversidade de fontes históricas que podem auxiliar professoras e professores neste empreendimento.

Graças à escola dos Annales, outras fontes históricas puderam ser acessadas, o que possibilitou a emergência de uma diversidade de histórias, com novas temáticas (Monti, 2019). Essas fontes já são exploradas por muitos historiadores e precisam entrar nas salas de aula com maior frequência. Periódicos de determinado período são ótimo exemplos de fontes históricas.

Trabalhar o jornal como documento/monumento em sala de aula é uma forma de mostrar que, por trás da historiografia, há um trabalho árduo de questionamento das fontes e indivíduos que utilizam referenciais teórico-filosóficos para escrever a história. Esse trabalho contribuirá para compreensão das/os estudantes de que o historiador não escreve a história a partir da sua própria imaginação, mas depende de teorias, conceitos e fontes para exercer seu ofício e produzir sua narrativa historiográfica.

Para o historiador, o documento histórico é a fonte, a matéria-prima na qual ele se debruça para escrever a história. No entanto, o historiador lapida o documento para que este

possa se tornar uma fonte. Ele seleciona a fonte adequada a seus objetivos, recorta-a, problematiza-a, contextualiza-a no tempo e no espaço e a utiliza de modo a extrair informações necessárias, transformando-as em conhecimento historiográfico (Bittencourt, 2008). A interpretação do historiador sobre a história é condicionada por todos os instrumentos científicos acima mencionados e passa pelo crivo dos seus pares.

O trabalho com fontes em sala de aula permitirá às/aos estudantes perceberem que estas não falam por si e precisam ser interrogadas, de modo a extrair delas informações que não são explícitas. No caso, como trabalharemos com textos escritos dos artigos do jornal *Lampião da Esquina* alunas, alunos e alunes perceberão que não houve transcrição mecânica dessas matérias, mas um trabalho analítico sobre esses conteúdos. Uma consequência deste trabalho foi a desmistificação da ideia de que a história é um amontoado de datas e nomes a serem decorados sem relação com o tempo presente.

Importante lembrar que os jornais têm sido mais utilizados como fonte historiográfica a partir da década de 70/80. Os jornais são um tipo de periódico, assim como boletins, almanaques, catálogos e revistas. Uma definição de periódicos é dada por Barros (2021): “Os periódicos são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra.” (Barros, 2021, p. 422).

Outra característica dos periódicos é sua disponibilização a algum tipo de público. Para além de transmitirem apenas informações, os jornais buscam agir sobre a sociedade transmitindo ideias e valores. Os periódicos são, ainda, influenciados por fatores políticos, econômicos e sociais (Barros, 2021).

O historiador tem conhecimento do contexto histórico em que o documento está inserido, já estudantes não têm esse domínio (Bittencourt, 2008), o que nos leva a uma preocupação quanto ao momento propício de se introduzir os artigos de *Lampião da Esquina* e a adequação à compreensão em sala de aula.

Antes de iniciar a análise dos artigos do jornal, acredito ser importante preparar as/os estudantes a partir de algumas discussões teórico-metodológicas e contextualização da nossa fonte de estudos – o jornal *Lampião da Esquina*. Para tal, preparei uma sequência de aulas que antecederão a análise histórica do periódico propriamente dita.

O jornal foi apresentado como um monumento histórico. Examinar o documento enquanto monumento histórico permitiu-nos vê-lo como um vestígio do passado, construído em determinadas circunstâncias de seu tempo e espaço e com uma intencionalidade que deve

ser questionada (Monte, 2019). A noção de documento como monumento tira a ideia de que seu conteúdo é a expressão de uma verdade absoluta e inquestionável.

Estudantes puderam, em contato com esse monumento histórico, compreender um pouco o ofício do historiador; quais as matérias-primas (as fontes) são utilizadas para produzir história (Monte, 2019). Vale lembrar que os artigos do *Lampião da Esquina* não foram produzidos com objetivo de serem utilizados em sala de aula, mas, sim, de atingir um público adulto, principalmente de pessoas sexualmente não-heteronormatizadas. Segundo o próprio conselho editorial do jornal *Lampião da Esquina*: “Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.”⁵¹ (*Conselho editorial*, 1978, p. 2).

Trabalhar jornais e revistas na concepção de documentos/monumentos históricos em sala de aula dinamizou as práticas de ensino e aprendizagem, pois propôs um processo diferenciado de ensino-aprendizagem da História, no qual estudantes puderam se sentir sujeitos ativos da construção historiográfica (Monte, 2019). Para Le Goff (1990), o documento está para além da concepção do documento oficial escrito. Documento, segundo ele, englobaria sons, imagens, textos não oficiais e tudo aquilo produzido pelo homem. Contudo, esse documento não pode ser tomado como um portador da verdade do passado, mas deve ser questionada suas condições de produção histórica e sua intencionalidade.

As/os estudantes puderam usar o documento/monumento para comparar o passado com o presente e criticar situações semelhantes ocorridas no momento atual. Eles também puderam perceber o que se mantém e o que mudou ao longo do tempo. Além disso, essa abordagem possibilitou a produção e o debate de visões diversificadas e desenvolveu o pensamento crítico em relação a sociedade em que vivemos.

Monte (2019) aponta outro benefício do uso do documento/monumento em sala de aula, que foi o de comprometer estudantes com o processo de ensino-aprendizagem e fazê-las/los experimentar, mesmo que rudimentarmente, o ofício do historiador.

Para fins didáticos, ajudei nossas/os educandas/os a “debulhar” os artigos. Segundo de Luca (2006), é importante o mero folhear do jornal como forma de envolver o leitor/historiador no passado que pretende reconstruir. No entanto, optei por não apresentar o jornal livremente no site onde seus números estão digitalizados. Eles foram impressos em folha de ofício, dado o

⁵¹ CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Ed. Nº zero. abr. 1978. Seção, p. 2. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. acesso em: 21 jul. 2024.

público para o qual *Lampião da Esquina* foi escrito (um público adulto) e a faixa etária das/dos alunas/alunos/alunes inseridos nessa atividade, entre 16 anos e 18 anos de idade. Portanto, achei mais seguro controlar o acesso à determinados conteúdos.

Procedi a impressão dos artigos em folha de papel ofício, adicionei outras informações, como o nome do jornal, a edição, o mês e ano de publicação. Logicamente, é muito diferente um texto impresso em ofício A4 do jornal original. Contudo, a impressão foi nas cores do jornal, sendo mais ampliado, pois as letras eram muito miúdas e difíceis de ler.

Monte (2019) nos lembra que o objetivo do trabalho com documento/monumento em sala de aula é pedagógico e que o senso comum nas análises das/os educandas/os provavelmente terá um forte espaço que tentei minimizar com textos extras, apresentados e discutidos na sequência didática. O tempo da academia é diferente do da cultura escolar. Na escola, a memória coletiva é mais presente do que as inovações historiográficas. A sala de aula guarda particularidades diferenciadas da academia e, logo, o objetivo é despertar a empatia das/os educandas/os.

Barros (2021) propõe uma série de itens que devem ser levados em consideração na análise historiográfica de um jornal. Dos itens centrais, Barros destaca o lugar de produção, a polifonia, as seções temáticas, o conteúdo, a periodicidade, a materialidade, a publicização, a recepção, os meios e lugares de impressão, o lugar de produção. Destes, derivam: anunciantes, proprietários, editores, concorrentes, colaboradores; intertextualidades, tipo de conteúdo, aspectos formais, linguagens, estilo geral, inserção na série; preço, suporte impresso, tiragem, alcance espacial; segmentos de leitores; materiais disponíveis, técnica, maquinário; circunstâncias, inserção política e econômica.

Luca (2006) propõe fazer uma descrição do jornal tentando apreender os aspectos físicos: cor da página, cor das imagens, tamanho da página, tamanho da letra, se há fotografia, se são coloridas ou não. Tudo isso para contar a história do jornal e inseri-lo num contexto histórico de produção material. No entanto, concentrei a análise no conteúdo dos artigos, na temporalidade, nos recursos linguísticos, no posicionamento de ideias dos escritores e nos objetivos a serem alcançados. Através de trechos dos artigos publicados e das cartas enviadas pelas/os leitoras/es e publicadas na seção “Cartas na Mesa” ao *Lampião da Esquina*, analisei, juntamente com estudantes, como a linguagem utilizada refletia ou desafiava as normas sociais e políticas da época, incluindo a forma como as homossexualidades e seus direitos eram discutidos. Atentamos para as estratégias discursivas que foram utilizadas, aos recursos retóricos, à linguagem: se houve sátira, ironia, se houve recursos usados em *Lampião* para defender seu ponto de vista ou do grupo que pretendeu representar de acordo com as orientações

de Luca (2006). Investigamos como a seção “Cartas na Mesa” e os artigos contribuíram para dar visibilidade aos direitos e às questões enfrentadas pelas homossexualidades, ou se houve omissões significativas que refletiam a censura ou da época.

Os jornais se tornaram empreendimento coletivos e de vários autores à medida que se avançava no século XX. Logo, o jornal passou a ser formado por um conjunto de textos, ou como Barros (2021) coloca: uma "polifonia de textos", distribuídos em diversas seções, escrito por vários autores e redatores e articulados entre si. Há uma alternância de vozes e uma diversidade de agentes discursivos. Luca (2006) observa que:

[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que pretendem difundir a partir da palavra escrita. (Luca, 2006, p. 140).

E, apesar do jornal levar um nome próprio, sua autoria é diversificada, o que o torna diferente de fontes históricas com apenas um autor, como cartas e livros. Conforme exposto, fica a acuidade de se identificar o grupo editorial, os colaboradores mais frequentes e notar a seleção dos títulos e textos programáticos. A partir da atenção a estes critérios que podemos perceber as intenções e expectativas do jornal.

No caso do jornal *Lampião da Esquina*, há um conjunto de homens, gays, brancos que fazem parte do conselho editorial. Poucas mulheres participaram do jornal. Houve, ainda, outros colaboradores que escrevem para o periódico. Barros (2021) alerta que os autores de um jornal possuem posicionamentos político-ideológicos próprios. Na história do jornal *Lampião da Esquina* não foi diferente, mas nem todo artigo do periódico foi assinado. Talvez uma maneira do conselho editorial assumir coletivamente a responsabilidade pela matéria publicada. Eram períodos de exceção e censura.

Outra questão que Luca (2006) nos chama atenção é quanto ao que vira notícia para compreendermos o que seus idealizadores valorizavam e que de alguma forma construía a identidade do jornal. Como perceber a que público *Lampião* pretendia atingir a partir da análise dos temas selecionados, da linguagem utilizada? Cabe notar que: "A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir." (Luca, 2006, p. 140). Afinal, um jornal é escrito para um público-alvo. Por mais que este leitor seja idealizado, ou corresponda apenas parcialmente a este ideal, os editores de um jornal têm um público-alvo em mente.

É necessário, ainda, avaliar se os artigos foram espaços de denúncia contra a violação dos direitos humanos, particularmente no que se refere aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Examinamos se e como a seção promoveu o fortalecimento da identidade sexual da comunidade LGBTQIAPN+ e sua inclusão na sociedade brasileira, desafiando estereótipos e preconceitos.

Ainda analisamos as cartas de algum dos leitores enviadas ao jornal e transcritas na seção "Cartas na Mesa", investigando como estas denunciaram violação aos direitos humanos, bem como a resposta editorial às questões levantadas pelas/os leitoras/es. Levei estudantes a analisarem como as ideias e debates apresentados nos artigos influenciaram ou se refletiram na sociedade atual.

Ao fim da análise, discutimos em grupo a produção textual sobre a análise do artigo do jornal. Foquei em duas turmas do 2º ano do Ensino Médio, que chamarei de turma A e B. Cada turma foi dividida em quatro grupos. Cada grupo foi formado por quatro a cinco estudantes. Selecionei quatro artigos diferentes e distribuí entre os grupos de cada uma das turmas A e B. Fizemos rodas de conversa, em cada uma das turmas, para discutir cada momento da sequência didática e, inclusive, sobre a produção textual da análise histórica. Cada grupo apresentou seus textos. Enquanto um grupo apresentava o texto, os outros grupos puderam comentar as apresentações. Avaliamos as respostas das/os alunas/alunos/alunes no sentido de verificar se elas/eles/elos alcançaram os objetivos da análise, a noção de história, a capacidade de comparar passado e presente. Por fim, elas/eles/elos produziram seu próprio jornal comparando o passado com as reminiscências do presente.

Estudantes do Ensino Médio não têm instrumental teórico e metodológico para fazer a análise de um jornal. Para prepará-los para esta empreitada, preparei uma sequência didática em que abordei alguns conceitos necessários a análise do jornal e a produção, posterior, do jornal próprio das/dos estudantes. Abaixo detalho melhor como fiz esta sequência didática.

3.2 Sequência didática

Uma sequência didática pressupõe um caminho em que cada passo dado segue para um objetivo comum. Rocha (2003) propõe uma sequência didática problematizadora. Nesta sequência, as aulas vão se encadeando de forma a manter uma coerência lógica entre elas. As atividades são variadas. A cada aula um problema é lançado e um objetivo alcançado. Uma sequência didática ainda pode partir de uma problemática existente na escola, seja ela apontada pelas/os estudantes ou observado pela/pelo própria/o professora/professor. Segundo Ott (2017),

"[...] a escola deve partir do contexto problemático em que a comunidade se vê inserida. Deve trabalhar com os problemas reais, concretos. Deve ensinar por meio de solução de problemas." (Ott, 2017, p.67). Este contexto problemático poderá estar relacionado a questões internas ou externas à escola, nos bairros em que estudantes moram, ou ainda, a própria cidade. O importante é ter relação com as pessoas envolvidas, é afetar de alguma forma aquela comunidade.

No caso da minha escola, dentre tantos outros problemas existentes, recortei a questão do enfrentamento a homotransfobia. É a oportunidade de estudantes LGBTQIAPN+ e heterossexuais falarem como lidam com a sexualidade na escola, nas instituições religiosas, na família, na cidade.

O jornal *Lampião da Esquina* pode ser considerado uma resistência em meio à repressão, não só do regime militar, como em relação a parcela conservadora da sociedade brasileira.

Problematizar a homotransfobia existente naquela época através do periódico e comparar com a sociedade de hoje é um movimento que pode levar estudantes a refletirem sobre mudanças e reminiscências e as condições de cidadania que viveram e vivem determinados grupos sociais. Afinal, a escola tem o papel de ensinar as/os estudantes a verem a realidade e os problemas que incomodam a população e, assim, conhecendo e sentindo, passem a incomodá-las/los também (Ott, 2017). Numa educação transformadora, às/aos professoras e professores cabe mediar o conhecimento didaticamente para que estudantes aprendam a ler o mundo e a resolverem situações problemas da vida real que afetam muitas/os destas/destes educandas/os.

O problema apresentado às/aos estudantes foi: como a ditadura empresarial-militar lidou com as homossexualidades e como a sociedade vem enfrentando esta problemática nos dias de hoje? "No ensino por meio de solução de problemas, o aluno se defronta com situações reais e concretas e tem muitas alternativas, tanto para compreender o problema, perceber suas implicações para pensar em alternativas de solução." (Ott, 2017, p. 70). Cada aula desta sequência didática foi pensada para dar as condições de análise histórica do jornal *Lampião da Esquina* e a produção de jornal próprio. Podemos dividir essa sequência didática em um momento antes da análise do jornal, a análise propriamente dita e, por fim a produção do jornal pelas/os próprias/os estudantes.

3.3 Da aplicação das aulas: Roda de conversa e troca de entendimentos

Em cada aula da sequência, os grupos eram responsáveis por fazerem as atividades propostas. Usei uma bola como recurso para organizar as falas. Quem estava com a bola tinha o direito de falar, enquanto os outros ouviam e podiam se manifestar pedindo a bola. Nem sempre esse recurso funcionou. Houve certa dificuldade das/dos estudantes se concentrarem em quem estava falando. Os papos paralelos irrompiam o debate e muitos comentários eram feitos com a/o colega ao lado, não gerando um debate coletivo. Os pedidos para trazer os comentários para roda foram constantes, mas nem sempre tiveram sucesso e, infelizmente, se perderam. Abaixo segue a imagem de um momento de trabalho em grupo e da roda de conversa.

Figura 2 – estudantes reunidos em grupo de estudos



Fonte: Luís Carlos de Mello

Figura 3 – Roda de Conversa e aprendizagem



Fonte: Luís Carlos de Mello

Algo inesperado aconteceu. Enquanto aplicava a sequência didática que preparei para construção desta dimensão propositiva, veio à Petrópolis a exposição "Evandro Teixeira, Fotojornalismo e Ditadura: Brasil 1964/Chile 1973"⁵². Aproveitei a oportunidade e convidei estudantes para assistirem à exposição. Como muitas/os estudantes tinham atividades na parte da tarde, alguns poucos foram assistir à exposição comigo e outros em outro momento.

A exposição fotográfica foi aberta com a mesa redonda "Para que não se esqueça, para que não mais aconteça", com a participação do teólogo e doutor em Sociologia Ivo Lesbaupin e da jornalista e doutora em Ciências da Comunicação Magali do Nascimento Cunha. Soube na

⁵² A exposição esteve em Petrópolis, no Centro Cultural Raul de Leoni. Disponível em <https://odia.ig.com.br/petropolis/2024/09/6925038-centro-de-cultura-raul-de-leoni-recebe-exposicao-do-fotojornalista-evandro-teixeira-sobre-ditaduras-no-brasil-e-chile.html>. Acesso em 13 out. 2024

última hora, através do convite de uma amiga que fez parte da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em Petrópolis e pesquisou a Casa da Morte⁵³. Lá, encontrei um aluno de 2º ano. Na semana seguinte avisei às/aos estudantes sobre a exposição, que ficou aberta de 28 de setembro a 27 de outubro de 2024. Neste período, muitas/os alunas/alunos/alunes visitaram à exposição.

Para aquelas/es que foram à exposição comigo, pedi para visitarem toda exposição, escolherem uma imagem, a descreverem e contextualizarem. As imagens seriam motivadoras para a aula sobre ditadura empresarial-militar.

Figuras 4 e 5 - Aula sobre ditadura empresarial-militar na exposição "Evandro Teixeira, Fotojornalismo e Ditadura: Brasil 1964/Chile 1973" no Centro de Cultura Raul de Leoni – Petrópolis/RJ



Fonte: Luís Carlos de Mello



Fonte: Luís Carlos de Mello

Lá mesmo nos sentamos e conversamos sobre as fotografias. Cada um falou sobre a imagem escolhida e o motivo que a/o levou a escolhê-la. Detalhes que me escaparam foram apontados por elas/eles/elos. Um dos alunos escolheu a fotografia da passeata dos Cem Mil e refletiu sobre a imagem, comparando com a situação dos estudantes de hoje. Em sua fala, o aluno diz que lhe chamou a atenção a luta dos estudantes. E continuou avaliando que aquele tinha sido um período muito difícil e, mesmo assim, os estudantes foram para as ruas lutar pelos

⁵³ Casa da Morte, espaço utilizado pelos militares para tortura, situada em Petrópolis/RJ.

seus direitos. Na fala do aluno, hoje os estudantes se mobilizam pouco para conquistar seus direitos.

Outra fonte que gostaria de ter trabalhado com às/aos estudantes como secundária foi o site Memórias da Ditadura⁵⁴. Minha ideia inicial era assistirmos ao vídeo produzido pelo Instituto Vladimir Herzog – “A ditadura aterroriza (1969 - 1975)”⁵⁵ – e discutirmos a violação dos direitos humanos naquele período. Infelizmente, não houve tempo de incluir mais esta atividade⁵⁶. Deixei indicação para as/os estudantes. Iniciei a primeira aula da sequência didática com uma discussão sobre história e memória.

3.3.1 Aula 1 - Discussão sobre História e Memória

Iniciamos a roda de conversa sobre o tema história e memória nas turmas. Buscávamos compreender o que as diferenciava. Em comum, sabíamos que ambas eram formas de conhecer o passado. Mas, o que distinguia a memória da história?

Baseado em Motta (2014), produzi um texto⁵⁷ para discussão em sala de aula, comparando história e memória. Nele, apontei que a memória é inata e que é próprio do ser humano lembrar. A memória pode “mentir”, distorcer e isso não importa para as pessoas, pois a memória não foi feita para ser questionada. Segundo Lowenthal (1998): “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer, e transformar o passado, acomodando as lembranças as necessidades do presente.” (Lowenthal, 1998, p. 77).

A memória é vulnerável às pressões do presente e, como consequência, muda as versões do passado. A memória é seletiva e, logo, implica esquecer, escolher aquilo que determinado grupo quer lembrar. Essa lembrança do passado tem a função de fortalecer a identidade de um grupo, de lhes dar coesão. Mas lembrar algo também significa esquecer e silenciar – seja como mecanismo de defesa, por vergonha, medo, ou como meio de lidar com o trauma.

A memória pode ter uma dimensão afetiva e até sagrada. Ela busca no passado fatos que justifique o presente. É o presente que importa, não o passado em si.

⁵⁴ Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em 30 nov. 2024

⁵⁵ Disponível em: <https://youtu.be/ABdFmkZbF2Q>. Acesso em 13 out. 2024

⁵⁶ Minhas aulas eram às segundas-feiras e tivemos alguns pontos facultativos, ausência para participação no Congresso Nacional do ProfHistória, que no ano de 2024 foi em Belém, diminuindo, assim, o número de encontros no 4º bimestre. Tudo isso limitou o número de aulas com as turmas no bimestre.

⁵⁷ Anexo 2

A História, através da pesquisa, busca problematizar as memórias esquecidas através de um procedimento crítico. Por mais que admitamos que a história seja interpretativa, ela utiliza metodologia própria e se preocupa com a fonte para construir sua narrativa. Mas não é só isso, o historiador passa pelo escrutínio dos pares. Fundamental que o historiador se comprometa com a verdade dos fatos para que, mesmo que questionada sua interpretação, suas fontes não estejam sendo utilizadas para produzir negacionismos.

A história trabalha não somente com o consenso, mas também com os conflitos (Motta, 2014). Neste movimento, coloca o passado em discussão. Este é o momento de crítica às memórias construídas, como a memória nacional, as representações daqueles que são os heróis do Brasil. Um bom exemplo da crítica à memória nacional está num artigo escrito para o site *conversa de historiadoras*⁵⁸, da historiadora Grinberg (2020), em que ela condena a proteção policial de uma estátua contra seus cidadãos. A estátua de Manuel de Borba Gato é a representação da memória daqueles que escravizaram, estupraram e assassinaram indígenas e negros. Com a ascensão dos Movimentos Negro, a memória nacional vem sendo criticada. A memória da escravidão é um passado ainda presente, pois o racismo estrutural é uma reminiscência do passado em nossos dias.

Contra aqueles que argumentam o valor artístico e histórico da estátua, Grinberg (2020) aponta exemplos de monumentos artísticos deslocado de seu espaço original e nos lembra que uma estátua não é o passado em si. A estátua tem por finalidade homenagear pessoas ou acontecimentos do passado. Neste caso em específico, a estátua de Borba Gato, é a representação de um passado que não passou. Ela nos rememora os horrores da escravidão e nos põe de cara com o racismo que persiste em nossa sociedade.

Após a leitura e discussão do texto nos grupos, passamos às rodas de conversa. Alunas, alunos e alunes trouxeram a noção da memória como algo mais volátil. Compreenderam que a construção da memória sobre um mesmo evento mudava de acordo com os interesses de determinado grupo social. No entanto, viam a escrita historiográfica como algo fechado, encerrada em si mesma e sem margem para mudanças. Com o avançar da conversa, no entanto, as/os estudantes foram reelaborando suas concepções e trazendo exemplos de como a historiografia pode mudar de acordo com o tempo, com as problemáticas apresentadas, com as novas fontes que surgem e com a perspectiva de quem conta a história. Joana⁵⁹ lembrou-se do

⁵⁸ Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2020/06/21/isto-nao-e-uma-estatua/> acesso em 03 abr 2025

⁵⁹ Nome fictício. Para proteção da identidade das/dos estudantes e fluidez do texto optei por colocar nomes fictícios para indicar a fala de uma/um aluna/aluno/alune.

Ensino Fundamental em que aprendera que o Brasil fora "descoberto". E pergunta retoricamente: "E se esta história tivesse sido contada por um indígena?". Ela conclui que a narrativa histórica teria sido outra.

Questionei se as descobertas de novos documentos ou novas interpretações historiográficas poderiam acrescentar ou mesmo mudar o entendimento sobre determinado fato histórico. Adriano trouxe o exemplo do incêndio que ocorreu com a estátua do Borba Gato⁶⁰ após novas releituras da ação do bandeirante.

João discordou sobre a memória estar ligada ao presente. Expliquei a ele que a memória é um instrumento do presente que molda o passado de acordo com seus interesses. O próprio tema que iríamos abordar, a ditadura militar, foi um período em que as memórias entram em disputa hoje entre os grupos de extrema-direita no Brasil e aqueles que foram torturados e tiveram seus familiares mortos. A extrema-direita tenta produzir uma memória sobre este período como um passado de glória, ordem e crescimento para o país. Já a maioria dos historiadores divergem dessa versão e denunciam esse como um período em que se instaurou um Estado autoritário que atuou violando os Direitos Humanos.

Thiago cita o exemplo de um idoso que traz em suas memórias um passado glorioso sobre o período da ditadura. Imitando a voz do idoso, ele diz: "No meu tempo era tudo melhor". E conclui que a história pode contradizer a memória e apresentar uma versão muito pior dos fatos.

Renato pergunta sobre a diferença entre memória e lembrança. Julia explica que a memória é a lembrança do passado e a história é um fato comprovado. Apesar de reconhecer que é uma característica do pensamento ocidental a distinção entre passado e presente, Lowenthal (1998) alerta que certa consciência do passado é comum a todo ser humano, pois este recorda o ontem, o que foi dito e feito, compreende o processo de envelhecimento, relembra histórias de pessoas e acontecimento. Mesmo que por processos diferenciados, história e memória são formas de se conhecer o passado. O passado não está dado, ele é construído e forja o presente e a nossa identidade. Conforme Lowenthal:

O passado, para Butterfield, refere-se tanto ao âmbito histórico quanto ao da memória: seus cenários e experiências antecedem nossas próprias vidas, mas o que já lemos, ouvimos e reiteramos tornam-se também parte de nossas lembranças. (Lowenthal, 1998, p. 65)

⁶⁰ **Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo.** CNN, São Paulo, 24/04/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Para Lowenthal (1998), a lembrança do passado é ao mesmo tempo individual e coletiva. Para Motta (2014), a memória é socialmente construída e implica numa seleção daquilo que se quer ou deve lembrar, mas também esquecer. Ao escolher o que lembrar, os grupos sociais eliminam aquilo que pode ameaçar a identidade do grupo.

Um grupo não falou, não expôs a opinião. Pode ter sido por não ter entendido o texto, ou, simplesmente, não querer participar da aula. Este grupo em específico, ao longo do ano, cochichava nas aulas, torcia a boca em desacordo com o assunto exposto, desconfiava. O comportamento dos rapazes do grupo parecia duvidar de todos os temas abordados nas aulas de história. Interpretei como uma forma de negação.

A reconstrução do passado pelo historiador estará sempre aberta a novas perguntas e, conseqüentemente, a novas respostas. Buscar compreender o passado é fundamental para compreendermos como chegamos ao presente. Contudo, a história também é filha do seu tempo. Possivelmente esse grupo de alunos estavam mais impregnado do temor levantado pelos bolsonarista sobre as/os professoras e professores de história, do que com uma questão tão profunda como a possibilidade de o historiador conhecer o passado.

De qualquer maneira, a discussão em grupo sobre história e memória ajudou a perceber como alunas/alunos/alunes percebiam o passado e como viam os livros de história. Muitos reformularam suas concepções sobre a historiografia, outros já tinham, de alguma forma, a clareza de como a memória poderia formular um passado mais glorioso do que realmente fora. Todos saímos um pouquinho transformados dessa conversa. Nesta aula surgiu a questão sobre se o que o jornalista escreve é história.

3.3.2 Aula 2 – A diferença entre escrita jornalística e escrita historiográfica

Na 2ª aula da sequência didática, abordei a distinção entre a escrita jornalística e a escrita historiográfica. Não queria que as/os estudantes tomassem a escrita jornalística como a própria historiografia. Na aula anterior havia surgido esta questão e muitas/os alunas/alunos/alunes acreditavam que ler um jornal de época era como se ler um texto historiográfico. Queria que elas/eles/elos distinguíssem uma escrita da outra e tomassem o texto jornalístico como um monumento, ou seja, um documento que precisa ser questionado dentro de seu contexto.

Para colocar esta distinção, produzi um texto⁶¹ base para nossa discussão na roda de conversa. Neste texto, defendi que os jornais nem sempre foram considerados fontes

⁶¹ Anexo 3

historiográficas pelos historiadores. No século XIX, os intelectuais positivistas acreditavam que o historiador deveria mostrar sua total isenção na escrita da história e, para isso, consideravam que somente documentos oficiais poderiam ser considerados fontes históricas. Contudo, historiadores da Escola dos Annales demonstraram que não havia fonte histórica isenta. O próprio fato de aquela fonte existir já demonstrava a seleção daquilo que as gerações passadas deixaram para as presentes e futuras.

A partir da crítica às fontes oficiais, os historiadores da Escola dos Annales ampliaram a noção de fonte histórica. Segundo Karawejczyk (2010), a partir de 1970 a imprensa começou a ser valorizada como fonte historiográfica. No entanto, desde a década de 20 revistas, jornais e imagens já haviam entrado no rol de fontes do historiador. Para os historiadores dos Annales as fontes deveriam ser problematizadas.

Os discursos expressos nos jornais nos permitem perceber as ideias que circulam numa determinada época. Através dos discursos, podemos perceber o cotidiano, os costumes, as práticas sociais, os valores morais de uma época. Para Karawejczyk (2010), jornais e revistas são representações que nos permitem entrever atitudes, pensamentos, ideias ali projetadas. Contudo, é importante filtrar o que está escrito nos jornais através de uma análise crítica da fonte impressa. Deve-se tomar o cuidado de não ir buscar na fonte aquilo que se quer confirmar (Luca, 2006). Ao utilizar jornais e revistas como fonte histórica, o historiador deveria fazer as perguntas e deixar a fonte falar.

O texto jornalístico pode ser utilizado pelo historiador para compreender a história, mas ele não é um texto historiográfico. É necessário fazer algumas distinções e buscar semelhanças entre o texto jornalísticos e o texto historiográfico. Quando o jornalista escreve, seu texto fala sobre acontecimentos do presente e para pessoas contemporâneas a ele. A escrita historiográfica também fala para os contemporâneos, mas busca suas respostas para questões que são postas no presente, nas indagações sobre o passado.

Enquanto a incerteza faz parte do texto jornalístico pelo imediatismo dos fatos, a falta de elementos, a pressão de ser o primeiro a lançar a notícia; o historiador tem a vantagem de confrontar mais de uma fonte, seja ela escrita, oral ou imagética. O historiador tem a vantagem de estar distante dos acontecimentos e ter tempo para analisar sua fonte (Karawejczyk, 2010).

Na análise do jornal, o historiador deve estar atento aos recursos retóricos, satíricos e a linguagem utilizadas. Deve verificar se há fotografias, se estas são coloridas ou não, quais imagens são destacadas. O historiador deve perguntar qual a intenção do fotógrafo com aquela imagem e o que ele quer contar com ela (Luca, 2006). Todos os detalhes podem ser importantes para compreensão da lógica global daquele jornal ou revista.

Interrogar a fonte é fundamental. No caso de um jornal podemos perguntar, de acordo com Luca (2006), se ele escreve suas matérias com intuito de isenção ou se posiciona política e ideologicamente. Outras observações são: que lugar a notícia ocupa no jornal? Na manchete ou no canto de pé de página? O que o jornal escolhe narrar? Quais temas são abordados no jornal? Destacar a linguagem que os editores utilizam? Qual o fim do uso desta linguagem? Como ela se distingue de outras linguagens? Por que os editores decidiram usar esta e não outra linguagem? Quem são seus editores?

Jornais e revistas podem ser fontes históricas e precisam sofrer diversas operações por um historiador para se tornar historiografia.

Uma das autoras que usei para escrever o texto foi Mônica Karawejczyk (2010). O sobrenome da autora virou um trava-língua na turma. Após lido e discutido o texto nos grupos, partíamos para as rodas de conversa perguntando sobre a forma do texto: se foi agradável de ler, se haviam entendido, se o vocabulário estava acessível. A partir daí elas/eles/elos entravam no conteúdo do texto. No geral, todos acharam o texto de fácil compreensão.

Muitas/os alunas/alunos/alunes não haviam parado para pensar a diferença entre ambas as escritas. A discussão estava arrastada. Daí eu criei uma situação: e se explodisse uma bomba no Obelisco, marco central da cidade de Petrópolis, como um jornalista escreveria este fato e como um historiador o escreveria? Onde cada profissional estaria no tempo? Como cada profissional acessaria a informação? A partir desta situação criada, elas/eles/elos começaram a participar mais ativamente da conversa.

Uma distinção apontada é quanto ao acesso à informação. Enquanto o historiador teria maiores chances de acessar mais informações sobre o fato, o jornalista estaria limitado às informações imediatas. Pedro atentou para a desinformação que pode ser criada pelo jornalista, dado o imediatismo da notícia.

Importante, contudo, ressaltar que nem sempre as matérias jornalísticas são "imediatistas" ou "urgentes". Tem matérias que demoram meses e até anos para ficarem prontas e partem de pesquisas concisas que utilizam diversas fontes. A questão da diferença entre historiadores e jornalistas é o objetivo e a metodologia usada por cada um. A história analisa os fatos, enquanto os jornais e suas matérias têm objetivo de informar, ainda que também possa haver análises.

Quanto à questão temporal, perguntei onde estariam o jornalista e o historiador. Elas/eles/elos responderam que o jornalista estaria cobrindo a notícia num intervalo de tempo mais próximo do acontecimento, já o historiador estaria a qualquer tempo num futuro mais

distante em relação ao fato. Logicamente, não podemos nos esquecer dos historiadores do tempo presente.

Quanto à pressão de se noticiar o fato, o jornalista estaria preocupado em ser o primeiro a lançar a notícia, já o historiador tomaria o fato num sentido histórico, para responder alguma questão do tempo presente a ele. Kátia diz que o jornalista escreve buscando atingir todos, enquanto o historiador escreveria para outros historiadores, os pares, ou para estudantes ou aquelas/aqueles/aqueles interessados em se aprofundar no assunto. Importante lembrar que o jornal *Lampião da Esquina*, por exemplo, não foi um jornal especificamente de "notícias", como os jornais diários. Ele foi um jornal com matérias mais elaboradas, diversificadas, assim como outros de sua época.

Quanto ao convencimento, o jornalista tem uma escrita preocupada em atingir maior público, já a escrita historiográfica seria mais erudita, mais restrita quanto ao alcance. O jornalista cria uma manchete chamativa e que, muitas vezes, distorce a informação. Tatiane discorda e considera a escrita jornalística direcionada a um público-alvo. Ela cita o exemplo do futebol que é direcionado ao público masculino.

Na turma B Júlia já inicia abordando a temporalidade em que são escritos os textos jornalísticos e historiográficos e enfatiza o uso do primeiro pelo segundo para escrever a história. Karine apontou dificuldade na leitura do texto e João, o vocabulário complexo. Para o restante da turma, o texto foi claro e de fácil compreensão.

Pedro apontou a escrita jornalística como mais apelativa, pois tem a função de conquistar o público para ler. Já o historiador não tem uma escrita apelativa. Fabiana colocou que a escrita historiográfica interessa a um público mais restrito. Para elas/eles/elos o jornalista precisa vender. Renata disse que o jornal silencia ou distorce sobre determinados assuntos para direcionar a opinião de seus leitores. Ela atenta que muitas pessoas leem acriticamente as notícias do jornal.

Joana pergunta por que o jornal não era fonte para o historiador no início do século passado. Ela ainda pergunta: Por que um documento não pode ser tão manipulado quanto uma matéria jornalística? Para ela, documento oficial e matéria jornalística devem ser interrogados pelos historiadores.

Ao fim das discussões todas/todos saíram com alguma compreensão sobre a distinção entre a escrita jornalística e a escrita historiográfica. Estávamos próximos de analisar o jornal *Lampião da Esquina* e estas duas aulas anteriores serviram para prepará-los. Contudo, achei fundamental contextualizar o jornal antes de entrar em sua história propriamente dita. Estudar

a ditadura empresarial-militar, foi, para mim, uma estratégia didática para abordar o contexto mais amplo e, depois, destacar a história específica do periódico.

3.3.3 Aula 3 - Do contexto da Ditadura e as formas de resistências de estudantes ao tema

Nesta aula, a base da discussão sobre a ditadura foi o livro didático cedido pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). Todas/os as/os estudantes da escola usam a coleção produzida pela editora Moderna para Ciências Humanas e Sociais Aplicada. Sobre a ditadura militar, o livro tratou dos seguintes temas: o governo João Goulart; o Golpe de 1964; os primeiros anos da ditadura instaurada; o período de maior repressão, censura e tortura; movimentos de contestação artísticos, como a Tropicália; o Movimento Negro; o período da abertura política e as discussões sobre a anistia. Estes temas foram divididos entre os grupos de estudantes que, juntamente, recebiam uma folha com questões orientando o estudo.

À medida que elas/eles/elos expunham seus entendimentos sobre o tema estudado outras alunas/alunos/alunes levantavam questões que poderiam ser respondidas tanto pelo próprio grupo, quanto por mim. Em minhas exposições usei, além do livro didático, as informações contidas no site Memórias da Ditadura⁶², produzido pelo Instituto Vladimir Herzog. Nesta atividade, aproveitei para levantar questionamentos e tirar dúvidas. Avisei que o livro didático seria a base das nossas discussões e que eu me colocava de acordo com o entendimento de um grupo de historiadores do campo progressista. No entanto, elas/eles/elos poderiam apresentar conhecimentos adquiridos em outros livros, aulas anteriores, vídeos no *youtube*, memórias dos avós. Enfim, estava aberta a troca de todo conhecimento sobre o tema daquela aula.

Logicamente, esperava que viessem os discursos negacionistas produzido por políticos de extrema-direita e por empresas como a Brasil Paralelo. O negacionismo veio mais em atitudes de distanciamento como dormir na aula, ou se retirar das rodas de conversa do que confrontar os estudos apresentados.

À medida que os grupos iam expondo o tema estudado, íamos conversando sobre o que haviam entendido do período em que João Goulart esteve no poder, o Golpe de Estado, a instauração do regime ditatorial, por ato institucional, decreto, fechamento do Congresso Nacional, censura, tortura, ditadura, Milagre Econômico, ufanismo, anistia etc. Não pretendo narrar toda a discussão que tivemos em sala de aula sobre a ditadura, mas fazer apontamentos

⁶² Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/ficha-tecnica-2/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

de alguns momentos que selecionei para compreendermos a visão das/os alunas/alunos/alunes sobre o período, além de expor minha compreensão sobre o que foi a ditadura empresarial-militar.

Helena perguntou o que era Reforma Agrária. Expliquei que era a redistribuição das terras de forma a permitir seu uso para produção de alimentos ou criação de animais. Havia muitas terras sem uso e com fim especulativo. Naquele período, muitos latifundiários não achavam justo o valor que o governo queria pagar em suas terras para fim de reforma agrária. Expliquei ainda que as reformas de base do governo estavam dentro da lógica do sistema capitalista. Entretanto, por mais que eu tenha colocado como argumento os efeitos do uso especulativo da terra para a economia global e, logo, para as/os trabalhadoras, a estudante defendeu o direito de o proprietário utilizar a terra de acordo com seus interesses particulares.

Minha postura não foi a de convencer as/os alunas/alunos/alunes sobre quem estava certo ou errado, mas apresentar como um grupo de historiadores do campo progressista compreendia o Golpe e a ditadura que se instalou no Brasil a partir de 1964. Alguns historiadores defendem que O Golpe de 1964 teve a função de prevenir uma possível revolução motivada pelo temor que a experiência cubana e o clima de tensão provocado pela Guerra Fria traziam a burguesia brasileira. Segundo o professor dr. Renato Lemos (2014):

Nas condições de crise da primeira metade da década de 1960, as tarefas da contrarrevolução assumiram caráter de urgência. O acirramento das contradições sociais, a crescente força do movimento de massas e a crise de representação política das classes dominantes se combinaram com a agenda da contrarrevolução internacional, pautada pela Guerra Fria, para determinar uma solução violenta dos impasses vividos pelo regime democrático da Constituição de 1946, sob duplo ataque, vindo de setores capitalistas emergentes e do movimento sindical dos trabalhadores (Lemos, 2014, p.128).

Para Lemos (2014), o caráter contrarrevolucionário do Golpe de 64 vinha do temor dos setores dominantes no poder de experiências históricas anteriores em que crises políticas criaram as condições revolucionária. Os militares seriam os árbitros dos setores dominantes em conflito: setores mais dinâmicos da economia formado por grandes oligopólios industriais e a fração industrial mais antiga, e setores da classe trabalhadora associados a política trabalhista de Getúlio Vargas. Esse setor mais dinâmico, identificado como o capital multinacional e associado, foi o responsável pelo Golpe de 64. Para Lemos (2014):

A fração multinacional e associada do capital, embora tenha, de fato, tomado de assalto o Estado, praticou a dominação, em geral, de maneira indireta ou compartilhada com representantes corporativos das Forças Armadas. (Lemos, 2014, 122).

O regime ditatorial se vinculou, mais prioritariamente, ao grande capital multinacional e associado, contudo recebeu apoio de outros setores empresariais, dos latifundiários, assim como de setores das camadas médias desesperados com a inflação e o desemprego, políticos udenistas, entidades anticomunistas e tradicionais da sociedade civil, de tecnocratas e tecnoempresários (Lemos, 2014). O objetivo era preparar a hegemonia do setor industrial e financeiro para um regime democrático restrito, ou seja, com a participação controlada das camadas populares e dos trabalhadores.

Uma lógica que perpassa todo tempo a discussão do tema, em sala de aula, é sobre quem está certo e quem está errado. Tentei, a todo momento, levá-los a pensar sobre os interesses em jogo no conflito daquela época e a posição que cada setor social toma na defesa de seus próprios interesses.

Busquei criar um ambiente aberto ao diálogo e ao respeito a fala de todas e todos. Contudo, na semana seguinte Helena foi à aula munida com a bíblia sagrada. Ela a posiciona sobre a mesa e passa toda a aula com a cabeça baixa, como se estivesse dormindo. Possivelmente esta postura é uma forma de negação da aula anterior, em que reuni alunas e alunos em círculo para discussão sobre a ditadura.

Lembrei de 2019, quando, após uma aula sobre ditadura no Brasil, uma aluna evangélica levou a sala das/dos professoras e professores uma carta carinhosa, escrita à mão, numa folha arrancada do caderno em que dizia o quanto "Deus me amava" e narrava sobre o irmão homossexual que havia se "desviado da Igreja".

Estes dois casos me chamam a atenção: duas alunas, em diferentes ocasiões, se manifestam religiosamente após aula sobre ditadura no Brasil. No primeiro caso, eu ainda não havia entrado na história do jornal *Lampião da Esquina*. Então, a questão dela não era contra um jornal dirigido ao público gay. No segundo caso, não fiz nenhuma relação entre ditadura e homossexualidades. A única relação nos dois casos é a de um professor assumidamente gay dar aula sobre ditadura. Fico pensando em como as Igrejas evangélicas estão amarrando todos esses temas, mas não tenho respostas para a isso.

Em outra turma, ao entrarmos no tema da tortura, narrei, em determinado momento avançado da discussão em sala de aula, que mulheres e homens eram posicionados no pau de arara e, ali, eram empaladas/os, animais eram introduzidos em seus orifícios e que até crianças foram torturadas. Também expus o caso do empresário e cidadão Boilesen⁶³ que assistia

⁶³ Cidadão Boilesen - Chaim Litewski - Filme Completo disponível em: <https://youtu.be/UP7CYhmK-hs> (acesso em: 15 dez. 2024). Albert Henning Boilesen foi um empresário dinamarquês nacionalizado brasileiro, presidente

pessoalmente as sessões de tortura e financiava a ditadura. Daniel levantou-se da roda de conversa e saiu. Como, ao longo do ano, a atitude deste mesmo aluno foi de negar outros estudos históricos – como o nazismo, por exemplo – através da negativa com a cabeça, o olhar desconfiado, o cochichar com outros alunos, a não apresentação de trabalhos, todas essas atitudes sugerem que sua saída da roda de conversa foi uma forma de negação ao fato de os militares terem torturado civis.

No balanço geral, percebi muita dificuldade das/os estudantes compreenderem o texto do livro didático. Na roda de conversa, estudantes levantaram questionamentos, ouviram atentamente os momentos de exposição de determinado tema. Chamou minha atenção não haver um embate direto, uma discordância do que eu expunha, uma outra versão da história. Volto a dizer, não tive a intenção de confrontar as falas das/os alunas/alunos/alunes de forma impositiva. Me dispus a ouvi-los, a me calar se necessário e a levantar questionamentos para reflexão, para promoção do debate na turma. As formas de enfrentamento foram o silêncio, a não participação, o simbólico (a bíblia).

3.3.4 Aulas 4 e 5 - Construindo uma análise historiográfica do jornal

Na 4ª aula fiz uma exposição em *power point* do jornal *Lampião da Esquina*, contei sua história e distribuí alguns artigos pré-selecionados para análise. Como já dito anteriormente, o jornal é voltado para um público adulto e preferi controlar o conteúdo acessado pelas/os estudantes. Já com os grupos formados, distribuí artigos diferentes e impressos com perguntas direcionadas e um glossário para ajudá-los a ler, compreender e interpretar o texto. Estimulei-os a levantar outras questões que não estavam no roteiro de análise. Pedi para que lessem em conjunto, discutissem e só então iniciassem a análise do texto buscando compreender a sociedade daquela época. Solicitei, ainda, uma redação analítica dos artigos lidos. Esta aula foi a base para a produção de seus próprios jornais.

Foi pedido às/aos estudantes para criarem uma publicação jornalística em que elas/eles/elos usassem a análise histórica dos artigos de *Lampião da Esquina* ou como referência, ou diretamente, para comparar o passado e as suas reminiscências no presente. Foi utilizado o aplicativo Canva para produção do jornal próprio das/os estudantes. A escolha do aplicativo se deu pelos seguintes motivos: acesso gratuito de estudantes e professoras e

do grupo Ultra, em que a Ultragaz era uma de suas empresas. Boilessen ajudou a financiar a ditadura, como também participava das sessões de tortura.

professores do Estado; intimidade da maioria das/dos educandas/os e uma seção com modelos prontos de jornais. Cada grupo pode escolher um modelo e criar sua própria matéria.

Do ponto de vista do alcance da proposta, todos os grupos conseguiram usar a análise dos artigos para pensarem as especificidades do passado e suas reminiscências no presente. Com a possibilidade dos grupos se reunirem remotamente, liberei esta parte do trabalho para os grupos fazerem como uma atividade de casa. Utilizei esta estratégia primeiramente, porque o bimestre já estava encerrando e, depois, pelo fato de muitas/os disponibilizarem da internet de suas próprias casas, já que a da escola é lenta e oscilante. Outros grupos preferiram terminar a atividade em aula. Usaram seus próprios celulares para conclusão da tarefa.

Abaixo comento os artigos, apresentando a análise das/os estudantes e, ao fim, a produção do jornal.

Figura 6 - leituras em grupo de um dos artigos do jornal Lampião da Esquina



Fonte: Luís Carlos de Mello

Análise do artigo: Saindo do Gueto

Iniciamos a análise pelo artigo “Saindo do Gueto”⁶⁴, publicado na página 2 da edição nº zero, de abril de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*. Nele, os editores falam da abertura política nacional e pergunta: “Mas um jornal homossexual, para quê?”⁶⁵. Neste artigo, o conselho editorial apresenta o objetivo central do jornal ao escrever que “[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele”⁶⁶. Os editores não se propõem solucionar a opressão em que vivem as homossexualidades, mas lembram a condição de “minorias” deste grupo e que: “Uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz”⁶⁷. Em seguida, eles apontam que esta minoria precisa se assumir e ser aceita como ser humano. Naquele artigo *Lampião da Esquina* coloca a importância de um grupo social marginalizado ser reconhecido como um ser político. E promete ir além: “Nós pretendemos ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, as minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias”⁶⁸.

Na análise, o grupo 1 (turma A) identificou que o artigo: “[...] reflete o desejo de sair da marginalização e conquistar espaço na sociedade, buscando igualdade e respeito para os homossexuais”. Para o grupo 1,

O título representa uma proposta do jornal de tirar a comunidade LGBTQIA+ do isolamento social e cultural imposto pela sociedade da época. O ‘Gueto’ representa um lugar que simboliza um lugar de exclusão, onde as pessoas da comunidade eram confinadas pelo preconceito.

Tanto o Grupo 1, como o Grupo 2 (turma B) reconhecem *Lampião da Esquina* como um jornal de resistência à ditadura e que cumpriu um importante papel de tratar de temas não veiculados pelos grandes jornais. Na comparação entre passado e presente, os grupos também reconhecem mudanças como o casamento igualitário, a maior representatividade na mídia e na política, mas ponderam que o preconceito ainda é presente nas redes sociais, nas reações negativas a campanhas publicitárias que incluem a diversidade. Pessoas LGBTQIA+ sofrem discriminação no trabalho, exclusão social e violência. O grupo 1 destaca: “No caso de pessoas trans, a situação é ainda mais grave, com altos índices de assassinato e uma luta constante por direitos básicos, como o acesso a emprego e saúde”. O grupo 2 adverte: “[...] assim como na época do *Lampião*, sempre vai ser preciso resistir e batalhar”. Num tom mais esperançoso, o

⁶⁴ Anexo 4

⁶⁵ CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, edição experimental, nº zero, abr. 1978. Opinião, p.2. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

⁶⁶ idem

⁶⁷ idem

⁶⁸ idem

grupo 1 diz que: "[...] há também um caminho sendo trilhado rumo a uma sociedade mais inclusiva e humana".

Sobre esse artigo, ambos os grupos reconhecem mudanças e conquistas importantes para a comunidade, mas também a persistência do preconceito e da discriminação atualmente. Destacam as travestis/transsexuais como o grupo mais vulnerável da comunidade e a necessidade da continuidade da luta.

Segundo Alberti (2021), levar às/aos estudantes à compreensão da historicidade dos gêneros e das sexualidades em períodos de exceção é uma forma de contribuição crítica do Ensino de História para reflexão desse passado vivo em nossa sociedade. Este objetivo foi alcançado na análise acima em que estudantes demonstraram compreensão das ações das pessoas naquele período, não apenas através de lições éticas, mas entendendo o contexto histórico. Esse ensino em história proporcionou um aprendizado efetivo, reordenou entendimentos e promoveu a reflexão sobre o passado e suas implicações para o presente

Abaixo, segue a produção dos jornais dos grupos 1 e 2:

Figura 7 - jornal elaborado por estudantes

Saindo do Gueto: A luta por direitos e visibilidade da comunidade LGBTQIA+

25 de novembro, 2024

Ditadura militar no Brasil o surgimento do jornal Lampião da Esquina como resistência LGBTQIA+

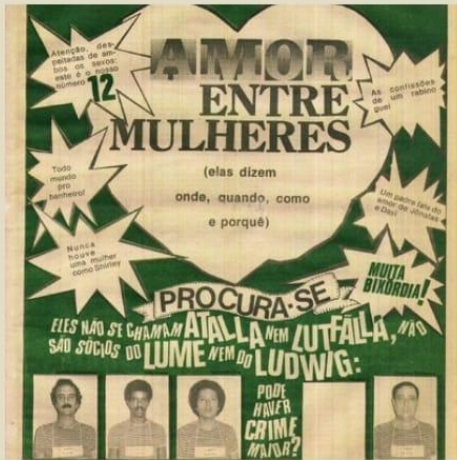
Nos anos de chumbo da ditadura militar, grupos LGBTQIA+ enfrentavam um cenário de repressão e invisibilidade. Nesse contexto, nasceu o jornal Lampião da Esquina, um marco na luta por direitos e contra os estereótipos que desumanizavam homossexuais, retratados como "sombras" sem espaço na sociedade.

Os autores do Lampião ousaram desafiar a censura ao reivindicar a humanidade dos homossexuais e seu direito à plena realização. Com textos afiados, eles mostravam que a exclusão social era sustentada por bases machistas e estigmas religiosos. Foi uma tentativa de "sair do gueto", simbolizando a luta pela dignidade e igualdade.

Dias de hoje

Hoje, mesmo com avanços como o casamento igualitário e maior representatividade, o preconceito persiste. Crimes de ódio e discursos de intolerância continuam a ameaçar a comunidade LGBTQIA+. Redes sociais e movimentos contemporâneos ajudam a amplificar vozes, mas a luta por um Brasil mais inclusivo ainda é urgente.

A importância histórica do Lampião da Esquina transcende seu público-alvo. Ele representou um movimento mais amplo de resistência cultural e política contra a repressão da ditadura e deixou um legado que ecoa até os dias de hoje. Suas páginas continuam a ser uma referência na luta por igualdade e respeito, lembrando que, mesmo em tempos de opressão, a palavra tem o poder de transformar e resistir.





(jornal Lampião da esquina, 1981.)

1/1

Fonte: os estudantes

Figura 8 - jornal elaborado por estudantes

REFLEXÕES SOBRE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA QUE PERSISTEM NA ATUALIDADE

SAINDO DO GUETO

1978-2024 18 DE NOVEMBRO SEGUNDA-FEIRA



A VOZ QUE NÃO SE CALA

Em tempos de censura e repressão, o *Lampião da Esquina*, lançado em 1978, rompeu barreiras ao dar voz às minorias. Com humor e coragem, o jornal desafiou preconceitos, combatendo estereótipos e reivindicando direitos para a comunidade LGBTQIA+ e outros grupos marginalizados. Era uma luz em meio à escuridão da ditadura, discutindo temas ignorados pela grande mídia e mostrando que todos merecem ser tratados com dignidade.



Hoje, décadas depois, muito mudou: o casamento igualitário é uma realidade, e há mais espaço para representatividade. No entanto, o preconceito não foi erradicado, apenas mudou de forma, muitas vezes camuflado nas redes sociais. Ainda assim, a lição do *Lampião* permanece: resistir nunca sai de moda. A luta por uma sociedade mais justa e igualitária segue viva, inspirada pela coragem de quem ousou sair do gueto para enfrentar o mundo.

Fontes: os estudantes

Seção Cartas na Mesa: Nos becos escuros e Pintou o bode

Os grupos 3 (turma A) e 4 (turma B) analisaram dois pequenos textos do jornal⁶⁹: "Nos becos escuros"⁷⁰ e "Pintou o bode"⁷¹. O jornal *Lampião da Esquina* tinha uma seção chamada Cartas na Mesa. Nesta seção, os leitores escreviam para o jornal cartas sobre os mais diversos assuntos. Nelas, os leitores pediam emprego; elogiavam ou criticavam o jornal; denunciavam violências cometidas tanto por cidadãos comuns, como por agentes do Estado etc.

Segundo Green (2000), entre 1969 e 1978 o espaço urbano para os homossexuais se expandiu significativamente. Cresceram bares, discotecas e saunas na onda da expansão do consumo da classe média urbana. Rio e São Paulo viram suas ruas incharem de travestis e michês vivendo da prostituição. A polícia realizava periódicas prisões em massa em espaços de sociabilidade para homossexuais.

Numa das cartas enviadas ao *Lampião da Esquina*, de título "Nos becos escuros", uma pessoa que se identifica como Jenifer, moradora do Rio de Janeiro, relatou que policiais extorquiam os frequentadores do espaço "guei" chamado de "Buraco da Maisa", que ficava no Castelo. A estratégia dos policiais era permitir a entrada no local para depois pedir dinheiro. Jenifer pede aos editores do jornal que façam uma reportagem sobre o assunto. O escritor e antigo conselheiro de *Lampião da Esquina*, João Silvério Trevisan⁷², descreve o "Buraco da Maisa" como um "dos locais tradicionalmente propícios a pegação homossexual" (Trevisan, 2018, p. 515). Lá, pessoas não heteronormativas podiam trocar olhares e se "pegar", ou seja, trocar afeto e carícias homoeróticas.

Nesta carta podemos apreender a atuação do jornal *Lampião da Esquina* na denúncia da ação de agentes do Estado. Policiais exorbitam sua função de proteger a população para se aproveitar financeiramente de determinados grupos vulneráveis. Segundo Green (2000), após o AI-5, entre 1969 e 1972, era comum a polícia militar efetuar batidas frequentes no centro do Rio de Janeiro e de São Paulo em locais frequentados por homossexuais. A polícia, arbitrariamente, pedia para conferir se os documentos estavam em ordem, ou detinham indivíduos "suspeitos" para interrogatório. A Galeria Metrôpoles teve seu auge entre 1966/1967

⁶⁹ Anexo 5

⁷⁰ Becos Escuros. *Lampião Da Esquina*. Rio de Janeiro, abr. 1978. Edição Experimental nº zero. Cartas na Mesa, p. 14. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

⁷¹ Idem

⁷² João Silvério Trevisan foi autor do livro "Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade" e também foi ex membro do conselho editorial de *Lampião da Esquina*.

e fechou suas portas em 1969 em função das contínuas batidas policiais. Numa delas, os camburões saíram cheios de pessoas presas.

Contudo, segundo Green (2000):

O nível do controle social, entretanto, em nenhum momento foi similar ao que ocorreu na ditadura militar argentina (1976-1983), quando os estabelecimentos gays eram coagidos a fechar. Os locais de entretenimento no Brasil, fossem de homossexuais ou não, continuaram a funcionar com relativa liberdade de 1972 em diante. (Green, 2000, p. 398).

As saunas gays, “For Friends” e “Ipanema”, em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, se tornaram os novos pontos de encontros homoeróticos. As boates gays como a “Sótão”, no Rio e “Medieval”, em São Paulo, estavam entre os lugares mais movimentados da vida noturna. O dinheiro de propina fazia com que os policiais fizessem vista grossa ao funcionamento desses locais. Os militares não fecharam os clubes gays, contrariando a lógica esperada, já que peças ditas “subversivas” e a violação da “moral e dos bons costumes” eram perseguidos (Green, 2000).

Outro fato que nos chama a atenção é a grafia da palavra “guei”. Na década de 70 a palavra “gay” foi popularizada em função da expressão “gay power”, que era usada pela mídia em referência ao movimento na Europa e EUA (Green, 2000). A leitora de *Lampião* se apropria do significado da palavra gay e utiliza sua grafia de forma abrigileirada. Isso pode denunciar uma certa resistência a americanização da cultura brasileira que ocorria naquela época. A carta não deixa claro se Jenifer era uma mulher cistgênero, heterossexual ou lésbica, ou transsexual/travesti.

Os editores de *Lampião* respondem a carta da Jenifer. Não se tem como identificar qual deles, pois não há uma assinatura. De forma jocosa, eles escrevem: “Um dos objetivos de LAMPIÃO é não apenas fazer com que as pessoas possam sair do ‘buraco’, mas, também, garantir o direito de todas entrarem lá, quando queiram.”⁷³ (Conselho editorial, 1978, p. 14). A brincadeira e a descontração são as marcas dos editores de *Lampião*. O jornal tratou de assuntos sérios – como a violência e os constrangimentos públicos – com muito bom humor. Uma maneira de lidar com a violência sofrida pela comunidade LGBTQIAPN+⁷⁴ da época. Entrar

⁷³ CONSELHO EDITORIAL. Pintou o Bode. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, edição experimental, nº zero, abr. 1978. Cartas na Mesa, p.14. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

⁷⁴ Os editores do jornal *Lampião da Esquina* se referiam a comunidade LGBTQIAPN+ com termos genéricos, como “as homossexualidades”, “homossexualismo” ou “os travestis”.

no "buraco" era uma referência ao Buraco da Maisa, no Castelo, uma região que fica no centro do Rio de Janeiro, mas também poderia estar fazendo uma alusão a incursão sexual anal. A metáfora também era um recurso linguístico utilizado pelos editores.

Mais abaixo, na resposta, eles falam em iluminar as vielas escuras, que pode ser interpretado como abrir uma discussão franca e honesta sobre sexualidade. Iluminar traz um sentido de trazer sabedoria, conhecimento. "Iluminar as vielas escuras" neste contexto teria o sentido de trazer conhecimento sobre o desconhecido, o oculto. Mas, segundo os editores, não havia intenção do "sistema" acabar com o preconceito social.

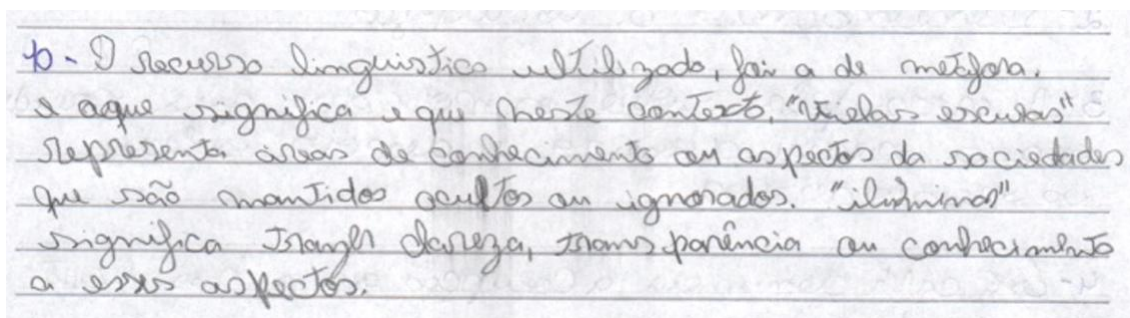
Para alguns historiadores, a repressão selecionada devia-se ao motivo de os militares terem o:

[...]objetivo político claro ao manter a esfera pública relativamente livre e aberta, contanto que estivesse destituída de atividades de crítica à ditadura. Esses estudiosos também explicam que os militares brasileiros utilizavam o entretenimento popular, principalmente o futebol e o carnaval, como válvulas de escape para a frustração represada das massas de trabalhadores. Os dois passatempos populares, prosseguem eles, dissipavam a oposição ao regime. (Green, 2000, p. 398).

Essa liberalização de estabelecimentos gays parecia querer neutralizar um potencial grupo politizado (Green, 2000). Contudo, não impediu que policiais se aproveitassem do período repressivo para cobrarem propina as homossexualidades nesses locais.

Quando perguntado sobre o recurso linguístico utilizado pelos editores de *Lampião da Esquina* e o que significa "Iluminar as vielas escuras", o grupo 3 respondeu:

Figura 9 - recortes da resposta do grupo 3



Fonte: Luís Carlos de Mello

O recurso linguístico utilizado, foi a de metáfora e que significa e que neste contexto 'Vielas escuras' representa áreas de conhecimento ou aspectos da sociedade que são mantidos ocultos ou ignorados. 'iluminar' significa trazer clareza, transparência ou conhecimento a esses aspectos. (GRUPO 3)

O grupo 3 relatou com suas próprias palavras a carta publicada pelo jornal *Lampião da Esquina* e apresentaram a relação entre passado e presente. No jornal produzido por esse grupo

foi publicada a imagem de um túnel escuro com a recomendação: "Cuidado onde anda" em que alertam as pessoas sobre os perigos de frequentarem lugares marginalizados.

Em outra carta dirigida a *Lampião da Esquina*, e publicada na edição de número zero, um rapaz de Recife/PE, cujo pseudônimo era Infante, escreveu ao jornal contando seu drama familiar e os constrangimentos que vivia na escola e no bairro onde morava. O rapaz decora o endereço da sede do jornal através de um panfleto que ele pega na banca de jornal, mas logo se livra tamanho o medo de ser pego. A carta é um pedido de ajuda. Ele relata o desejo de fugir da cidade.

Lampião da Esquina foi um jornal que chegou a vários cantos do país. Esse é um dos fatores que o torna importante. Muitos homossexuais tinham acesso ao jornal e podiam ampliar sua noção da existência de outras pessoas não-heteronormatizadas no Brasil. A carta de Infante revela a repressão social que viviam as homossexualidades. Na carta, percebe-se como o adolescente está perdido, sem saber o que fazer. Muitos jovens eram hostilizados pela família. Alguns fugiam de casa ou eram expulsos. Vinham para cidades como Rio e São Paulo sem referência, sem alguém que os acolhessem ou como se sustentar financeiramente. Infante afirma: "Tenho vontade de fugir, mas não tenho meios"⁷⁵. O sentimento de não inclusão leva-o a pensar que é uma pessoa menor. O isolamento social faz com que pessoas não-heteronormativas sintam-se párias sociais. Infante declara: "Sinto-me a última pessoa"⁷⁶. Sentimento este compartilhado por muitas pessoas naquela época e ainda hoje.

No Brasil, o conservadorismo social de alguns setores se mantinha vigilantes e intolerantes a qualquer manifestação de efeminação fora da época do carnaval. Uma dessas manifestações do conservadorismo no Brasil se deu em 1972, quando houve a exigência de banimento de dois estilistas da televisão pelo Conselho de Censura do Juizado de Menores de Belo Horizonte. A acusação que pesava sobre eles era sua ausência de masculinidade. Para os conselheiros, a falta de masculinidade dos estilistas poderia afetar a educação de crianças e adolescentes (Green, 2000).

O Grupo 4 (turma B) aponta reminiscências do passado no presente quando, em sua análise, diz que "nos tempos antigos" a homossexualidade era vista como doença mental e que ainda hoje as Igrejas pensam "(...) poder 'curar' o homossexualismo". Quanto às mudanças, o

⁷⁵ PINTOU O BODE. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, edição experimental, nº zero, abr. 1978. Cartas na Mesa p.14. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

⁷⁶ idem

grupo relata que hoje há mais espaços de sociabilização da comunidade LGBTQIAPN+ sem perseguição e que também há mais "Direitos de proteção".

O crescimento de espaços voltados ao público homossexual foi acompanhado, no campo da cultura, por figuras da MPB como Ney Matogrosso e Caetano Veloso. Estes desfilavam sua homossexualidade ou bissexualidade levando uma nova maneira de se pensar as sexualidades. As transformações ocorridas no comportamento sexual e social apressaram a irrupção, no Brasil, do movimento gay politizado. Segundo Green:

Muitos fatores convergentes facilitaram o surgimento desse movimento: o espaço social conquistado pelos 'bichas' e 'bonecas' na década de 60, a difusão de ideias a partir do movimento gay internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes. O surgimento de um movimento político gay era também resultante da consolidação de uma nova identidade 'entendida' (Green, 2000, p. 396).

Um movimento politizado de identidades sexuais reprimidas na sociedade brasileira foi gerado por fatores como o aumento de espaços para sociabilização homossexual e a circulação de ideias vinda de fora do país com crítica ao machismo, à homofobia e ampliação das lutas das minorias. Essas lutas permitiram que hoje, apesar da necessidade de ampliação e consolidação de direitos para minorias, já possamos perceber mudanças significativas apontadas pela análise do grupo 4.

Chama a atenção a noção temporal do grupo 4 ao se referir ao período analisado como "tempos antigos". Os "tempos antigos" podem ser qualquer momento antes do nascimento delas/deles/delos. São estudantes na faixa dos 16 anos, bem próximos da idade do redator da carta a Lampião. Este grupo em específico foi formado por alunas/alunos/alunes que se encaixam em alguma das identidades LGBTQIAPN+. Nas aulas elas/eles/elos falam com propriedade sobre a problemática da comunidade LGBTQIAPN+, mas na redação usam o termo "homossexualismo". Talvez tentando manter a fidelidade ao uso do termo nas décadas de 70/80. Homossexualismo é um termo que identifica as sexualidades não-normativas como doença mental. Havia até um CID (Código de Doenças Internacionais) próprio. Hoje é adotado o termo "Homossexualidade" com sentido de cidadania e, logo, direitos conquistados pela comunidade LGBTQIAPN+.

Um membro do grupo 4 narra a postura da família quando ele se assumiu transsexual. Ele diz: "Quando me assumi trans, fui levado constantemente [à Igreja] e ouvi palavras da bíblia para tentarem me convencer de mudar e ignorar esse fato. Em contrapartida, fui bem aceito em

vários espaços". Através de um relato pessoal, o aluno aponta as reminiscências do passado no presente, mas também mudanças que os separam de Infante.

Abaixo transcrevo na íntegra a redação produzida pelo grupo 4:

Nos tempos antigo o homossexualismo era visto como problema mental ou doença, isso mudou bastante nos dias atuais porém ainda muitas [pessoas] tem esse pensamento retrogrado quanto a isso, como as igrejas que pensam poder 'curar' o homossexualismo. Também a questão de poder ocupar espaço para comunidade lgbt sem sofrer agressões, perseguições ou serem presos por frequentarem esses espaços. Agora temos mais direitos de proteção.

Embora o preconceito tenha diminuído, nas igrejas isso ainda é constante e visto como centro, pensando como uma salvação e conversão. Quando me assumi trans fui levado constantemente [à Igreja] e ouvi palavras da bíblia para tentarem me convencer de mudar e ignorar esse fato. Em contrapartida, fui bem aceito em vários espaços.

Muitas/muitos alunas/alunos/alunes, nas rodas de conversa, declaram a dificuldade de conversar com a família e assumir sua identidade sexual. Ana, que se afirma bissexual, contou que a mãe a aceitava, mas no grupo familiar não sustentava sua postura. Bruna, que se identificava como lésbica, relatou não ter medo de enfrentar o preconceito na escola, mas tinha medo de assumir sua sexualidade no ambiente familiar. Contou que a família não se importava que ela tivesse seus romances fora de casa, mas dentro de casa o assunto era proibido. A aluna ressentida a falta de acolhimento e lamenta a postura da família. Como relatado na redação, a solução encontrada pela família do aluno transsexual foram sessões de leitura bíblica na Igreja. A tentativa de conversão seria o caminho para a "cura" do filho transsexual.

Este trabalho de análise histórica de artigos de *Lampião da Esquina* e produção de jornal pelo aplicativo Canva foi promissor para abertura da discussão sobre como as famílias têm lidado com seus/suas filhas/os LGBTQIAPN+. Abre um alerta às escolas: Como a escola tem lidado com as dificuldades de alunas/alunos/alunes LGBTQIAPN+ em seus espaços? Se não for pela sensibilidade de alguns professores ou algumas professoras tratar o tema da sexualidade de forma aberta e sem preconceito, arrisco afirmar que as escolas não têm feito nada, ou tem feito muito pouco para lidar com esta problemática.

Uma professora de biologia do colégio em que trabalho relatou que as/os estudantes retomaram com ela a discussão sobre sexualidades após minha aula. As/os alunas/alunos/alunes voltaram a falar da falta de abertura familiar em lidar com a questão da sexualidade.

Lampião incentivou Infante a assumir sua sexualidade, a ler e o aconselhou a deixar de autovitimizar-se. Os editores levam-no a uma outra perspectiva da questão ao perguntarem:

"Deboche? Ódio? E por que não fascínio?"⁷⁷. A intenção dos editores era empoderar Infante. *Lampião da Esquina* cumpria, assim, o papel de mudar a perspectiva das homossexualidades e dos próprios homossexuais, de forma a positivar essas identidades sexuais que se construíam naquele período histórico.

Possibilitar às/aos estudantes a leitura desses documentos históricos e questioná-las/los sobre os conflitos pessoais e sociais vividos pelas pessoas em função de seus gêneros e suas sexualidades pode se tornar uma fonte rica para se discutir suas próprias questões no tempo presente.

Afinal, é este um dos papéis do Ensino de História em sala de aula – usar as histórias do passado para pensar o tempo presente; perceber mudanças e permanências; se colocar criticamente diante das continuidades e das mudanças. Pensar as residualidades. O resíduo seria uma sobrevivência. Os resíduos do passado se atualizam no presente. Há passados residuais que insistem em se manter vivos (Pereira e Seffner, 2018).

Em sala de aula, trabalhos como este podem construir espaços de discussões sobre a história de luta e afirmação das identidades sexuais, assuntos não permitidos no ambiente familiar. A escola, professoras e professores tem papel fundamental na construção de uma sociedade plural e sem preconceito. No entanto, essa ainda é uma meta pouco discutida na Educação.

Segue produção do jornal feita por estes grupos:

⁷⁷PINTOU o bode. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, nº zero, abr. 1978. Cartas na Mesa, p.14. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

Figura 10 - jornal elaborado por estudantes

ICJ NEWS

Volume 1, 25 novembro 2024

DITADURA BRASIL

A REPRESSÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+



Ódio e repressão

Nos becos escuros e pintou o bode

Os relatos apresentados em jornais da época (o conhecido LAMPIÃO) destacam questões sociais e emocionais que revelam desafios enfrentados por diferentes grupos e indivíduos na sociedade. O primeiro texto aborda a situação do "Buraco da Maisa", um espaço que exemplifica como a falta de estrutura urbana e a atuação opressiva das autoridades podem contribuir para a marginalização. Em vez de buscar soluções simples, como melhorar a iluminação e oferecer segurança adequada, os responsáveis acabam reforçando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade.



O segundo relato expõe as dificuldades de alguém que enfrenta preconceito e rejeição, tanto no ambiente familiar quanto social. A experiência de exclusão gera sentimentos de inferioridade e isolamento. Contudo, observa-se que a aceitação e a valorização de si mesmo podem ser passos fundamentais para superar essa realidade.

Ambos os textos refletem problemáticas que vão além das experiências individuais, evidenciando falhas estruturais e culturais que ainda permeiam a sociedade. Seja no contexto urbano ou pessoal, há uma necessidade urgente de mudanças que promovam maior compreensão, empatia e inclusão.

www.icjnew.com.br

1

Figura 11 - jornal elaborado por estudantes

Edição especial

PERSEGUIÇÃO

PINTOU O BODE

De acordo com o preconceito na época o relato conta sobre um adolescente de 17 anos que acha que esta doente porem a resposta do lampeão fdeclarou que não era uma doeça e sim que o garoto era homossexual e devido a sua roda familiar e social não consegue se aceitar.

BECOS ESCUROS

O Becos escuros relata sobre uma boate LGBT de facil acesso aonde os militares usam de armadilha para pender pessoas LGBT

CUIDADO ONDE ANDA

AS PERGUNTAS E RESPOSTAS, JORNAL DO LAMPEÃO DA ESQUINA

Fonte: os estudantes

O caso Celso Curi

"Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?"⁷⁸. Esse é o título da manchete estampada na capa do número zero do jornal *Lampião da Esquina*, em abril de 1978⁷⁹. Na reportagem intitulada "Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?"⁸⁰, os editores dedicaram duas páginas para tratarem do caso do jornalista da "Coluna do Meio", do jornal *Última Hora*. Celso Curi, com muita graça e irreverência, escrevia uma coluna dedicada às homossexualidades desde fevereiro de 1976. O jornal começou a receber cartas diariamente, vindas de todo o Brasil. Dentre as cartas, havia as que tinham o fim de parceiros amorosos, através da troca de correspondências. As pessoas faziam sua descrição pessoal e diziam seu tipo preferido. Outras cartas eram de elogios e incentivo à coluna. Outras, ainda, de desabafo ou lamúria. As pessoas escreviam agradecendo por se sentirem representadas na coluna. Mas também havia aquelas de reprimenda e agressividade.

Celso Curi recebia pedidos de conselhos, telefonemas e possuía admiradores, incluindo aqueles que se apaixonavam por ele. Respondia as cartas dos leitores. Abordava temas polêmicos tais como prostituição, de oposição a instituição do casamento. O jornal aumentou a vendagem graças à "Coluna do Meio". Curi era convidado para festas e, constantemente, referenciado em outras revistas. Um verdadeiro sucesso daquela época. Mas, em novembro de 1977, Curi foi despedido do jornal. Alegavam contenção de gastos. Na verdade, desde outubro de 1976, Curi era processado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por "Ofender a moral e os bons costumes", inscrito no artigo 17 da lei de imprensa 5.250/1967. segundo o artigo acima citado de *Lampião da Esquina*:

Em carta ao diretor-geral da Polícia Federal em Brasília, o superintendente do Departamento Regional de São Paulo acusava a coluna de promover a 'licença de costumes e o homossexualismo especificamente'. E o promotor público designado para o processo comunicava ao Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal que o denunciado ofendeu, (...) 'a moral pública e os bons costumes' (*Lampião da Esquina*, nº 0, 1978, p. 6).

Para o promotor público, Curi promovia abertamente o "homossexualismo" e até defendia as uniões "anormais". Segundo Green (2000), no Brasil de 1969 a 1972 a censura

⁷⁸ LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição experimental nº zero, abr. 1978. Capa, p. 1. Disponível em: [01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf](#). acesso em: 04 dez. 2024.

⁷⁹ Anexo 6

⁸⁰ TREVISAN, João Silvério. Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi? *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Edição experimental nº zero, abr. 1978. Reportagem, p. 6. Disponível em: [01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf](#). acesso em: 04 dez. 2024.

coibia teatros e jornais voltados ao mundo gay. Nos anos 70, a censura do regime militar se dirigia à jornais, televisão, produções artísticas e literárias, que eram encaradas como uma deturpação à moralidade pública. Para os militares, as casas de banho e os locais de dança eram insignificantes. Isso explicaria o porquê de as reuniões de homossexuais em bares e saunas serem permitidas. As homossexualidades, desde que restrita a quatro paredes, ou manifestada em momentos bem específicos como o carnaval, vinham ganhando a tolerância social já há duas décadas anteriores. Da mesma forma os shows de travestis da Praça Tiradentes e dos teatros de Copacabana, não eram uma ameaça explícita ao decoro público (Green, 2000).

Enquanto manifestação individual, a homossexualidade até era permitida. Entretanto, se a homossexualidade tomava repercussão através de veículos de grande abrangência como jornais e televisão, ela era reprimida. Além de a homossexualidade ser vista como uma afronta a moral da época, talvez o medo também fosse de esse grupo se organizar politicamente. O caso de Curi serviu para *Lampião da Esquina* incentivar a organização política dos homossexuais.

Anteriormente, houve tentativas malogradas de organização. Um exemplo disso foi a tentativa de João Silvério Trevisan, um dos conselheiros de *Lampião da Esquina*, de formar um grupo de discussão em São Paulo sobre a causa homossexual. Ele havia morado em São Francisco, nos EUA, onde entrou em contato com o movimento de liberação gay. Trevisan quis organizar um grupo parecido no Brasil. No entanto, o grupo de discussão era pequeno, sem coesão e com dúvidas sobre a importância da discussão mediante ao grave problema que o Brasil enfrentava com um regime autoritário. Depois de um tempo, o grupo se desfez. Trevisan analisou que havia uma tensão, no grupo, sobre o foco de discussão: enquanto uns defendiam centralizar a questão somente da homossexualidade, outros propunham alianças com os demais movimentos sociais e setores da esquerda. Um dos editores de o *Lampião da Esquina*, Agnaldo Silva, era contrário à ligação entre o movimento homossexual e as organizações de esquerda. (Green, 2000).

E Agnaldo Silva tinha seus motivos. Na época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) via a homossexualidade como um produto da decadência burguesa. Com o racha do PCB na década de 60, as organizações que surgiram do Partidão carregaram sua aversão ideológica a homossexualidade. Internamente, os membros do partido que assumiam sua homossexualidade eram hostilizados (Green, 2000).

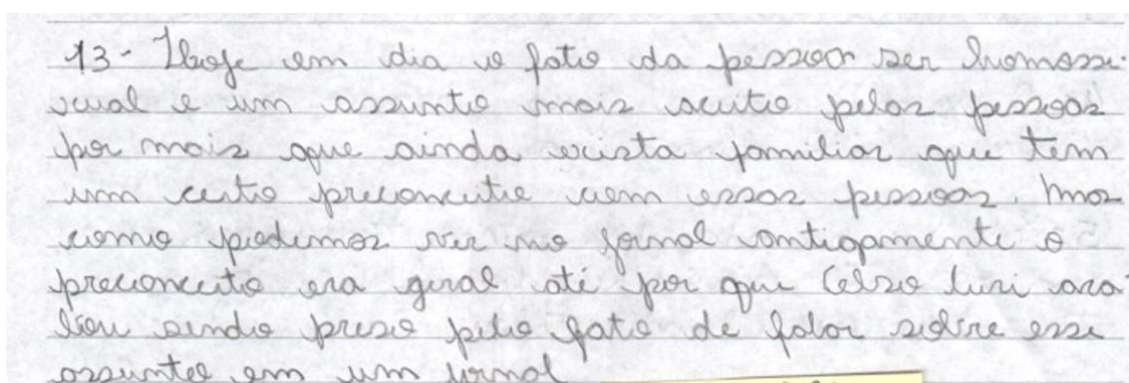
Uma segunda tentativa de organização política ocorreu no Rio de Janeiro, em 1976. Um ativista distribuiu convites em pontos frequentados por homossexuais para o primeiro encontro da União do Homossexual Brasileiro que ocorreria nos jardins do Museu de Arte Moderna. O

folheto, anônimo, expressava o desejo de se criar um movimento com base na igualdade e no respeito mútuo (Green, 2000).

No dia e horário marcado, 4 de julho de 1976, os repórteres caminhavam em direção ao evento, todavia estes foram surpreendidos pela chegada de 8 camburões da política e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial. Os possíveis participantes, possivelmente foram acuados. O encontro não ocorreu. A tentativa de mobilização no Rio malogrou. O regime até permitia o encontro de gays em discotecas, no entanto via qualquer tentativa de organização política como uma ameaça (Green, 2000).

Para que estudantes percebessem a repressão militar sobre a repercussão da homossexualidade por veículos de comunicação de grande abrangência, selecionei um trecho desta reportagem. Quando pedido para comparar a sociedade daquela época com a atual apontando mudanças e reminiscências, o grupo 5 (turma A) respondeu:

Figura 12 - recorte de respostado do grupo de estudantes

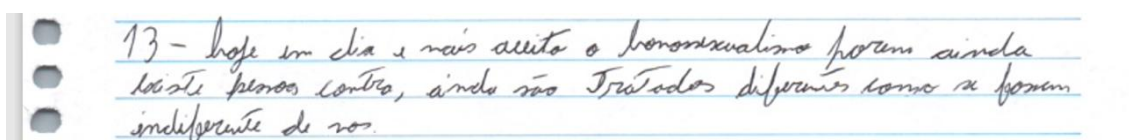


Fonte: Luís Carlos de Mello

Por mais que pessoas LGBTQIAPN+ sejam mais aceitas hoje, o preconceito permanece no meio familiar. Na avaliação do grupo 5, "antigamente o preconceito era geral". Suponho que o grupo tenha identificado na sociedade atual maior número de pessoas sem preconceito.

Da mesma forma, para o Grupo 6 (turma B), que analisou o mesmo trecho do artigo, a sociedade de hoje é menos preconceituosa do que a da década de 70/80, mas "ainda existe pessoas contra".

Figura 13 - recorte de respostado do grupo de estudantes

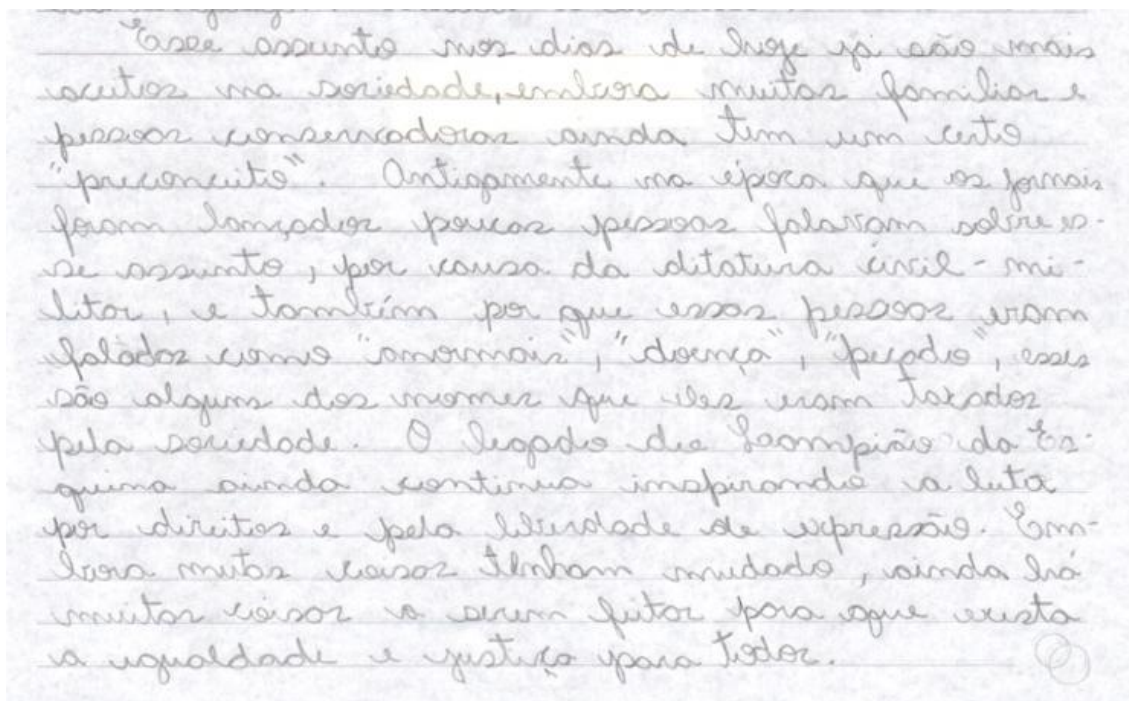


Fonte: Luís Carlos de Mello

Ambos os grupos reconheceram a importância do jornal *Lampião da Esquina* em relatar o caso do jornalista Celso Curi. Para eles, o jornal cumpriu seu dever de defensores dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. A repressão dos militares se dava sobre jornais que se voltavam ao público homossexual.

O grupo 5 concluiu, acertadamente, que a ditadura censurava a discussão sobre as homossexualidades. Segundo o grupo: "(...) poucas pessoas falavam sobre esse assunto, por causa da ditadura civil-militar, e também porque essas pessoas eram faladas como 'anormais', 'doença', 'pecado', esses são alguns dos nomes que eles eram taxados pela sociedade". E, mais à frente no texto, ponderam: "Embora muitas coisas tenham mudado, ainda há muitas coisas a serem feitas para que exista a igualdade e justiça para todos". Abaixo segue um trecho da análise feita pelo grupo do artigo:

Figura 14 - recorte de resposta dos estudantes



Fonte: os estudantes

Podemos perceber que o grupo conseguiu compreender como a homossexualidade era tratada no período da ditadura e fazer a relação deste passado com a sociedade atual tanto em sua análise historiográfica, como nos jornais abaixo produzido por eles.

O Grupo 6 reconhece o papel do jornal *Lampião da Esquina* ao enfrentar a censura e defender a comunidade LGBTQIA+ no período da ditadura no Brasil. Na comparação com o hoje, o grupo verifica avanços quanto a liberdade de imprensa, mas admite que ainda há desafios a serem enfrentados como o preconceito e a intolerância. Nas redes sociais, o grupo ainda verifica a persistências dos discursos de ódio. Abaixo, um trecho da análise do Grupo 6.

Figura 15 - recorte de resposta dada por estudantes

O jornal Confiança da Esquina foi um marco na resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil, destacando-se pela defesa dos direitos da comunidade LGBTQI+ e por desafiar os nomes ofensivos da época. Enfrentando a censura e a repressão em um período de silenciamento imposto. Comparando com a sociedade atual, observamos avanços nos direitos e na liberdade de imprensa, mas ainda enfrentamos desafios como preconceito e intolerância. Utilizando redes sociais e outras mídias modernas permite perceber que, apesar das conquistas, o discurso de ódio persiste, exigindo contínua vigilância e resistência.

Fonte: Luís Carlos de Mello

Segue produção do jornal feita por estes grupos:

Figura 16 - jornal elaborado por estudantes

EDIÇÃO E REDAÇÃO: LUMA SILVA ROCHA	✱ Jornal News histórias ✱	TURMA: 2001
--	----------------------------------	-----------------------

Homossexualidade

É PROIBIDO FALAR

U O jornal *Lampião da Esquina* enfrentou e resistiu à ditadura militar no Brasil. Celso Curi, o rapaz da "Coluna do Meio", desafiou as normas sociais e políticas da época, ele defendeu os direitos das minorias da comunidade LGBTQIA+. Para ele evitar essa censura e repressão ele usou o jornal de forma estratégica com a cobertura de assuntos não muito falados nessa época, denúncia dos direitos e o uso da linguagem crítica e irônica.



U "Como peça de acusação, foi apresentada também essa frase que Celso Curi criou e que Millor Fernandes incluiu na lista dos mais importantes acontecimentos dos internacionais de 1976: ANORMAIS É QUEM COME MACARRÃO COM AROZ E ACHA SUPIMPA". O legado do *Lampião da Esquina* ainda continua inspirando a luta por direitos e pela liberdade de expressão. Embora muitas coisas já mudaram, ainda há mudanças a serem feitas para que exista a igualdade e justiça pra todos.



**E POR CONTA DISSO
 CELSO CURI FOI
 ACUSADO PELO
 ARTIGO 17 DA LEI DE
 NÚMERO 5250, LEIS
 DE IMPRENSA, QUE
 SIGNIFICA OFENDER A
 MORAL E OS BONS
 COSTUMES. E ACABOU
 SENDO PRESO POR
 ISSO.**



Infelizmente ainda vemos muitos casos de homofobia, algumas histórias reais nos mostram isso como:

Daniela, 28 anos, lésbica, foi expulsa de casa pelos pais após revelar sua orientação sexual.

Rafael, 25 anos, gay, foi agredido fisicamente e verbalmente por um grupo de pessoas em um bar.

NEWS HISTÓRIA ✱	NOVEMBRO 1976 ✱	NEWS HISTÓRIA
-----------------	-----------------	---------------

Fonte: os estudantes

Figura 17 - jornal elaborado por estudantes

Memórias de Luta
Volume 5
segunda-feira, Novembro 25, 2024

A Repressão e a Absolvição



A acusação contra Cúri representou uma etapa da repressão à liberdade de expressão, especialmente contra grupos marginalizados. Apesar da perseguição, ele foi absolvido em 1979, dois anos após o início do processo. No entanto, sua absolvição não apagou os traumas causados por constantes intimidações, como visitas da polícia e ameaças relacionadas ao conteúdo de sua coluna

page 08
5/7

Memórias de Luta
Volume 6
segunda-feira, Novembro 25, 2024

A Repressão e a Absolvição

O caso de Celso Cúri foi amplamente divulgado pelo Lâmpião da Esquina, um jornal que se destacou pela defesa dos direitos LGBTQIA+ e pela denúncia de abusos do regime militar. Fundado em 1978, o periódico publicou artigos críticos à repressão e abordava abertamente temas como violência contra homossexuais, discriminação e a luta por direitos. O Lâmpião também deu voz ao movimento LGBTQIA+ em um período onde a censura tentava silenciar essas narrativas



O Legado da Resistência

A história de Celso Cúri e do Lâmpião da Esquina são símbolos da luta pela liberdade de expressão e pelos direitos LGBTQIA+ no Brasil. Mesmo diante de uma ditadura opressora, esses pioneiros resistiram e abriram caminho para conquistas que hoje são celebradas, como o casamento igualitário e a criminalização da homofobia.

page 09
6/7

Memórias de Luta
Volume 7
segunda-feira, Novembro 25, 2024

OBRIGADO POR VER






Thiago W
líder do grupo

João

Kaua
Members

Diego

A memória de Celso Cúri nos lembra que o progresso social é fruto de luta e coragem, especialmente em tempos de adversidade.
Reportagem: Redação Memórias de Luta
Imagem de capa: Reprodução da edição n° 1 do Lâmpião da Esquina, 1978.

7/7

Análise do artigo: O que pensa a sociedade civil sobre o assunto

A última análise⁸¹ das/dos educandas/os, grupos 7 e 8, turmas A e B, respectivamente, foi um trecho de um artigo da edição de nº 9, de fevereiro de 1979, sem autor, cujo título é: "O que pensa a sociedade civil sobre o assunto". O jornal busca defender-se da perseguição que o governo militar empreendeu ao *Lampião da Esquina* em função da visibilidade do grupo Somos e o crescimento de outras organizações de gays e lésbicas. Em agosto de 1978, os militares iniciaram investigação policial para verificar se o jornal promovia ofensa à “moral e aos bons costumes”. No início de 1979, os editores do jornal foram acusados de ofenderem a “moral e os bons costumes” da sociedade com publicações sobre assunto pertinentes a homossexualidade. Os militares queriam fechar o periódico de qualquer jeito, seja por brechas na lei de imprensa ou auditoria financeira. Os militares somente encerraram a perseguição aos editores de o *Lampião da Esquina* porque intelectuais, figuras do meio artístico e cultural, sindicato dos jornalistas, a Associação Brasileira de Imprensa e alguns membros do grupo Somos se manifestaram contra a atuação do governo (Green, 2000).

No artigo acima citado, os editores do jornal trouxeram a citação do Consultor Geral da República, Clóvis Ramallete, sobre a censura. Ramallete havia sido escolhido para ocupar o cargo pelo general João Baptista de Figueiredo, que tomaria posse como presidente da república em março daquele ano. O país vivia um período de abertura política "lenta e controlada", como dizia o general Ernesto Geisel. Na declaração de Ramallete, a censura deveria se direcionar à diversão pública e não às obras de arte, ou às manifestações do pensamento, como era o caso da imprensa. Para Ramallete: "A liberdade de Imprensa é a primeira das liberdades." (*Lampião da Esquina* nº 9, 1979, p.7).

Os editores de *Lampião da Esquina* trouxeram as declarações de agentes do Estado – como o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes e a do Consultor Geral da República, Clóvis Ramallete – como argumento na defesa do inquérito⁸² que sofriam por ofenderem "à moral e aos bons costumes" ao tratarem das questões das homossexualidades em suas páginas. Segundo o artigo “Para o Brasil do ano 2.000 os ‘bons costumes’ do século XIX.” da edição nº 9, Agnaldo Silva escreve que:

⁸¹ Anexo 7

⁸² Entre 1978 e 1979, *Lampião da Esquina* foi alvo de investigação policial e acusação pelo regime de ofensa “à moral e aos bons costumes”. Os militares queriam fechar o jornal, pois atribuía a ele o crescimento de grupos que lutavam por direitos dos homossexuais (Green, 2000, p. 434).

Nos Últimos dias de dezembro o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes, concedeu uma entrevista ao Globo, na qual disse que a legislação a ser cumprida pela censura 'impõe restrições, de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade'. (*Lampião da Esquina*, nº 9, 1979, p. 5)

Ao entrevistar várias pessoas das diversas camadas sociais e profissões, o jornal, no artigo "O Que Pensa A Sociedade civil sobre o assunto", edição 9, levanta a seguinte pergunta: "Você acha que os critérios sobre 'moral' e 'bons costumes', estabelecidos no código de 1946, ainda são válidos para a época em que vivemos, ou é necessário discuti-los e modificá-los?" (*Lampião da Esquina*, 1979, p.7). Atrizes, escritores, senadores, donas de casa, comerciários etc. foram entrevistados e tiveram suas respostas publicadas no jornal. Escolhi as respostas de alguns para análise das/os alunas/alunos/alunes:

Franco Montouro, senador: "Aplicar cegamente critérios do passado a problemas do presente é fechar os olhos à realidade e perder o trem da história."

Fernanda Montenegro, atriz: "Moral e bons costumes, no fundo, variam e se modificam como saia e decote de mulher, de acordo com os interesses criados, são levantados ou abaixados, arregaçados ou arrebitados. Muitas vezes esfaļalhados. Ou simplesmente arrancados. As instituições então aí pra garantir, não estão?"

Cicil de Oliveira, operário da construção civil: "nosso dormitório está cheio de goteiras. Anteontem, choveu o dia inteiro, e a gente 'teve que dormir nas camas molhadas. Ceará, um colega nosso, pegou uma pneumonia. Isso eu acho imoral. Mas ninguém se importa."

Maria do Céu Vieira, dona de casa: "Tem gente que nasceu pra vítima. Os homossexuais são assim: culpam eles por tudo. Agora eu nunca soube que um homossexual matasse alguém, praticasse um crime grave; eles é que são mortos e roubados. Assim, se é pra discutir o assunto vamos discutir isso: por que a sociedade não considerava imoral, um atentado aos bons costumes, essa história de aproveitar os preconceitos existentes contra os homossexuais para melhor explorá-los?". (*Lampião da Esquina*, nº 9, 1979, p. 7, **grifo meu**)

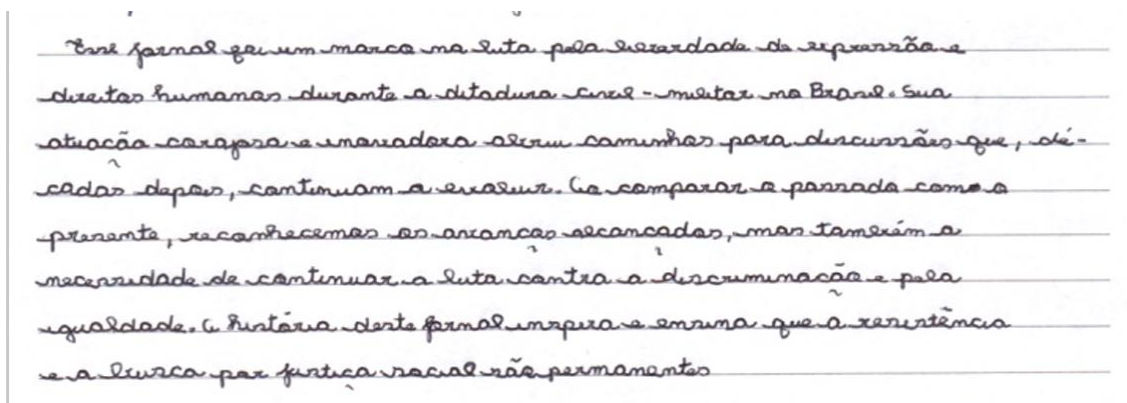
Na opinião de Montouro e Montenegro, "moral e costumes" mudam com o tempo. Na visão de Cicil de Oliveira, a falta de dignidade nas condições de moradia para trabalhadores da construção civil é uma imoralidade que ninguém discute. E a dona de casa, Maria do Céu Vieira, aponta como imoral o assassinato e a extorsão de homossexuais em nome do preconceito.

Segundo Green (2000), o movimento de gays e lésbicas não era, pelo menos aparentemente, o foco dos militares, mesmo que um destes setores tivesse começado a firmar laços com a esquerda e outras forças de oposição. Após o fracasso de fechar o *Lampião da Esquina*, o Estado ignorou o movimento deste grupo específico. Em acesso aos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) em 1994, somente alguns editores de o *Lampião* são mencionados, mas mais pela sua relação com organizações de esquerda na década de 60 ou movimento contra a ditadura em 70, do que com o ativismo homossexual. A

suposição levantada por Green (2000) é a de que os agentes do DOPS estavam preocupados demais com o movimento trabalhista para dar atenção a um movimento incipiente, com baixa adesão e sem proposta política clara. Na análise dos arquivos, Green (2000) percebeu que os informantes e espiões do DOPS tinham dificuldades em acompanhar o número de manifestações, protestos, assembleias públicas, organizações estudantis e greves que ocorriam no Rio e em São Paulo. A defesa da “moral e os bons costumes” tinha intervenções pontuais naquele período.

O grupo 7 avaliou que há um limite para transpor critérios de moralidade de uma época para outra. O grupo questiona: "até que ponto as regras de moralidade e de bons costumes definidos décadas atrás ainda se aplicam à sociedade atual?" (Grupo 7). Já o grupo 8 avalia a importância do jornal na luta pela liberdade de expressão e pelos Direitos Humanos durante a ditadura. As discussões abertas por *Lampião da Esquina* ainda são presentes na atualidade, segundo o grupo 8. Para eles, mesmo com os avanços, é ainda necessária a continuidade de lutas contra a discriminação e em prol da igualdade. Elas/eles/elos apreendem que: "A história deste jornal inspira e ensina que a resistência e a busca por justiça social são permanentes."

Figura 18 - recorte de resposta dada por estudantes



Este jornal fez um marco na luta pela liberdade de expressão e
direitos humanos durante a ditadura civil-militar no Brasil. Sua
atuação corajosa e inovadora abriu caminhos para discussões que, dé-
cadas depois, continuam a evoluir. Ao comparar o passado com o
presente, reconhecemos os avanços alcançados, mas também a
necessidade de continuar a luta contra a discriminação e pela
igualdade. A história deste jornal inspira e ensina que a resistência
e a busca por justiça social são permanentes.

Fonte: Luís Carlos de Mello

As análises dos artigos do jornal *Lampião da Esquina* nas aulas de história se mostraram muito interessante para compreendermos a noção de passado das/dos estudantes, trabalharmos as reminiscências do passado no presente, discutirmos a repressão à sexualidade na ditadura e permitir que alunas/alunos/alunes LGBTQIAPN+ sintam-se representados numa abordagem historiográfica. Mesmo com todas as dificuldades de se trabalhar temas tão sensíveis como homossexualidades e períodos autoritários e, ainda, vencer a desmotivação das/os estudantes no quarto bimestre, posso afirmar que o resultado do trabalho foi bastante satisfatório.

Foram momentos de muita aprendizagem, reflexões e diálogos. Busquei me abrir à escuta. Queria saber a concepção delas/deles/delos sobre ditadura, sexualidade, noções temporais. Consegui extrair muito, mas ainda havia uma barreira que alguns não conseguiram ultrapassar. Houve silêncios, retiradas das rodas de conversa, fugas para o celular. Numa das conversas, as/os estudantes reclamam de não serem ouvidos pelos adultos. Muitos utilizam a tática de falarem aquilo que supõem agradar os ouvidos das/os professoras e professores. Por mais que eu estivesse disposto a ouvir, em muitos casos não foi suficiente para alguns falarem. De qualquer maneira, acredito ter alcançado os objetivos almejados.

Através da análise histórica do jornal *Lampião da Esquina* em sala de aula foi aberto espaço para muitas/os alunas/alunos/alunes LGBTQIAPN+ "encontrar sua voz", expressão esta impressa no livro “Ensinando a Transgredir”, de bell hooks (2013). hooks narra a discussão acalorada que participou com mulheres e homens negro sobre o direito ao aborto. Uma mulher acompanhava o debate calada até que "encontra sua voz". Encontrar a sua voz significou, naquele contexto, poder falar para uma plateia que a ouvisse e a compreendesse sem desprezar a forma como se expressava. Nas rodas de conversa me coloquei a ouvir alunas, alunos e alunes sem preconceito, sem desqualificar sua forma de expressar assuntos tão complexos para jovens na faixa dos 16 anos de idade.

Um grupo de alunas/alunes/alunos LGBTQIAPN+ trataram de problemas que afetavam suas vidas de uma forma complexa e dentro de suas possibilidades de compreensão sobre o assunto. Reconheceram os avanços dos direitos para comunidade LGBTQIAPN+, mas, ainda assim, havia um certo pessimismo sobre a abertura da sociedade para questões das sexualidades não-normativas. Na visão delas/deles/delos havia outros jovens muito conservadores. Relataram a dificuldade de jovens dentro da escola assumirem sua identidade sexual e o preconceito que sofriam. Reclamaram da dificuldade dos adultos as/os ouvirem.

Estudantes LGBTQIAPN+ não acreditam na mudança da escola. Quando perguntado qual mensagem mandariam para o colégio, se pudessem, elas/eles/elos são categóricas: "Fechem". A frase taxativa foi acompanhada de muito riso. Ponderaram o peso das responsabilidades da direção do colégio e não acreditam em mudança para inclusão de pessoas LGBTQIAPN+.

As rodas de conversas foram espaços que apostei para obter um aprendizado que se desse pelas trocas de conhecimentos e experiências. Muitas/muitos falaram, muitas/muitos só ouviram. Houve aulas em que as discussões eram mais fluidas, outras mais difíceis. O importante é que as condições de reelaboração, questionamento e reflexão foram criadas. Assim, este trabalho contribuiu para, através de uma problemática central – "A relação da

ditadura empresarial-militar com as diversidades sexuais" – alunas, alunes e alunos ressignificassem suas vidas e pensassem sobre a sociedade do presente. O resultado da produção do jornal segue abaixo.

Figura 19 - jornal elaborado por estudantes

29 FEVEREIRO, 1980
TURMA 2001

Correio da Manhã

Critérios considerados ultrapassados.

Até que ponto as regras de moralidade e bons costumes definidas décadas atrás ainda se aplicam à sociedade atual?

A questão não se limita apenas à legislação; ela toca no cerne da definição de moral e dos costumes que regem uma sociedade plural.

A censura é um tema que provoca intensos debates em diversas sociedades, especialmente em contextos onde a liberdade de expressão e os direitos individuais são frequentemente colocados à prova. No Brasil, a discussão sobre a censura remonta a períodos históricos marcantes, como o regime militar, e ainda ressoa na atualidade. Um aspecto central desse debate é a adequação dos critérios de censura à realidade moderna, um questionamento que se torna ainda mais pertinente diante das mudanças sociais e culturais que o país enfrenta.

Em 1979, o diretor da Divisão de Censura da Polícia Federal, Rogério Nunes, trouxe à tona uma reflexão importante ao apontar a incoerência entre as normas estabelecidas pelo Código de Censura de 1946 e os valores contemporâneos da sociedade. Nunes destacou que os censores se viam em uma constante batalha contra uma realidade em transformação, tendo que aplicar critérios considerados ultrapassados.



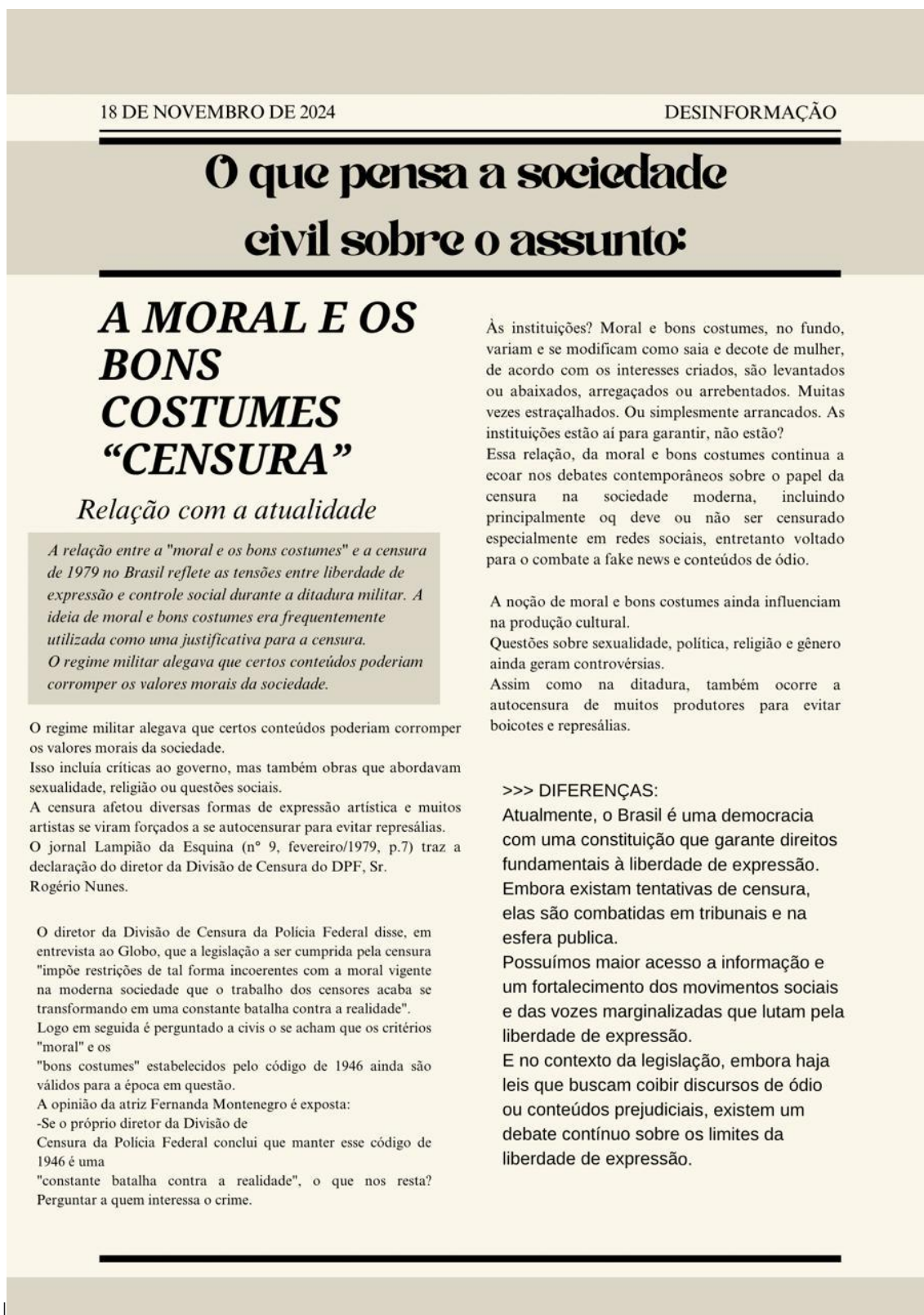
O discurso de Clóvis Ramalhete, então Consultor-Geral da República, reforça a importância histórica da censura no Brasil, ressaltando como sua presença sempre esteve ligada às mudanças políticas e sociais do país. Assim, a censura se torna um reflexo das tensões entre o poder estatal e a liberdade individual, um campo de batalha onde normas jurídicas tentam acompanhar o ritmo acelerado das transformações culturais.

Nesse sentido, é fundamental que a sociedade civil participe ativamente desse debate. A pluralidade de vozes é essencial para construir um entendimento mais abrangente sobre o papel da censura. A ausência dessas opiniões pode resultar em decisões unilaterais que não representam a diversidade cultural e social do Brasil. Portanto, promover um diálogo aberto sobre a moralidade e os limites da censura é crucial para garantir que as normas vigentes sejam justas e adequadas à realidade atual.

À medida que avançamos para um futuro cada vez mais interconectado e plural, é imperativo reavaliar os critérios de censura à luz das vivências contemporâneas. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e respeitosa com as diversidades que a compõem.

Fonte: os estudantes

Figura 20 - jornais elaborado por estudantes



Fonte: os estudantes

Estudar os passados sensíveis significa colocar estudantes diante de algo que desperta indignação diante da injustiça e a violação dos direitos humanos. As aulas de história podem se amparar num passado morto e objetificado, em que um currículo eurocentrado, heterossexual, branco e masculino adentram a sala de aula sem abalar as estruturas ou sensibilizar alunas, alunos e alunes. Ao contrário disso, as aulas de história podem cutucar um passado desestruturante, um passado que insiste em permanecer, um passado que não passa. Por não passar, esse passado desestrutura a “linha evolutiva” de uma história eurocentrada e de temporalidade progressiva e evolucionista. Para trazer um passado vivo para sala de aula é necessário se pensar nas questões sensíveis e na diferença. No ensino de um passado vivo, se faz necessário insistir no presente, na forma de questões abertas e sensíveis, mas também insiste como acontecimento que provoca novas aprendizagens (Pereira e Seffner, 2018). Em negação a esse passado morto, pude pensar a aula de história como um passado vivo.

Para problematizar esse passado que vive no presente, pensei que esse paradoxo temporal foi constituído por um passado vivo que se prende ao presente como “residualidades e remanescências, ou seja, sobrevivências do passado que se instalou na história e na memória e que insistem e nos fazem ver as experiências como virtualidades atuais” (Pereira e Seffner, 2018, p. 24). Residualidades das estruturas militares e policiais aos moldes do período ditatorial e a repressão as sexualidades divergentes continuam presentes em nossa sociedade.

Considerações finais

A população brasileira escolheu em 2021 um presidente mais progressista, mas que obteve uma vitória acirrada. No congresso nacional, a extrema-direita ficou com a maioria das cadeiras. A ameaça conservadora ronda um país dividido entre um projeto progressista e inclusivo de sociedade e outro excludente e autoritário. No âmbito internacional, a extrema-direita ganhou as eleições nos EUA e decisões autoritárias e fascistóides oprimem funcionários públicos, estrangeiros e a comunidade LGBTQIAPN+ daquele país. Infelizmente, não estamos livre de um mal como este para as eleições brasileiras de 2026.

Se quisermos construir uma sociedade livre e democrática precisamos construir, em salas de aulas, esse desejo em alunas/alunos/alunes. O currículo de história pode contribuir para realização desse sonho. Santomé (2011), em seus escritos, defende que o currículo deve construir conhecimentos, normas e valores com fim de formar cidadãos. Os projetos curriculares devem colocar as/os educandas/os em situações que as/os provoquem a tomar decisões, debater e criticar sem temer a reprimenda da professora, do professor. Essa foi uma preocupação constante em todo processo da sequência didática que desenvolvi em sala de aula. Para romper a lógica do ensino tradicional, em que as carteiras ficam todas dispostas em fila e, assim, dão centralidade somente à/ao professora/professor, em detrimento do protagonismo de estudantes, optei pelas rodas de conversa, que permitiam o diálogo em condições de igualdade. Todas/os podiam olhar para o outro nos debates e expor sua compreensão sobre os temas abordados.

Da mesma forma que a arquitetura da sala de aula inibe o protagonismo de estudantes, o planejamento do currículo deve se distanciar da educação bancária e da avaliação cumulativa. Muitos estudantes se veem constrangidos a uma posição passiva em sala de aula, bem distante de um aprendizado que lhe faça sentido, ou lhes tenham utilidade e possam realmente dominar o que devem aprender. Neste sentido, não somente o conhecimento está alienado, mas também aliena estudantes (Santomé, 2011). Trabalhamos uma problemática que afeta a nossa escola, a homotransfobia, para relacioná-la a uma estrutura mais longa no tempo, que foi a relação da ditadura com as homossexualidades e, então, refletirmos sobre essas reminiscências.

Um projeto curricular emancipador no campo da história deve especificar princípios que permitam sugerir processos de ensino e aprendizagem de acordo com uma sociedade democrática e progressista. Nos últimos anos, parcela dos cidadãos brasileiros bradaram por ditadura como fim político para solução de problemas econômico-sociais. Rememorar a

ditadura e suas agruras é uma forma de fomentar a reflexão sobre esse período e educar para o “Nunca mais”, nunca mais se permitir governos ditatoriais como solução de problemas sociais. Que a população possa dizer um grande “não” à projetos autoritários. Além disso, esse projeto curricular de história deve propor metas educativas e blocos de conteúdos culturais que contribuam para uma socialização crítica dos indivíduos (Santomé, 2011). Pensar numa formação para cidadania, pelo menos para o campo progressista, é trabalhar conteúdos inclusivos em sala de aula. Conteúdos que abordem problemas vividos em sociedade e sensibilizar estudantes para soluções mais democráticas.

A sequência didática e o uso dos artigos do jornal *Lampião da Esquina* como fonte primária em sala de aula permitiu as/aos alunas/alunos/alunes terem contato com teorias e conceitos para refletirem sobre o problema da relação da ditadura com as homossexualidades. Através deste estudo, puderam refletir sobre esse passado vivo e em nossa sociedade, visto que estruturas autoritárias impregnam nossas instituições e, apesar das mudanças, o conservadorismo religioso ainda tem força.

Um currículo nacional que não atente às especificidades de cada região e aos grupos minoritários estará fadado ao fracasso de levar cidadania a toda população. Somado a isso, está a dominação dos livros didáticos por empresas privadas. Estas se baseiam no currículo nacional para sua produção e, novamente, desrespeitam as peculiaridades regionais e as minorias nacionais. Professoras e professores lidam com um material didático que não corresponde à realidade de suas/seus alunas/alunos/alunes. Nesse sentido, as/os professoras e professores de história devem estar atentas/os às demandas de seus estudantes e sobre aquilo que os livros didáticos silenciam. Professoras e professores não são meros reprodutores de conhecimento, mas sujeitos ativos que podem e devem intervir no material didático de forma a adequá-lo ao contexto dos estudantes.

No Brasil, professoras e professores de história do ensino básico são tidas como tradutores do conhecimento historiográfico produzido na academia para a sala de aula numa linguagem mais simples, mais palatável aos educandos de nível médio e fundamental. Podemos dizer que professoras e professores do ensino básico são vistos como reprodutores do conhecimento histórico acadêmico para a sala de aula. Nesta visão, ambos sujeitos implicados na sala de aula têm sua produção de conhecimentos invisibilizada, são tratados como sujeitos receptáculos das produções historiográficas. Sofrem anulação de suas subjetividades. Professoras e professores, porque transfere um conhecimento de forma acrítica e descontextualizada e estudantes, por não ter levadas em consideração suas demandas individuais.

Será que é essa a função da/do professora/professor de história do ensino básico em sala de aula? Será que professoras e professores são apenas reprodutores de conhecimentos produzidos na academia ou nos livros didáticos? Será que professoras e professores e estudantes não são afetados e modificados pelo conhecimento de história produzido no espaço escolar?

A sala de aula é um lugar que pode e deve ser criativo. Os sujeitos nela implicados são ativos e produtores ou provocadores do conhecimento. Assim, o primeiro mito a se derrubar é a separação do conhecimento histórico entre uma instância produtora de conhecimento e a outra reprodutora de maneira mais simples e vulgarizada desse. Não há hierarquia entre saber acadêmico e saber escolar. O que há são instâncias diferenciadas de produção de saberes – acadêmico e escolar. Defendo que professoras e professores são protagonistas no processo de produção de conhecimento em sala de aula. Professoras e professores contam uma história através de uma aula e ao fazê-lo também fazem história. Segundo Mattos (2007), a aula como texto é a maneira de a professora, o professor de história fazer história:

[...] porque a condição para quem ensina história se tornar um autor reside, antes de tudo, na leitura dos textos dos que escrevem a história, a produção historiográfica. Uma relação mediada pelo ato de ler; mas uma leitura que possibilita a produção do texto de uma aula – embora não ainda a Aula como texto, em sentido pleno. Ele não será jamais a mera repetição ou transcrição do texto lido, e quem o produz sabe disto; assim como sabe que jamais lhe será atribuído o valor do texto escrito e impresso que distingue a obra historiográfica. Não obstante, ele se constitui na condição necessária para revelar um novo autor – o professor de história. (Mattos, 2007, p. 12)

Logicamente, nós, professoras e professores de história do ensino básico não fazemos história como a academia. Nós operamos em outra lógica que não a descrita por Certeau. Para este, a noção de “[...] operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*.” (Certeau, 2002, p.65). O especialista escreve para iniciados. Já nós, professoras e professores de história, mediamos o conhecimento historiográfico para não-iniciados, produzimos uma aula como texto. Partimos do escrito para voltarmos a oralidade em sala de aula (Penna, 2012, p.6). Ao fazê-lo, temos outras intenções, já distinta do texto original. Essa prática demarca uma diferença entre as duas produções de história. Essa mediação ocorre em consonância com a relação que se dá entre professoras e professores e estudantes.

A aula de história como texto se dá em sincronia à/ao aluna/aluno/alune que a lê. Professoras e professores são provocados diretamente em sala de aula nessa relação, pois tem que responder aos alunos com seus questionamentos subjetivos ao local que pertencem, ao grupo étnico-racial, as inquietações de gêneros e sexualidades que os atravessa etc. Nesse sentido, a aula de história como texto é produção de professoras e professores e de suas/seus

educandas/educandos, ou seja, é individual e coletiva ao mesmo tempo. Sempre aberta a novos questionamentos, a novas direções de acordo com os sujeitos implicados na relação ensino-aprendizagem. A aula se completa no domínio do conhecimento do aluno.

Professoras e professores de história, ao produzir sua aula-texto, deve se preocupar com essa dimensão – o sujeito com quem se quer dividir o conhecimento historiográfico. Afinal, ensinar não tem um fim em si mesmo, o mais importante é aprender e o aprendido tem que ter significado para aquele que aprende. O ensino de história deve partir de questionamentos do tempo presente que instrumentalize os sujeitos aprendizes. A aula de história como texto deve desenvolver a capacidade do aluno criticar a sociedade que o cerca; de levá-lo a uma diferente leitura do mundo; valorizar as diversidades sociais; fortalecer as identidades; pensar criticamente sobre as memórias de seu grupo; exercitar a cidadania e tantas outras possibilidades que o ensino de história pode desenvolver (Mattos, 2007).

Levar às/aos estudantes a compreensão da historicidade dos gêneros e das sexualidades em períodos de exceção foi uma forma de contribuição crítica do Ensino de História para reflexão desse passado vivo em nossa sociedade. O objetivo foi que estudantes compreendessem as ações das pessoas naquele período, não apenas através de lições éticas, mas entendendo o contexto histórico (Alberti, 2021). Esse ensino em história teve por objetivo proporcionar um aprendizado efetivo que reordenasse entendimentos e promovesse a reflexão sobre o passado e suas implicações para o presente. Acredito que o objetivo foi alcançado.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Ditadura militar brasileira nas aulas de História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021.
- ALMEIDA, Eduardo Alberto de. Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 62-79, Ago. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/luisd/OneDrive/Documentos/Mestrado/ProfHist%C3%B3ria%202023/Aulas/A%20Disserta%C3%A7%C3%A3o/Aula%20-%20Produto/Golpe%20de%2064/Os%20gueis%20na%20Ditadura%20Civil-Militar%20brasileira%20-%20Resist%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.
- ANDRADE, Juliana Alves de e PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. / Organizadores: São Leopoldo: Oikos, 2021.
- AOS GRITOS de "Bolsonaro", travesti é morta a facadas no centro de SP. Revista Fórum. Política. 16 out. 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2018/10/16/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-morta-facadas-no-centro-de-sp-35248.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12ª ed., São Paulo – SP: Cortez, 2011. p. 71-106.
- ARANTES, Erika Bastos. “Negando o racismo nas escolas”: o negacionismo histórico e os desafios para uma educação antirracista. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS | Uberlândia | vol. 34 n.2 | jul./dez. 2021** ISSN 1518-7640 p. 73 a 98
- BALESTRA, Juliana Pirola História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Antítese**: v. 9, n. 18, p. 249-274, jul./dez. 2016
- BARROS, Antonio. Homem com H. Ney Matogrosso. Letras de música. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/antonio-barros/928263/>. Acesso em: 09 ago. 2024.
- BARROS, José D'assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História** – t. LII (2021) – p. 421-443– ISSN: 0870.4147.
- BASTOS, Denise; CRUZ, Izaura e DANTAS, Marilu . Preconceitos nas Escolas. In: **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018, p. 22.
- BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf> acesso em 29 mar 2025
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Uso didático de documentos**. IN: Ensino de História: fundamentos e métodos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008. P. 325 a 350
- BOAL, Augusto. A árvore do teatro do oprimido. IN: Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. p. 15-22.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2024

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: História. Brasília, 2017, p. 397-403. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 12 jul. 2024. p. 400.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011_2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 23 març. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.185, de 6 de novembro De 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 17 out. 2023

BRASIL. Lei nº 13.277, de 29 de abril de 2016. Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13277.htm. Acesso em 17 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018 .Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acesso em 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

Burke, Peter. Fotografias e retratos. IN: **Testemunha ocular: história e imagem** / Peter Burke ; tradução Vera Maria Xavier dos Santos • revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. - Bauru, SP : EDUSC, 2004. p. 25-42.

CARVALHO, Alessandra; GASPAROTTO, Alessandra; SOARES, Thiago Nunes. Os 60 anos do Golpe de 1964 e os horizontes possíveis para um ensino de História comprometido com o Nunca Mais. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 13, nº 28 2024 <https://doi.org/10.20949/rhhj.v13i27.1245>

CÁSSIO, Fernando. Existe vida fora da bncc? IN: **Educação é a Base?** 23 educadores discutem a BNCC / Fernando Cássio, Roberto Catelli Jr. – São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CASTELO, Sander Cruz; CECATTO, Adriano; FERNANDES, Márcio Régis. Imagem e Ensino de história. IN: **Ensino & linguagens da história** / Antonio Germano Magalhães Junior e Fátima Maria Leitão Araújo (Organizadores). – Fortaleza: EdUECE, 2015. P. 235 a 266

Cedoc LGBTI+: Centro de Documentação Prof^a Dr. Luiz Mott. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?order=ASC&orderby=date&view_mode=cards&perpage=12&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=. Acesso em 03 mar. 2023.

Certeau, Michel de. A Escrita da história/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes ; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLLINS, Patrícia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo, Ed. Boitempo. 2021

CONNELL, Robert W., MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013 p. 241 a 282

DIAS, Ana Maria Lorio. **Currículo e/na formação docente**. Fortaleza, setembro 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/luisd/Downloads/442-26092018-055631%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/luisd/Downloads/442-26092018-055631%20(1).pdf). Acesso em: 05 dez. 2024.

ESTÁTUA DE BORBA GATO é incendiada em São Paulo. CNN, São Paulo, 24/04/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo/> (acesso em 17/11/2024 as 11:09h)

FERRARI, Anderson e MELLO, Luís Carlos de. “Tatuagem”, pedagogias e masculinidades. IN: FERRARI, Anderson e CASTRO, Roney Polato de (orgs.). Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: dez anos de GESED. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. P. 193 a 204.

FERRARI, Anderson. As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência. **História, histórias**, volume 9, nº 17, jan./jun. 2021. p. 152 a 174

FERREIRA, Rodrigo de Almeida; PENNA, Fernando de Araújo. O trabalho intelectual do professor de história e a construção de uma educação democrática: prática de história pública frente a Base Nacional Comum Curricular e a escola Sem Partido. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sonia. (org). História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018. PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de história: uma operação historiográfica? *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. (2012)

FERREIRA, Vinícios. Deputado Daniel Silveira é condenado a indenizar diretora do colégio Dom Pedro II. **Tribuna de Petrópolis**. 02 fev. 2022. Petrópolis/RJ. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/deputado-daniel-silveira-e-condenado-a-indenizar-diretora-do-colegio-dom-pedro-ii/>. Acesso em: 20 jul. de 2024.

FERREIRA, Vinícios. 02 fev. 2022. Deputado Daniel Silveira é condenado a indenizar diretora do colégio Dom Pedro II. **Tribuna de Petrópolis**. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/deputado-daniel-silveira-e-condenado-a-indenizar-diretora-do-colegio-dom-pedro-ii/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. IN: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1979

Furlani, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira L., FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (org.) **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 9 ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes. 2013. p.67-82

GALLINDO, Dora de Sá; PUREZA, Fernando Cauduro. Negacionismo em rede(s): a cadeia de produção e difusão negacionista da Ditadura empresarial-militar nas mãos da extrema direita. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 13, nº 28 2024 <https://doi.org/10.20949/rhhj.v13i27.1195>

GASPAROTTO, Alessandra e BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. IN: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira (ORG.) **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

GOMES, Fábio da Silva & COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Os reflexos da heteronormatividade no ensino de história. **Rev. Edu. Foco**, Juiz de Fora Vol. 26, 2021 – Especial e26019. P. 1 a 13

GREEN, James N.. Abaixo a repressão: mais amor e mais tesão, 1969-1980. IN: **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo, ed. UNESP, 2000.

HAILER, Marcelo. Do “Brasil Sem Homofobia” ao governo anti-LGBT de Jair Bolsonaro. Revista Fórum. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/lgbt/2021/6/28/do-brasil-sem-homofobia-ao-governo-anti-lgbt-de-jair-bolsonaro-99520.html>. Acesso em: 28 mar. 2024

HISTÓRIA da ditadura. Memórias da ditadura. Instituto Vladimir Herzog. (Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/> acesso em 02/12/2024)

IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2021. P. 40 a 45

JOFFILY, Mariana e RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, Niterói. Vol. 30. Nº 1. 2024

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: Rogério Diniz Junqueira (organizador). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018

KARAWCZYK, Mônica. **O jornal como documento histórico** – breves considerações. *Historiæ*, Rio Grande, 1 (3): 131-147, 2010.

LEMONS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

LEMONS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. Disponível em: https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/Ditadura_militar_violencia_politica_e_anistia.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

LOMBARDO, Luciana; PEDRETTI, Lucas. No rastro dos incontáveis: notas sobre a construção e os usos de duas ferramentas pedagógicas sobre a ditadura empresarial-militar. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 13, nº 28 2024 <https://doi.org/10.20949/rhhj.v13i27.1197>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LOURO, Guacira L., FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V.. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 9 ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes. 2013. p.67-82

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. IN: **Gênero, sexualidade e educação**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História: Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados De História, São Paulo: n. 17, p. 64-201, nov. 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111 a 153

MANIFESTANTES a favor de Bolsonaro carregam faixas com frases antidemocráticas. O Globo/ G1. Rio de Janeiro. 7 de set. 2022. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/07/manifestantes-a-favor-de-bolsonaro-carregam-faixas-com-frases-antidemocraticas-no-7-de-setembro.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”. In: *Tempo*, vol.11, n. 21, 2007, pp. 5-16.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo** v.1, n.1, jul/dez 2013. P. 49 a 74

MENDONÇA, Amanda de; MOURA, Fernanda; AQUINO, Renata. Educação em gênero e sexualidade: um direito constitucional. **Revista diversidade e educação**, v. 9, n. 2, p. 642--667, 2021.

MONTEIRO, Aida e PIMENTA, Selma Garrido. **Educação em direitos humanos e formação de professores** [livro eletrônico] / apresentação -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2014.

MONTI, Carlo Guimarães. Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender história. **ANPUH-Brasil. 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019

MORAIS, Raquel. Morre Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. O Globo. Rio de Janeiro. Distrito Federal. 15 out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Moreira, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura / [Antônio Flávio Barbosa Moreira , Vera Maria Candau] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MOTTA, Julia. Mais de 340 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, mostra levantamento. Fórum. 12 nov. 2024. Direito. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/lgbt/2024/11/12/mais-de-340-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-mostra-levantamento-169198.html>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. **História e memória**. Cadernos do CEOM - Ano 16, n. 17 - Memória social, 2014. Disponível em <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/149> (acesso em 10/12/2024)

Napolitano, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. Conceitos e ferramentas pedagógicas para um currículo de história antinormativo IN: **Gênero e sexualidade nas aulas de História: Composições para um currículo antinormativo**. Fernando Seffner, orientador. UFRGS. Porto Alegre, 2020, p. 110 a 118

OTT, MARGOT BERTOLUCCI. **Ensino por meio de solução de problemas**. IN: A didática em questão / Vera Maria Candau (org.). 36. ed. —Petrópolis/RJ : Vozes, 2014. 2ª reimpressão, 2017.

PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de história: uma operação historiográfica? Anais do XV Encontro Regional de História da ANPHU-RIO. 2012

PENNA, Fernando e FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual do professor de história e a construção da educação democrática: práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido. In ALMEIDA, Juniele Rabêlo e MENESES, Sônia. História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet e SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v7, nº 13, p. 14-33, 2018

PIERRE, Eduardo. **Sexo, garrafada, quadradinho: 10 cenas que deram o que falar no show da Madonna**. 25 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/show-da-madonna/noticia/2024/05/05/cenas-que-deram-o-que-falar-no-show-da-madonna.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2024.

REDAÇÃO. Aos gritos de "Bolsonaro", travesti é morta a facadas no centro de SP. Fórum. 16 out. 2018. disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2018/10/16/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-morta-facadas-no-centro-de-sp-35248.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Ensaios**. SUR Revista Internacional de Direitos Humanos 24 - v.13 n.24 • 99 - 104 | 2016

RIO DE JANEIRO (Estado), Secretaria de Educação. Currículo referencial do Estado do Rio de Janeiro Ensino Médio. 2022. disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/curriculo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Educação. Diretrizes gerais para prevenção às violências no contexto escolar. SEEDUC/RJ SUBGEN, SUPGE/COOGIN

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Educação. Resolução conjunta seeduc/ses n.º1569 de 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Funcionamento-das-Escolas-1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **Problematizando a organização do ensino de História.** Texto não publicado. (Disponível em: <http://ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo2.pdf> acesso em 02/10/2024)

RODRIGUES, Cris. Neste 1º de abril, relembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil. Brasil de Fato. São Paulo, 01 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2024.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. IN: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e busca da verdade.. São Carlos. EdUFSCAR, 2023. P. 132 a 200

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação. 9ª edição. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 2011. P. 155 a 173

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** 20(2) 71-99 jul/dez 1995

SEFFNER, Fernando. É raro, mas acontece muito: aproximações entre ensino de História e questões em gênero e sexualidade. IN: Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. / Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 422 a 437

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias,** vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020. (p. 138 a 162). <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>

SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. IN: **Currículo: teoria e história.** 14ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013. p. 7-13

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª Edição. 9ª reimpressão. Belo Horizonte. Autêntica, 2005.

SOUZA, Diego Gomes. Orientação Sexual nos PCNs. IN: **Diversidade sexual e de gênero no ensino de História:** encontros e desencontros entre transversalidade e disciplinaridade. Livia Nascimento Monteiro, orientadora. Dissertação de Mestrado Profissional em História, UFF, Niterói. 2020. P. 72 a 78

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. Globo/ G1, Rio de Janeiro. Distrito Federal. 08 jan. 2023. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghml>. Acesso em: 11 jan. 2025.

VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de; LEMOS, Márcia Santos; FILHO, Osvaldo Teodoro dos Santos; HOEVELER, Rejane Carolina. A Ditadura Empresarial-Militar, O Grande Capital E As Lutas De Classes No Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate,** Salvador, v.16, n.1, p.1-20, abr. 2024. ISSN: 2175-5604

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A educação em direitos humanos. IN: **Direitos Humanos: História, teoria e prática**. João Pessoa. Editora UFPB 2004. p. 352-394

Fontes

BECOS Escuros. Lampião Da Esquina. Rio de Janeiro, abr. 1978. Edição Experimental nº zero. Cartas na Mesa, pg 14. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024

Buhby "Mojica Marins". Lampião da Esquina. Junho 1979. Nº13. Tendência p.14. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2489/17-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-13-JUNHO-1979.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CONSELHO EDITORIAL. Pintou o Bode. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, edição experimental, nº zero, abr. 1978. Cartas na Mesa, p.14. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. nº zero, abr. 1978. Opinião, p. 2. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. Ed. Nº zero . abr. 1978. Opinião, p. 2. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, edição experimental, nº zero, abr. 1978. Opinião, p.2. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

DEMOCRACIA RACIAL é o governo da minoria branca. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. edição nº 15/ago. 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2576/19-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-15-AGOSTO-1979.pdf>. Acesso em 17 jul. 2024.

FEMINISTAS. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. ed nº 1. mai./jun. 1978. Esquina p. 8. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2183/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>. Acesso em 06 abr. 2024

Homens nus. Rio de Janeiro. Lampião da Esquina, abr. 1979, Edição 0. Cartas na Mesa, p. 14. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. edição nº 14. Jul. 1979. Capa, p.1. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2528/18-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-14-JULHO-1979.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. Edição nº 15, ago. 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2576/19-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-15-AGOSTO-1979.pdf>. Acesso em 17 jul. 2024.

Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas: atenção vocês também têm direitos (a ONU decidiu). Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. ed nº 0. Abr. 1978. Ensaio p. 11. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em 03 mar. 2024

MATOSO, Glauco. NÃO ME ESPREME QUE EU SANGRO! Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. Ago/set 1978.ed. nº4. Esquina, p. 5. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2268/08-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-04-AGOSTO-SETEMBRO-1978.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O QUE PENSA A SOCIEDADE civil sobre o assunto. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, fev. 1979, Edição 9, Reportagem, p.7. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2383/13-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-09-FEVEREIRO-1979.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2024.

Paraplégicos também transam. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. Mai. 1981. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/6048/39-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-36-MAIO-1981.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024

PENTEADO, Darcy. Homossexualisnio: que coisa é essa. Lampião da Esquina. Ed. nº2. Jun./jul. 1978. Opinião, p. 2. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2218/06-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-02-JUNHO-JULHO-1978.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024

PENTEADO. Darcy. Confissões de um Carmelita Descalço. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. Ed. Nº 1. Mai./jun. 1978. Ensaio, p. 7. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2183/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>. acesso em: 19 jul. 2024.

PINTOU O BODE. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, edição experimental, nº zero, abr. 1978. Cartas na Mesa p.14. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Agnaldo. Para o Brasil do ano 2.000. os "bons costumes" do século XIX. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, fev. 1979, Ano 1, Edição 9, Reportagem, p. 5. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2383/13-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-09-FEVEREIRO-1979.pdf>. Acesso em: 07dez. 2024.

TREVISAN, João Silvério. Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi? Lampião da Esquina, Rio de Janeiro. Edição Experimental – número zero. Abr. 1978, Reportagem, p. 6. disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

Lampião da Esquina, nº 13, 1979, p. 14. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?view_mode=cards&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=. Acesso em: 18 jun.2024

NOS BECOS escuros. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, nº zero, 1978, Cartas na Mesa, p.14. (Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf> acesso em 05/12/2024)

O que pensa a sociedade civil sobre o assunto. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, Ano 1, Edição 9, fevereiro de 1979, Reportagem, p.7. (Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2383/13-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-09-FEVEREIRO-1979.pdf> acesso em 07/12/2024)

PINTOU o bode. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, nº zero, 1978, Cartas na Mesa, p.14. (Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf> acesso em 05/12/2024)

SILVA, Agnaldo. Para o Brasil do ano 2.000. os "bons costumes" do século XIX. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, Ano 1, Edição 9, fevereiro de 1979, Reportagem, p. 5, (Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2383/13-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-09-FEVEREIRO-1979.pdf> acesso em 07/12/2024)

TREVISAN, João Silvério. Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi? Lampião da Esquina, Rio de Janeiro. Edição Experimental – número zero. Abril/1978, Reportagem, p. 6. (Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf> <acesso em 04/12/2024>)

ANEXOS

Anexo 1 – objetivos de cada aula

Aula nº 1	2 tempos de 50 min.
Tema da aula	História e Memória
Conceitos	História, memória, ciência
Objetivos	Mostrar diferentes forma de se conhecer o passado e distinguir o conhecimento historiográfico do conhecimento memorialístico.
Recursos didático	Texto impresso e bola
Recurso metodológico	Roda de conversa
Atividades	Leitura, discussão e resposta de questionário sobre o texto em grupo
Estratégia de avaliação da aprendizagem	A resposta ao questionário e a exposição/participação nas rodas de conversa.
Referências	MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória . Cadernos do CEOM - Ano 16, n. 17 - Memória social, 2014. LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado . Projeto História: Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados De História, São Paulo: n. 17, p. 64-201, nov. 1998.

Aula nº 2	dois tempos de 50 min.
Tema da aula	Escrita jornalística e escrita historiográfica
Conceitos	Historiografia, fonte historiográfica, texto jornalístico
Objetivos	Diferenciar a escrita jornalística da escrita historiográfica
Recursos didático	Texto impresso e bola
Recurso metodológico	Roda de conversa
Atividades	Leitura, discussão e questionário sobre o texto em grupo
Estratégia de avaliação da aprendizagem	Respostas ao questionário e participação nas rodas de conversa
Referências	KARAWAJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. <i>Historiæ</i> , Rio Grande, 1 (3): 131-147, 2010. LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas : História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: <i>Fontes Históricas</i> . (Carla Bassanezi Pinsky/organizadora). São Paulo: Contexto, 2006. p. 111 a 153

Aula nº 3	2 aulas de 50 min.
Tema da aula	Ditadura militar
Conceitos	Ditadura, golpe, tortura, classe, negacionismo, censura, anistia, revolução, contrarrevolução
Objetivos	Apresentar o contexto geral do período da ditadura empresarial-militar, e questionar o silêncio do livro didático sobre a perseguição as sexualidades divergentes.
Recursos didático	Livro didático moderna plus (ciências humanas e sociais aplicada) e bola
Recurso metodológico	Divisão do capítulo <i>Os primeiros anos da ditadura no Brasil</i> entre os grupos; questionário próprio para cada subcapítulo; exposição do conteúdo; Roda de conversa
Atividades	Leitura, discussão, lista de questões e exposição do conteúdo
Estratégia de avaliação da aprendizagem	Resposta ao questionário previamente elaborado para cada capítulo e exposição dos conteúdos estudados.
Referência	BRAICK, Patrícia Ramos <i>et al.</i> Os primeiros anos da ditadura no Brasil. Moderna Plus: Ciências Humanas e sociais aplicadas: manual do professor. 1ª edição. São Paulo. Moderna Plus. (p. 144 a 149) HISTÓRIA da ditadura. Memórias da ditadura. Instituto Vladimir Herzog. (Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/ acesso em 02/12/2024) LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. Disponível em: https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/Ditadura_militar_violencia_politica_e_anistia.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

Aula nº 4	quatro tempos de 50 min.
Tema da aula	História do jornal Lampião da Esquina e Análise histórica de artigos do jornal
Conceitos	Cidadania, homossexualidades, LGBTQIAPN+, censura, ditadura, moral e costumes.
Objetivos	Expor a história de luta e resistência do jornal <i>Lampião da Esquina</i> e fazer a análise histórica para inferir dos artigos como os editores de Lampião utilizaram a imprensa como forma de resistir a repressão dos militares e mudar a mentalidade social sobre as homossexualidades.
Recursos didático	Slide, TV, parte impressa do jornal
Recurso metodológico	Aula expositivo-dialogada, atividade em grupo, leitura, análise de artigo, roda de conversa
Atividades	Questionário direcionado e produção textual
Estratégia de avaliação da aprendizagem	Respostas as análises históricas de artigos, ou trechos dele. Produção textual.
Referências	RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. IN: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (org.). Ditadura e

	Homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade.. São Carlos. EdUFSCAR, 2023. P. 132 a 200 GREEN, James N.. Abaixo a repressão: mais amor e mais tesão, 1969-1980. IN: Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, ed. UNESP, 2000. MONTI, Carlo Guimarães. Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender história. ANPUH-Brasil. 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Uso didático de documentos. IN: Ensino de História: fundamentos e métodos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008. P. 325 a 350 LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111 a 153 BARROS, José D'assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. Revista Portuguesa de História – t. LII (2021) – p. 421-443– ISSN: 0870.4147. Fontes: NOS BECOS escuros. Lâmpião da Esquina, Rio de Janeiro, nº zero, 1978, Cartas na Mesa, p.14. O que pensa a sociedade civil sobre o assunto. Lâmpião da Esquina, Rio de Janeiro, Ano 1, Edição 9, fevereiro de 1979, Reportagem, p.7. PINTOU o bode. Lâmpião da Esquina, Rio de Janeiro, nº zero, 1978, Cartas na Mesa, p.14. SILVA, Agnaldo. Para o Brasil do ano 2.000. os "bons costumes" do século XIX. Lâmpião da Esquina, Rio de Janeiro, Ano 1, Edição 9, fevereiro de 1979, Reportagem, p. 5.
--	--

Aula nº 5	dois tempos de 50 min.
Tema da aula	Construção de jornal
Conceitos	Escrita jornalística, notícia,
Objetivos	Construir um jornal, relacionando passado e presente, a partir da análise histórica do jornal <i>Lâmpião da Esquina</i>
Recursos didático	Aplicativo Canva. Celular
Recurso metodológico	Oficina de aprendizagem e testagem do aplicativo
Atividades	Usar o Canva para transcrição de texto e colagem de imagem
Estratégia de avaliação da aprendizagem	Apreciação do resultado do texto e colagem de imagem
Referências	Canva: https://www.canva.com/pt_br/login/?msockid=2fc5819f1ff765de2a5d95a41ea0646c. Acesso em 27 de set. 2024

Anexo 2

As diferentes formas de conhecer o passado: História e Memória

Luís C. de Mello⁸³

A memória é inata, é próprio do ser humano lembrar. Já a história é uma operação consciente do historiador e está no plano da interpretação do passado, ela é investigativa. A história não é algo naturalizado, não é aquilo que aconteceu, mas uma representação.

A memória pode mentir, distorcer e isso não importa para as pessoas, pois a memória não foi feita para ser questionada.

A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer, e transformar o passado, acomodando as lembranças as necessidades do presente. (Lowenthal, 1998, p. 77)

A memória é vulnerável as pressões do presente e com isso a memória do passado também muda. A memória é seletiva e logo implica esquecer, escolher aquilo que determinado grupo quer lembrar. Essa lembrança do passado tem a função de fortalecer a identidade de um grupo, de lhes dar coesão. Mas lembrar algo também significa esquecer e silenciar sobre outros – seja como mecanismo de defesa, por vergonha, por medo, como meio de lidar com o trauma.

Por isso a história deve ter o compromisso com a verdade, com os fatos, com a prova. A história é análise crítica do passado, ou ainda, um estudo do passado a partir do presente. A história vai a muitos lugares que a memória não quer mais visitar e ao fazê-lo o faz criticamente. A história se utiliza de instrumentos como conceitos, teorias, fontes para compreender e criticar o passado. A história não tem a função de glorificar o passado.

A memória tem uma dimensão afetiva e até sagrada. A memória busca no passado fatos que justifique o presente. O presente que importa, não o passado em si. Já a história irá trabalhar não somente com o consenso, mas também com os conflitos (Motta, 2014) Neste movimento, coloca o passado em discussão. Este é o momento de crítica das memórias construídas. A derrubada da estátua de Borba Gato é fruto deste questionamento. Outra discussão que se impõe é a da abolição da escravatura, que é um passado-presente, pois apesar de a lei áurea, o racismo estrutural é presente, é uma questão dos nossos dias.

⁸³ Mestrando em Ensino Profissional de História (UFF)

A memória pode ser fonte de conhecimento para história. A história pode buscar as memórias esquecidas através da pesquisa e problematizá-la procedendo a crítica. Por mais que admitamos que a história seja interpretativa, ela utiliza metodologia própria e se preocupa com a prova para construir sua narrativa. Mas não é só isso, o historiador passa pelo escrutínio dos pares. Fundamental que o historiador se comprometa com a verdade dos fatos para que, mesmo que questionada sua interpretação, suas fontes não estejam sendo utilizadas para produzir negacionismos.

Referência bibliográfica

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História : Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo: n. 17, p. 64-201, nov. 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. *Cadernos do CEOM - Ano 16, n. 17 - Memória social*, 2014.

Atividade

Responda as questões abaixo numa folha a parte e de acordo com o texto acima.

Lembrem-se de colocar o nome dos componentes do grupo.

1. Faça duas colunas. Na primeira coluna, retire do texto aquilo que pertence a memória. Já na segunda coluna, aquilo que pertence a história.
2. O autor diz: “(...) a história é uma operação consciente do historiador e está no plano da interpretação do passado”. Como é feita a interpretação do historiador sobre o passado?
3. Seleção e esquecimento são operações da memória. Com qual finalidade as pessoas, ou grupos de pessoas selecionam o que lembrar ou o que esquecer?
4. A partir da afirmação: “A memória tem uma dimensão afetiva e até sagrada.”, podemos afirmar que a memória é uma forma de conhecimento do passado que não se abre a crítica? Por quê?
5. O que garante a confiabilidade do conhecimento histórico?

Anexo 3

A escrita jornalística e o ofício do historiador

Luís C. de Mello⁸⁴

Os jornais nem sempre foram considerados fontes historiográficas pelos historiadores. No século XIX, os intelectuais positivistas acreditavam que o historiador deveria mostrar sua total isenção na escrita da história, a historiografia. Nesta época, somente documentos oficiais poderiam ser considerados fontes históricas. Contudo, historiadores da Escola dos Annales demonstraram que não havia fonte histórica isenta. O próprio fato de aquela fonte existir já demonstrava a seleção daquilo que as gerações passadas deixaram para as futuras.

A partir da crítica as fontes oficiais, os historiadores ampliaram a noção de fonte histórica. Segundo Karawejczyk (2010), a partir de 1970 a imprensa começa a ser valorizada como fonte historiográfica. Revistas e jornais entraram no rol de fontes do historiador, além das imagens. Para os historiadores dos Annales as fontes deveriam ser problematizadas. As fontes históricas não falam por si só, elas precisam ser interrogadas.

Os discursos expressos nos jornais nos permitem perceber as ideias que circulam numa determinada época. Através dos discursos podemos perceber o cotidiano, os costumes, as práticas sociais, os valores morais de uma época. Para Karawejczyk (2010), jornais e revistas são representações que nos permitem entrever atitudes, pensamentos, ideias ali projetadas. Contudo, é importante filtrar o que está escrito nos jornais através de uma análise crítica da fonte impressa. Deve-se tomar o cuidado de não ir buscar na fonte aquilo que se quer confirmar (LUCA, 2006).

O texto jornalístico pode ser utilizado pelo historiador para compreender a história, mas ele não é um texto historiográfico. É necessário fazer algumas distinções e semelhanças entre o texto jornalísticos e o texto historiográfico. Quando o jornalista escreve, seu texto fala sobre acontecimentos do presente e para pessoas contemporâneas a ele. Já a escrita historiográfica é sobre algo que aconteceu no passado. No entanto, as questões do historiador são do tempo presente. Enquanto a incerteza faz parte do texto jornalístico pelo imediatismo dos fatos, a falta de elementos, a pressão de ser o primeiro a lançar a notícia; o historiador tem a vantagem de

⁸⁴ Mestrando do ProfHistória UFF

confrontar mais de uma fonte, seja ela escrita, oral ou imagética; estar distante dos acontecimentos e; ter tempo para analisar sua fonte (Karawejczyk, 2010).

O historiador levanta uma questão do tempo presente e busca no jornal artigos específicos, capazes de responder a sua problemática. Na análise do jornal, o historiador deve estar atento aos recursos retóricos, satíricos e a linguagem utilizadas. Deve verificar se há fotografias, se estas são ou não coloridas. Quais imagens são destacadas. O historiador deve perguntar qual a intenção do fotógrafo com aquela imagem e o que ele quer contar com ela (Luca, 2006).

Interrogar a fonte é fundamental. No caso de um jornal podemos perguntar se ele escreve suas matérias com intuito de isenção ou se posiciona político e ideologicamente. Outra observação é sobre a notícia: Que lugar ela ocupa no jornal? Na manchete ou no canto de pé de página? Outra observação importante: O que o jornal escolhe narrar? O que a narrativa esconde? Sobre o que ela silencia? Quais temas são abordados no jornal? Destacar a linguagem que os editores utilizam? Qual o fim do uso desta linguagem? Como ela se distingue de outras linguagens? Por que os editores decidiram usar esta e não outra linguagem? Quem são seus editores? (Luca, 2006).

Referência bibliográfica

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. *Historiæ*, Rio Grande, 1 (3): 131-147, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: *Fontes Históricas*. (org. Carla Bassanezi Pinsky). 2º ed. São Paulo: Contexto, 2006. P. 111 a 153

Atividade

1. Leia o texto em grupo.
2. Escolha um redator para anotar os pontos mais importantes da discussão do texto.
3. Enumere o que distingue um texto jornalístico de um texto historiográfico
4. No que jornalistas e historiadores se aproximam?
5. Por que as fontes históricas não são isentas?
6. Quais as preocupações um historiador deve ter ao analisar uma fonte jornalística?
7. O que significa o silêncio numa matéria jornalística?

Anexo 4

Artigos para estudantes fazerem a análise histórica.

Abaixo o artigo “Saindo do Gueto”, publicado na página 2 da edição nº zero, de abril de 1978, do jornal Lampião da Esquina.

OPINIÃO

 **LAMPIÃO**

Saindo do Gueto

Brasil, marco de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?

A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando — ao "assumir" — a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento.

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.

Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende solucar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.

A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema — do qual se tornam apenas "bobos da corte" —, declaram-se por ledos engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas **se assumir e ser aceito** — o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

Para isso, estaremos mensalmente, em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados — dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (distacado) de párias.

Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade: no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade, como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor — que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.

Conselho Editorial: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.
Coordenador de edição: Aguinaldo Silva
Editores: Darcy Penteadó, João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata.
Colaboradores: Agildo Guimarães, Frederico Jorge Dantas, Alceste Pinheiro, Iapohi Araújo, Billy Acóly, Luís Canabrava (Rio), José Pires Barrozo Filho, Paulo Augusto (Niterói), Amílton Almeida (Vitória), Gláucio Matoso (São Paulo), Gilmar de Carvalho (Fortaleza), Caio Fernando Abreu (Porto Alegre).
Arte: Ivan Joaquim, Mem de Sá
LAMPIÃO é uma publicação de Lampião, Editora de Livros, Revistas e Jornais.
Endereço: Caixa Postal 41031, ZC-09 (Santa Tereza), Rio de Janeiro - RJ

Análise histórica do artigo

Leiam o artigo, mais de uma vez se necessário, antes de responder as questões.

Discuta em grupo sobre os pontos centrais do artigo e responda as questões abaixo.

1 – “Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro.” (LAMPIÃO, 1978, p. 2). Quando o artigo foi escrito? Sobre que contexto político os autores estão falando?

2 – “Mas um jornal homossexual, para quê?” (LAMPÃO, 1978, p. 2). Enumere, sinteticamente, qual a resposta dos autores a sua própria pergunta.

3 – Qual a imagem padrão do homossexual listadas pelos autores?

4 – Nos trechos abaixo retirados da página 2 de Lampião da Esquina (1978):

1 - “(...) carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã (...)” e

2 - “(...) que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negaram (...)”

Quais são as bases que estruturam a opressão dos homossexuais, segundo os autores?

5 – Para os autores, o que é minoria? Do que as minorias precisam? Quem são as minorias?

6 – Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário desde 1948, em seu “Artigo 3 - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”⁸⁵. Retire do texto o trecho em que os autores reivindicam que os homossexuais sejam tratados como seres humanos.

7 – Explique o título do texto.

Vocabulário:

1. Ademanes⁸⁶ – termo pejorativo que se refere a qualquer gesto ou comportamento afetado.
2. Gueto⁸⁷ - [Figurado] Qualquer grupo, estrato social ou modo de viver que resulta de algum tipo de discriminação.
3. Interdito⁸⁸ - proibir de maneira absoluta.

⁸⁵ <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (acesso em 28/10/2024 as 18:13 horas)

⁸⁶ <https://www.dicio.com.br/ademanes/>

⁸⁷ <https://www.dicio.com.br/gueto/>

⁸⁸ <https://www.dicio.com.br/interdito/>

Anexo 5

Abaixo estão as cartas dos leitores postadas na seção “Cartas na Mesa” sob o título “Saindo do Gueto” e “Pintou o bode” que pode ser encontrada na edição nº zero de *Lampião da Esquina*, página 14.⁸⁹



Análise histórica

Nos becos escuros

1 - Quem é o/a autor/a da carta?	5 - Qual a ameaça sofrida?
2 - Qual o motivo da carta?	6 - Qual o pedido do/a autor/a?
3 - Qual o conteúdo da carta?	7 - De onde o/a autor/a fala?
4 - O que o/a autor/a denuncia?	

⁸⁹ <https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/1217/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf> . Acesso em 25 de abr 2025.

8 - Compare a Constituição Federal de 1967 e de 1988 no que diz respeito ao direito à locomoção: **CF/1967**⁹⁰: “[art. 150] § 20 - Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá *habeas Corpus*.” e **CF/88**⁹¹: “[art. 5º] XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;”.

9 - Retire da resposta dos autores o trecho em que eles defendem o direito de locomoção das pessoas.

10 - “Se o sistema não estivesse realmente interessado em manter velas escuras, ele simplesmente as iluminaria”. O que significa: iluminar as velas escuras? Qual recurso linguístico utilizado?

Vocabulário

Habeas Corpus⁹² – “Habeas corpus é o remédio constitucional que tem a finalidade de evitar ou fazer cessar a violência ou coação à liberdade de locomoção, decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.” Cynthia Lazaro dos Anjos

⁹⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm (acesso em 30/10/2024 as 10:13h)

⁹¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em 30/10/2024 as 10:17 horas)

⁹² <https://www.direitonet.com.br/busca?palavras=habeas+corpus+> (acesso em 30/10/2024 as 10:21 horas)

Pintou o bode

... Há dias em que tenho vontade de me matar. Meus irmãos debocham de mim, meu pai me detesta, minha mãe vive chorando pelos cantos, lamentando a minha doença. No colégio todos caçoam de mim, na rua associam quando eu passo. Estou ficando cada vez mais conhecido na minha cidade. Tenho vontade de fugir, mas não tenho meios. Além disso sou menor, tenho 17⁺ anos. Sinto-me a última das pessoas. Peguei um panfleto anunciando o jornal de vocês numa livraria daqui, decorei o endereço e joguei o panfleto no lixo, para que ninguém o descobrisse comigo. Agora, estou escrevendo, mas nem sei para que. Será que vocês podem me ajudar?

Infante RECIFE—PERNAMBUCO

Resposta: LAMPIÃO, meu caro Infante, se recusa a servir de muro de lamentações. Tudo o que você tem que fazer é se livrar de toda essa autopiedade, dessa auto-flagelação. Ninguém pode ser tão execrado quanto você pensa que é. Em nenhum momento de sua carta você diz o que realmente é, ou seja, que é homossexual. A nosso ver, o problema está em você mesmo, que não se aceita. De qualquer modo, você frequenta livrarias, pelo menos isso. Pois leia, que isso em muito o ajudará. Se quiser, nós lhe mandamos uma lista de livros através dos quais você poderá descobrir o que realmente está acontecendo em torno de você (Deboche? Ódio? E por que não fascínio?). Informe-se, ache uma maneira de atuar no mundo em que vive, e deixe de ter pena de si mesmo. Há tanta coisa para ser feita no mundo, e você fica nessa de "ah, como eu sou infeliz?". Não, não, não.

Pintou o bode

- 1 – como o autor do texto, de pseudônimo Infante, descreve o quadro familiar e dos espaços que frequenta como escola e o bairro?
- 2 – “minha mãe vive chorando pelos cantos, lamentando a minha doença.”. Qual a doença a que o autor se refere?
- 3 – Quantos anos tem o autor do texto? Onde ele mora?
- 4 – Quais as emoções, os sentimentos o autor relata em sua carta?
- 5 – Retire do texto o trecho em que o autor demonstra ter internalizado os valores repressivos da sociedade em que vive.
- 6 – Qual o pedido do autor?
- 7 – Qual o conselho dos editores de Lampião para o Infante?
- 8 – Os editores de Lampião usam a palavra “homossexual” no mesmo sentido do autor quando fala de “doença”?

9 – “Deboche? Ódio? E por que não fascínio?”. Fascínio⁹³ significa a sensação de admiração, de encanto, de deslumbramento. Qual a estratégia dos editores de Lâmpião ao perguntar se a comunidade que rodeia Infante na verdade não estaria fascinada por ele?

10 – Qual a solução apresentada pelos editores do jornal a Infante?

⁹³ <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fasc%C3%ADnio>
(acesso em 31/10/2024 as 07:17 h)

Anexo 6

Abaixo está a página de onde retirei o trecho para análise do caso Celso Curi “Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?”

REPORTAGEM

Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?

Celso Curi, chefe da Ufrim-More de São Paulo, responsável direto pelo aumento de vendas do jornal, Celso Curi, o rapaz da "Coluna do Meio", foi demitido em novembro de 1977 sob o pretexto de "licenciamento de espaço". A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que havia transformado em assunto diário do jornal um tema até então considerado tabu: a homossexualidade. Por causa disso ele também foi punido na Art. 17 da Lei da Imprensa — "ofender a moral e os bons costumes" — e, provavelmente, poderá ser condenado a um ano de prisão.

"O Preço do que é pecado. Os meios não devem amarrar." (Celso Curi)

Às 5 de fevereiro de 1978, começou a ser divulgado nos jornais do jornal paulista Ufrim-More uma série de artigos de caráter informativo, sobre a história, o nome, com muito humor, foi elaborado de forma aguçada. Celso Curi, chefe da Ufrim-More, responsável direto pelo aumento de vendas do jornal, Celso Curi, o rapaz da "Coluna do Meio", foi demitido em novembro de 1977 sob o pretexto de "licenciamento de espaço". A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que havia transformado em assunto diário do jornal um tema até então considerado tabu: a homossexualidade. Por causa disso ele também foi punido na Art. 17 da Lei da Imprensa — "ofender a moral e os bons costumes" — e, provavelmente, poderá ser condenado a um ano de prisão.

... (transcrição do texto da página 2) ...



... (transcrição do texto da página 2) ...

prosseguiu por mais de um ano. Até que a partir de novembro de 1977, os personagens Dodô Darling, Izildinha a Sabichona, Baby Portland e Morocho Martine² deixaram de circular. Celso Curi foi despedido da *Última Hora*; segundo consta, o jornal passava por violenta crise financeira e reduziu o pessoal da redação. Coincidentemente, nessa mesma época noticiava-se a segunda audiência de um processo até então quase desconhecido: desde outubro de 1976, o Ministério Público do Estado de São Paulo apresentava denúncia contra o autor da *Coluna do Meio*, como incurso no artigo 17 da Lei número 5.250 (Lei de Imprensa). “Artigo 17: Ofender a moral e os bons costumes. Pena: detenção de 3(três) meses a 1(um) ano e multa de 1(um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região”. Em carta ao diretor-geral da Polícia Federal em Brasília, o superintendente do Departamento Regional de São Paulo acusava a *Coluna* de “promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente”. E o promotor público designado para o processo comunicava ao Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal que o denunciado ofendeu, “de modo contínuo, no período compreendido entre 5 de fevereiro e 18 de maio de 1976, a moral pública e os bons costumes” na coluna do Meio, “cujo nome não deixa dúvidas quanto ao assunto tratado, o homossexualismo que é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las através da seção *Correio Elegante*. Alguns textos da *Coluna do Meio* foram selecionados e apresentados pela promotoria como peças de acusação; entre eles: notícias sobre homossexuais da Inglaterra e Estados Unidos; transcrição de uma entrevista do soldado americano Nel B. Thomas, pedindo liberdade de amor para os homossexuais e bissexuais do exército; os termos “herói gay”, “enxutos da Baixada”, “terrível perseguição”. “Cidade Ma-ra-vi-lhooo-sa”; o comentário: “E na América do Sul, até quando o homossexualismo vai ser considerado pecado por uns, e doença por outros? “Como peça de acusação, foi apresentada também esta frase que Celso Curi criou e que Millor Fernandes incluiu na lista dos mais importantes acontecimentos internacionais de 1976: “ANORMAL É QUEM COME MACARRÃO COM ARROZ E ACHA SUPIMPA.”

Luiz Gonzaga Modesto de Paula, o advogado de Celso Curi, comenta o processo: “Como, no caso, a questão se vinculava ao serviço de Censura Federal, o

LAMPIÃO

trecho utilizado para análise das/dos estudantes.

Análise histórica

- 1 – Qual a profissão de Celso Curi?
- 2 – Onde Celso Curi trabalhava?
- 3 – O que Celso Curi fazia em seu emprego?
- 4 – Quais as condições econômicas do emprego de Celso Curi?
- 5 – Do que Celso Curi foi acusado?
- 6 – Por quem Celso Curi foi acusado?
- 7 – “Coincidentemente, nessa mesma época noticiava-se a segunda audiência de um processo até então desconhecido (...)”. Que figura de linguagem podemos perceber na introdução da oração com a palavra “coincidentemente”?
- 8 – Quem e quando foi apresentada denúncia contra Celso Curi?
- 9 – Qual artigo e lei Celso Curi era acusado e o que dizia?
- 10 – Qual o crime de Celso Curi?
- 11 – Através das expressões no texto: “Exaltação do homossexualismo” e “uniões anormais”, o que podemos deduzir do como a homossexualidade era vista nesta época?
- 12 – O que foi apresentado como prova de acusação contra Celso Curi?
- 13 – Compare a sociedade daquela época com a dos dias atuais e aponte o que mudou e o que ainda permanece.

Anexo 7

Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro/1979, p. 7. Retirei da página trecho de comentários do senador Franco Montoro, da atriz Fernanda Montenegro, do operário da construção civil Cicil de Oliveira e da dona de casa Maria do Céu Vieira para as/os estudantes analisarem.

REPORTAGEM

O que pensa a sociedade civil sobre o assunto

"A censura está, por tradição, na Constituição Brasileira. Uma censura às diversões públicas, em nome da moral e da ordem política. Isto faz parte da tradição brasileira, embora o Império não tenha conhecido, na sua Constituição, a instituição da censura. A república, entretanto, estabelece a censura na Constituição, mas a censura às diversões públicas, e não às obras de arte, ou às manifestações de pensamento, como a imprensa. A liberdade de imprensa é a primeira das liberdades" (Clóvis Ramalhe, escolhido pelo General João Baptista de Figueiredo para ser o Consultor-Geral da República no próximo Governo)

Levando em conta as declarações do diretor da Divisão de Censura do DPF, Sr. Rogério Nunes, as quais deixam bem claro que os critérios da censura devem ser discutidos, LAMPIÃO da Esquina fez a pergunta abaixo a várias pessoas da chamada sociedade civil:

— O diretor da Divisão de Censura da Polícia Federal disse, em entrevista ao Globo, que a legislação a ser cumprida pela censura "impõe restrições de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade". Você acha que os critérios sobre "moral" e "bons costumes", estabelecidos no código de 1946, ainda são válidos para a época em que vivemos, ou é necessário discutí-los e modificá-los?

Abaixo, o que as pessoas têm a dizer sobre o assunto:



FRANCO MONTORO
(senador)

— Um dos aspectos mais importantes das transformações sociais do mundo moderno é a crise de valores. Aplicar cegamente critérios do passado a problemas do presente é fechar os olhos à realidade e perder o trem da história.



FERNANDA MONTENEGRO
(atriz)

— Se o próprio diretor da Divisão de Censura da Polícia Federal conclui que manter esse código de 1946 é uma "constante batalha contra a realidade", o que nos resta? Perguntar a quem interessa o crime. As instituições? Moral e bons costumes, no fundo, variam e se modificam como saia e decote de mulher, de acordo com os interesses criados, não levantados ou abaixados, arregados ou arrebatados. Muitas vezes estranhados. Ou simplesmente arrancados. As instituições então lá pra garantir, não estão?

LAMPIÃO da Esquina



BRUNA LOMBARDI
(atriz e poeta)

— Qualquer noção de moral e bons costumes incluída num código já é altamente suspeita. Que autoridade tem alguém para enquadrar a natureza?

AZIZ AB'SABER
(professor da Universidade de São Paulo)

— Tentatório à moral e aos bons costumes é permitir que Manaus seja zona franca para venda de quinquilharias e proibir lá ou em qualquer outro local do território nacional a realização do 5º Simpósio Internacional da Associação de Biologia Tropical, porque as conclusões científicas sobre as condições naturais da Amazônia poderiam modificar os planos do governo de exploração daquele território.

CICIL DE OLIVEIRA
(operário da construção civil)

— Nosso dormitório está cheio de goteiras. Antontem, choveu o dia inteiro, e a gente teve que dormir nas camas molhadas. Ceará, um colega nosso, pegou uma pneumonia. Isso eu acho imoral. Mas ninguém se importa.

ELICE MUNERATO
(jornalista)

— Não me surpreende que o código de "moral e bons costumes" vigente ainda seja o de 1946. Afinal, o Código Civil vem sendo remendado desde 1916 (e o novo anteprojeto está cheio de barbaridades). E a CLT, que é do tempo do Estado Novo? E bom lembrar ainda que nossas leis costumam ser modificadas apenas quando interessa a determinado grupo de poder. Ex: o trabalho noturno das mulheres, antes proibido, agora liberado, interessa a quem? E será que adianta reformular o código de 1946 pra censura saber censurar melhor? Ou não está na hora da gente começar a discutir que a única "censura" possivelmente válida seria aquela que recomenda determinados espetáculos, publicações etc., para esta ou aquela faixa de idade?

ROBERTO MOURA
(crítico de música)

— O ideal é não haver censura, nenhuma espécie de censura. Este, porém, só como um estágio utópico dentro de um sistema imperfeito como o nosso. Fala-se agora na regionalização dos critérios, o que teoricamente me parece aceitável mas na prática pode causar uma avalanche burocrático-administrativa mais deplorável que o que já se vê por aí. No fundo, no fundo, as discussões desse tipo sempre me deixam cansa-

trado, sem saber exatamente que tipo de declaração não poderá ser manipulada pelo "outro lado". Arrisco, ainda assim: o único tipo admissível de censura é aquele que regula a idade. Sair daí é autoritarismo.

HÉLIO FERNANDES
(jornalista)

— Toda censura é uma evidente batalha contra a realidade. Os critérios estabelecidos na Constituição de 1946 não são vigorosamente válidos, o que ficou ultrapassado foi o poder dos governantes, foi a mentalidade dos poderosos e foi obviamente a atividade dos censores. É lógico que há uma brutal contradição entre a censura que se faz hoje e a realidade que se vive. Em todos os setores. Em todos os órgãos de comunicação, em todas as formas de expressão que são as que se censuram. E quanto mais atual e mais retrógrado e ultrapassado o censor. Geralmente não aquele censor que está de lápis na mão, riscando às vezes até furiosamente, mas um outro censor invisível, encastelado num Palácio e que não sabe nada da vida. Não vive antes, não tem mais condições de viver depois que chega ao Palácio. Essa a verdadeira, a autêntica, a indelével contradição entre os critérios de "moral" e "bons costumes" de 30 anos e a vida que se leva hoje.

— Por isso, é claro-lógico, óbvio, evidente, indiscutível, que esses critérios precisam ser revistos e modificados. E para serem revistos e modificados é preciso discutí-los, esmiuçá-los, debater. Mas com coragem, sinceridade e humildade, sem vir antecipadamente condenar os "tempos de hoje", ou "a vida que se leva agora". Depois de Einstein, tudo é relativo. A educação também. A moral. Os bons costumes. Até a censura. Só que por convicção, por princípio, por formação e por vocação sou contra todo tipo de censura. Artística e moral. Ética ou política. Religiosa ou militar. Quem não tem competência não se estabelece, se dizia antigamente. E também é uma verdade bem antiga, que a censura não tem nenhuma competência. Pode vir armada ou desarmada. Mas será sempre uma inutilidade.

JOSE CARLOS DE CASTRO
(bancário)

— Eu estou mais preocupado é com meu salário no fim do mês.

JOSE CARLOS AVELLAR
(crítico de cinema)

— O problema não se prende a uma determinada lei de censura. É o próprio conceito de censura que não faz sentido. Não há como impedir a livre circulação de informações numa sociedade sem entrar em conflito com o natural interesse das pessoas. Discutir a maior ou menor adequação de determinados critérios de censura é cair numa armadilha: é admitir algum sentido numa atividade especialmente contrária ao bom senso. O que vale discutir é porque um instrumento tão retrógrado continua presente no corpo de um Estado que se pretende democrático (ainda que relativamente) e onde o direito comum oferece aos indivíduos os meios de organizar suas vidas e de defender os seus padrões de moral.

JOÃO CARLOS RODRIGUES
(crítico de cinema)

— Critérios de 1946 não podem mais ser válidos em 1979. Depois disso já surgiram Brigitte Bardot, Passolini, Maria Bethânia, Rogéria, Ney Matogrosso e as Emanúellas da vida. Devem portanto ser atualizados, se isto quer dizer liberalizados. Além do mais, o controle deve ser descentralizado. A moral da ilha de Marajó não é a mesma da Ilha do Governador e muito menos a mesma da Ilha do Guarujá. É isso aí.

ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA
(comerciário)

— Moral e bons costumes? Manda este pessoal frequentar a sauna da ACM!

MACKSEN LUIZ
(crítico de teatro)

— Não há censura que esconda a realidade. No teatro, apesar dos longos anos de ferozes investidas contra qualquer resquício de realidade nos palcos, a vida continua pulsando. Até mesmo quando artifícios de violência são usados contra as manifestações da vida, o teatro sobrevive. Pátieta (ou Sangra Placido) foi confiscada, e mesmo depois de homologada continua proibida. Mas ainda assim, o episódio Wladimir Herzog não conseguiu ser abafado. Um juiz, consciente reabriu o caso. A realidade pulsa, o teatro a está registrando. Isto não é um desejo, é a História.

ARNALDO JABOR
(cinasta)

— As mudanças econômicas e políticas do país, a industrialização, provocaram mudanças

de costumes e moral que não podem ter um código fixo. O que era bom para a felicidade humana há 23 anos não é mais. A própria instituição familiar está arcaica em relação ao capitalismo industrial moderno, sendo inclusive prejudicial à circulação de mercadorias: as instituições de casamento e da família prejudicam o consumo. Hoje, é o próprio capitalismo que não quer o progresso da família, nem admite a propriedade privada ou o Estado nos moldes tradicionais. O capitalismo é hoje suprapatriarcal, multinacional e antifamiliar, com a propriedade privada despersonalizada em milhares de donos e sociedades anônimas.

ZUENIR VENTURA
(jornalista)

— Em 1946, quando foi assinado o código vigente, a bomba atômica ainda era uma novidade, o homem não tinha ido à Lua, o biquini era um escândalo, a pilula anticoncepcional um pecado impensável e a palavra merda impubescível fora das paredes dos banheiros. A Guerra Fria tentava dividir o mundo entre o céu e o inferno e, nos filmes, os atores não iam para a cama acompanhados. De lá pra cá, a ciência se transformou, os costumes mudaram, o homem evoluiu, o homossexualismo invadiu as instituições — das esportivas às militares, das eclesiásticas às governamentais — e as concepções estéticas foram subvertidas: os volumosos seios de Jayne Mansfield deixaram de ser um padrão de beleza.

— A moral, como tudo, não é a mesma hoje e nem será amanhã. Como se pode, então, com base em um código de mais de 30 anos, julgar o que é moral ou imoral agora? Só mesmo nas cabeças doentes é possível julgar hoje — seja o que, principalmente moral e costumes — com critérios ultrapassados. Essa censura retrógrada não perde por esperar. Na batalha contra a realidade, ela não muda nada. A realidade sim, é que muda: cabeças, preconceitos e censores.

RUBEM MAURO MACHADO
(escritor)

— Uma das maneiras possíveis de se ver a Censura é pelo seu aspecto humorístico/absurdo. Não deixa de ser engraçado que você — como contribuinte — pague funcionários com a finalidade de estabelecerem o que você pode ler, ver, ouvir. Naturalmente o censor, depois do seu curso de capacitação, tem mais condições do que você, que não fez o referido curso, de saber por que: 1) Foto de um seio exposto é artística, de dois seios expostos é imoral; 2) Playboy em inglês ofende a moral e os bons costumes, em alemão, não (será o idioma alemão menos imoral ou menos subversivo?). São dois exemplos. Escolham outros e divirtam-se.

SÔNIA COUTINHO
(escritora)

— Precisam, é claro, ser urgentemente discutido e modificados para não se cair no ridículo, como tem acontecido. Há um abismo entre os critérios da censura e a realidade brasileira, mesmo se levando em conta diferenças regionais do país, em termos de costumes. Isto, para não falar no choque que a gente leva quando sai daqui. Estou pensando particularmente numa visita que fiz aos Estados Unidos em 1976, a San Francisco da Califórnia, à Universidade de Berkeley, onde tive a oportunidade de entrar em contato com professores e alunos. Pregrar um livro de debate de ideias como existe lá deixa a gente espantada, quase assustada, se sentindo lamentavelmente caprino. Não adianta tentar transformar isto aqui numa ilha, porque em torno existe o mundo atual.

MARIA DO CÉU VIEIRA
(dona-de-casa)

— Tem gente que nasceu pra vítima. Os homossexuais são assim: culpam eles por tudo. Agora eu nunca soube que um homossexual matasse alguém, praticasse um crime grave; ele é que são mortos e roubados. Assim, se é pra discutir o assunto vamos discutir isso: por que a sociedade não considerava imoral, um atentado aos bons costumes, essa história de aproveitar os preconceitos existentes contra os homossexuais para melhor explorá-los? Uma noite eu lá saindo com meu marido do cinema Palácio, na Cinelândia, e vi um rapaz ser levado para um carro da polícia debaixo de pancada. Meu marido ficou revoltado e perguntou ao policial: "Ei, por que você está fazendo isso?" A resposta: "porque ele é bicha". Isso não é imoral?

GILBERTO MONTEIRO
(comerciante)

— O que vocês querem de verdade é saber se há alguma justiça nessa perseguição ao jornal de vocês, não é? Eu acho que não, e por uma razão bem simples: a perseguição põe a nu uma coisa que sempre existiu, só que em estado latente: a discriminação contra os homossexuais. Só essa discriminação já justifica a existência de um jornal como LAMPIÃO.

Página 7

Análise histórica

- 1 – Segundo Clóvis Ramalhe, consultor geral da República, o que está prevista na constituição para ser censurado? A que a censura não se aplica?
- 2 – Para Clóvis Ramalhe, qual é uma das principais liberdades a ser defendida?
- 3 – Para o diretor da Divisão de Censura da Polícia Federal, Rogério Nunes, qual o problema entre a censura e a moral vigente?
- 4 – Para o senador Franco Montoro, qual o problema entre a censura e a moral vigente?
- 5 – Como a atriz Fernanda Montenegro via à moral e os costumes?
- 6 – Para a operária da construção civil, Cicil de Oliveria, o que é imoral?
- 7 – Para a dona de casa, Maria do Céu Vieira, o que é imoral e um atentado aos bons costumes?
- 8 – Quais as atividades das pessoas entrevistadas por Lampião da Esquina?
- 9 – Com que objetivo o jornal busca a opinião destas pessoas?
- 10 – Quais fotografias foram publicadas e quais não? Por quê?